

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

JÉSSICA FÉLIX NICÁCIO MARTINEZ

**SUPERAÇÕES DA EDUCAÇÃO (FÍSICA) BANCÁRIA PELA SAÚDE COLETIVA:
PESQUISA-AÇÃO NO SINDICATO EM FLORIANÓPOLIS**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

JÉSSICA FÉLIX NICÁCIO MARTINEZ

**SUPERAÇÕES DA EDUCAÇÃO (FÍSICA) BANCÁRIA PELA SAÚDE COLETIVA:
PESQUISA-AÇÃO NO SINDICATO EM FLORIANÓPOLIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior

**FLORIANÓPOLIS
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A dissertação

**SUPERAÇÕES DA EDUCAÇÃO (FÍSICA) BANCÁRIA PELA SAÚDE COLETIVA:
PESQUISA-AÇÃO NO SINDICATO EM FLORIANÓPOLIS**

Elaborada por JÉSSICA FÉLIX NICÁCIO MARTINEZ

Orientada pelo Prof. Dr. EDGARD MATIELLO JÚNIOR

E aprovada por todos os membros da banca examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO FÍSICA

26 de fevereiro de 2007.

Prof. Dr. Juarez Vieira do Nascimento
Coordenador do Mestrado em Educação Física

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior, CDS/UFSC (Presidente)

Prof. Dr. Volney de Magalhães Câmara, CCS/UFRJ (Membro titular)

Profa Dra Nise Maria Tavares Jinkings, CED/UFSC (Membro titular)

Prof. Dr. José Luiz Cirqueira Falcão, CDS/UFSC (Membro suplente)

Dedico este trabalho a minha mãe Maristela Félix Nicácio, pelos grandes ensinamentos da vida e da espiritualidade. Obrigada por compartilhar sua força, coragem e em acreditar nos meus sonhos...

A todos os trabalhadores, que vivem formas cada vez mais extremas de exploração e dominação do trabalho, uma frase de esperança: “a única luta que se perde é aquela que se abandona” (Mães da Plaza de Mayo).

AGRADECIMENTOS

À minha querida família, principalmente, minha irmã Amanda, avó Inês, avó Bela, pai Marcos, bisavó Bibi, cunhado Marelo, minha amiga e mentora espiritual, tias e tios, primas e primos, pelo apoio, carinho, amor, por me ajudarem a suportar as saudades e os constantes desafios.

Aos grandes e inesquecíveis amigos-irmãos Miguel, Paulinha (*in memorian*) e Marcinha, pelas parcerias, apoio em todas as horas, almoços em família, confraternizações, festas, estudos, preocupações, choros e alegrias. Vocês foram imprescindíveis nesta conquista!

Ao amigo Guilherme pela compreensão e carinho nos momentos em que precisei dedicar-me aos estudos.

À “dinda” Marta pelo carinho e por tornar o que era apenas um sonho distante em um grande desafio possível.

Ao orientador e amigo Dega, mestre do rigor (teórico-metodológico) e da doçura (da vida), pela confiança e paciência em todos os momentos da minha formação, mais que acadêmica, comprometida com a dignidade e a vida das pessoas. Meus sinceros agradecimentos pelo acolhimento desde o primeiro dia que estive na “Ilha da Magia”, pelos almoços, cafés, várias horas de orientações, pela oportunidade e privilégio de ser sua orientanda, deste e de outros planos.

Ao Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, em especial, ao Denílson, Elisangela, Patrícia, Edílson, Maria Elena, Samuca, Janice, Rodrigo, Joel, Vermelho e o ex-sindicalista João Batista, pela atenção e colaboração com o desenvolvimento da investigação.

A todos os trabalhadores bancários, em especial, ao Luizir, Lúcia, Solange, Maurí, Fátima, Sandra, Elizabeth, Detinha, Juliano, Andreza, Andréia, Marta e tantos outros, que compartilharam suas alegrias, limitações, dores, amizades e conquistas.

Aos amigos de Florianópolis, com quem vivi momentos especiais, principalmente, Andreza, Clarete, Elisa, Mariana, Rick, Nayara, Gláucia, Liamara, Eliane, Aninha, Bruno, Fernanda, Rodrigo, Denise, Fernanda Batista, Priscila, Scheila, Carlos, Marcius, Carmem e Maria Angélica.

Ao Éden, pela amizade e atenção na produção do material para divulgação do projeto *Educação Física com Saúde*.

Aos companheiros e professores Iara, Maurício, Giovanni, Capela, Cristiane, Maria Dênis, Albertina, Kunz, Ana Márcia, Paulo Tumolo, pelo auxílio em todas as fases da pesquisa e participação na minha formação como educadora.

Aos professores Volney, Nise, Maurício e Falcão pela atenção com que aceitaram o convite em participar da minha banca examinadora e pelas contribuições com este trabalho.

Aos professores, servidores e bolsistas do PPGEF pelo atendimento e auxílio em minhas constantes dúvidas e diferentes solicitações.

À Capes pela concessão da bolsa de estudos durante meus últimos seis meses como aluna pós-graduanda.

RESUMO

SUPERAÇÕES DA EDUCAÇÃO (FÍSICA) BANCÁRIA PELA SAÚDE COLETIVA: PESQUISA-AÇÃO NO SINDICATO EM FLORIANÓPOLIS

Autora: Jéssica Félix Nicácio Martinez

Orientador: Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior

Atualmente, nas instituições bancárias brasileiras, encontramos um duplo movimento: de um lado, os banqueiros com poder político e econômico que lhes assegura lucros de bilhões de reais anualmente, em um contexto de liberalização, desregulamentação e privatização do setor; e de outro os trabalhadores, que enfrentam formas cada vez mais intensas de dominação do trabalho e enfraquecimento de suas capacidades de resistências. Somam-se a este cenário, as LER (Lesões por Esforços Repetitivos), terceirizações, precarizações do trabalho, doenças mentais, temor diário pelo desemprego e suicídios. Distante deste quadro de sofrimentos, vêm crescendo na Educação Física as propostas de ginástica laboral (GL), que ao nosso ver, oferecem práticas corporais que apenas compensam a deteriorização orgânica e psíquica dos trabalhadores, não atuando nas determinações que geram estes desgastes. Assim, os objetivos deste estudo foram: i) analisar as condições de vida e saúde de bancários de Florianópolis; ii) analisar os fundamentos que embasam as propostas hegemônicas de ginástica laboral e iii) implantar e avaliar possibilidades alternativas de Educação Física relacionada à saúde que atendam as necessidades da categoria. Para tanto, buscamos aproximações teóricas da Saúde Coletiva/Epidemiologia Crítica com as pedagogias críticas da Educação Física, empregando em campo alguns pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação. Foram analisados documentos do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, realizadas entrevistas com lideranças sindicais e desenvolvida uma intervenção pedagógica intitulada projeto *Educação Física com Saúde* para trabalhadores bancários nesta entidade. Os dados coletados foram analisados através da hermenêutica-dialética, nos quais encontramos como expressão das vivências dos alunos o conceito chave *participação*. Como conclusões, podemos afirmar que a Educação Física, através de suas pedagogias críticas, tem instrumentos que podem contribuir para as lutas sindicais em favor da saúde dos bancários, pois fundamentam-se em princípios de emancipação e esclarecimento para estimular reflexão crítica de suas condições de vida e saúde. E a construção e implantação do projeto *Educação Física com Saúde* constituiu-se como uma intervenção pedagógica que superou alguns limites identificados nas propostas hegemônicas de GL, pois buscamos atender as necessidades e aspirações da categoria pelo entendimento do seu processo saúde-doença. Na nossa avaliação, a saúde foi um tema gerador de mobilização e participação, pois além de seu forte apelo na sociedade em geral, aproximou os trabalhadores do Sindicato e foi importante para o reconhecimento coletivo dos seus problemas.

Palavras-chave: Condições de Vida; Saúde do Trabalhador; Processo Saúde-Doença; Educação Física; Sindicato; Ginástica Laboral.

ABSTRACT

OVERCOMINGS OF THE BANKING (PHYSICAL) EDUCATION FOR THE COLLECTIVE HEALTH: ACTION-RESEARCH IN THE SYNDICATE IN FLORIANÓPOLIS

Author: Jéssica Félix Nicácio Martinez

Advisor: Prof. Dr. Edgard Matiello Júnior

Currently, in the Brazilian banking institutions, we find a double movement: on one hand, bankers with economical and political power which assures them profits of billions of *reais* annually, in a context of liberalization, deregulation and privatization of the sector: on the other hand, workers who face each time more intense forms of work domination and the weakness of their resistance capacity. We can add to this scene, the RSI (Repetitive Strain Injuries), outsourcing, scarcity of work, insanities, daily fear of unemployment and suicide. Far from this situation of sufferings, the proposals of labor gymnastics, that in our opinion, offer practical corporal which just compensate the organic and psychic deterioration of the workers, they do not acting in the determinations which generate these consumings. Thus, the aims of this study were: i) to analyze the bankers' life condition from Florianópolis; ii) to analyze the beddings which base the hegemonic proposals of labor gymnastics and iii) to implant and evaluate alternative possibilities of Physical Education related to health that take care of the category's necessities. For in such a way, we searched for theoretical approaches from the Collective health/ Critical Epidemiology with the critical pedagogies from the Physical Education, using some theoretical/methodological presumptions from the action research. The documents of the Union of the Bank clerks of Florianópolis and region were analyzed, some interviews with syndical leaderships were made and a pedagogical intervention intituled *Educação Física com Saúde* project was developed for banking workers in this entity. The collected data were analyzed within the hermeneutics-dialectic, in which we found as expression of the students' experiences the key concept *participation*. As conclusions, we can affirm that the Physical Education, by its critical pedagogies, has instruments that are able to contribute for the syndical fights in favor of the bankers' health, because they are based on emancipation and clarification principles in order to stimulate critical reflection of their life's and health's condition. And the construction and implantation of the project *Educação Física com Saúde* has consisted as a pedagogical intervention that has overcome some identified limits in the hegemonic proposals of labor gymnastics. Therefore, we search to take care of the category's necessities and aspirations by understanding its heath-disease process. In our evaluation, the health was a theme which generated mobilization and participation, and aside from its strong appeal in the society, it approximated the workers of the Syndicate and it was important for the collective recognition of their problems.

Key Words: Life conditions; Worker's Health; Health-Disease Process; Physical Education; Syndicate; Labor Gymnastics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Modelo para estudo das contradições dos determinantes da saúde-doença	79
QUADRO 1 - Comparativo entre propostas de atuação da Educação Física de acordo com os eixos de análise epistemológico, político e pedagógico.....	94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de bancos no Brasil no período de 2000 a 2005	42
TABELA 2 - Lucro e acréscimo de lucro dos bancos (Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco) no período de 2005-2006.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF&S – Atividade Física relacionada à Saúde

CNB – Confederação Nacional dos Bancos

CUT - Central Única dos Trabalhadores

GL – Ginástica Laboral

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

PPST – Programas de Promoção da Saúde do Trabalhador

SEEB – Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS	14
2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	19
2.1 ENTRADA EM CAMPO.....	20
2.2 OS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA INVESTIGAÇÃO.....	24
2.2.1 Estratégias para Compreensão das Condições de Vida e de Saúde dos Bancários	25
2.2.2 Implementação do Projeto <i>Educação Física com Saúde</i>.....	27
2.3 ANÁLISE DO MATERIAL OBTIDO NO CAMPO.....	30
3 REPERCUSSÕES DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE SAÚDE DOS BANCÁRIOS.....	34
3.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL... 35	
3.2 MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE SAÚDE DOS BANCÁRIOS 44	
3.3 OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO..... 56	
3.3.1 Uma análise da <i>Comunicação em Saúde</i> do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região.....	63
4 A EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE SAÚDE DOS TRABALHADORES.....	68
4.1 GINÁSTICA LABORAL: ATIVIDADE FÍSICA COMPENSATÓRIA (E PRECÁRIA) AOS DESGASTES DO TRABALHADOR..... 69	
4.2 OUTRAS POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	76
4.2.1 Superações da Educação (Física) Bancária	81
4.2.1.1 O Compromisso de uma Educação Física que Valorize o Saber Popular..... 82	
4.2.1.2 Os Diferentes Movimentos do Projeto <i>Educação Física com Saúde</i>	84
4.2.1.3 O Reconhecimento Coletivo das Dores e Limitações..... 87	
4.2.1.4 Participação do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região	89

5 CONCLUSÕES	95
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	113
APÊNDICE A – Formulário de consentimento livre e esclarecido	114
APÊNDICE B – Termo de autorização para a investigação	115
APÊNDICE C - Roteiros de Entrevistas para Lideranças Sindicais	116
APÊNDICE D - Texto para divulgação do projeto <i>Educação Física com Saúde</i> no jornal do Sindicato	118
APÊNDICE E – Conteúdo do <i>Folder</i> para divulgação do Projeto nas agências bancárias	120
APÊNDICE F – Ofício para o Sindicato com reivindicações discutidas com os bancários no Planejamento Participativo	121
ANEXO	124
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos	125

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O lucro dos bancos no Brasil mostrou novamente um acréscimo de proporções fenomenais neste ano de 2006. Bradesco, Itaú e Unibanco demonstraram ter obtido um lucro líquido consolidado de R\$ 3,51 bilhões no primeiro trimestre, 27,8% superior ao de R\$ 2,748 bilhões de igual período em 2005¹.

Foi a morte a solução encontrada para meus problemas financeiros. Deixo a vida sem ódio e sem rancor. Com o coração cheio de amor. Que me perdoem as pessoas que me cercam e gostam de mim².

Gostaríamos de iniciar este texto pedindo um minuto de silêncio em memória a mais de uma centena de mortes de bancários que encontraram, como única saída para seus sofrimentos, o suicídio! São trabalhadores que decidiram acabar com suas vidas no próprio ambiente de trabalho, lugar onde estas foram paulatinamente destruídas. São pessoas que morreram tomadas de pânico pelos inúmeros assaltos, pressões por resultados, pela ameaça permanente de desemprego ou aposentadorias forçadas, por dores físicas insuportáveis, dentre outros motivos fortemente ligados às suas atividades profissionais, nem sempre visíveis aos clientes dos bancos, aos colegas de jornada e até mesmo a seus familiares.

Tudo isto tem acontecido apesar de o setor financeiro no Brasil, nos últimos anos, atingir índices de lucratividade jamais vistos. Assim, as imagens que nos são apresentadas por belos modelos, representando trabalhadores de aparência saudável, tranqüila, sorridente, sugerindo que um banco anunciado *Nem parece banco*, e que um outro foi *Feito pra você*, não correspondem ao que observadores atentos percebem ao adentrarem pelas portas giratórias daquilo que dirigentes sindicais intitularam Banco de Horrores³!

Desde a década de sessenta os bancos estão passando pelo processo de reestruturação produtiva, por meio de intensa informatização e automação de serviços. Seus funcionários são diariamente pressionados a trabalhar muitas horas, em um ritmo alto de produtividade, rebaixamento salarial, redução de quadros, terceirização e aumento significativo de doenças profissionais (ARAÚJO; CARTONI; JUSTO, 2001; GRISCI; BESSI, 2004; JINKINGS, 1996; MUROFUSE; MARZIALE, 2001; SEGNINI, 1999). Somam-se a estes problemas a discriminação na

¹ www.correiocidadania.com.br

² Bilhete deixado por um bancário depois de ter ingerido dose mortal de veneno (XAVIER, 1998).

³ Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (1999).

contratação de negros e mulheres (DIEESE, 2001), o uso/abuso de álcool e antidepressivos e elevado número de bancários com doenças mentais.

Em meio a estas condições extremamente adversas, nesta investigação pretendemos discorrer principalmente sobre dois cenários⁴ que, a princípio, não dizem respeito um ao outro, a não ser numa associação ingênua, e/ou oportunista, de ambas as partes envolvidas. Um deles diz respeito genericamente ao setor bancário, cujas mudanças organizacionais mais recentes vêm intensificando a exploração humana e deteriorando as condições de vida e de saúde dos trabalhadores. O outro cenário que pretendemos discutir é o da ginástica laboral (GL)⁵, que se apresenta como uma das inúmeras formas de materialização daquilo que se conhece como campo de conhecimento e intervenção da *Atividade Física relacionada à saúde* (AF&S).

Quanto à ingenuidade e/ou oportunismo que fizemos menção, isto se sustenta na medida em que são tantas e importantes as perdas acumuladas por essa categoria profissional nas últimas décadas, que obviamente não seria uma atividade com as características da GL suficiente para transformar a essência daquilo que, de fato, degrada a vida dos trabalhadores nesse setor, ou seja, o próprio modo de produção e exploração capitalista aí instalado. Pelo contrário, da forma como ela vem sendo requisitada pelo empresariado e é desenvolvida pela Educação Física, representa muito mais uma maneira de acomodação das tensões sociais; de dissipação das fortes contradições do processo produtivo; de despolitização do ato laboral e desmobilização da luta sindical; de individualização da conquista pela saúde e de compensação paliativa aos desgastes físicos e psíquicos dos trabalhadores. Afinal, a GL também vem sendo identificada como ginástica compensatória...mas, compensatória a quê, senão à entrega da saúde ao processo produtivo!?

Diante do exposto, com o objetivo de superar estas limitações, pensamos que um dos compromissos assumidos como educadores neste processo de investigação e aproximação da realidade social dos bancários, foi garantir o estabelecimento de alianças que defendessem as conquistas históricas alcançadas durante décadas

⁴ Ainda que tenhamos estudado o mundo concreto e real dos bancos e suas conseqüências altamente degradantes e desumanizantes para os trabalhadores, utilizamos algumas palavras que podem sugerir um contexto de ficção, como *cenários* e *atores*. Contudo, mantivemos esses termos porque são frequentemente encontrados em textos científicos como categorias que auxiliam a realização de análise de conjuntura (SOUZA, 1997).

⁵ A GL também é conhecida por Programas de Promoção da Saúde do Trabalhador (PPST).

pelos trabalhadores, para que de fato eles pudessem ter seus direitos e saúde preservados.

Como **problema de pesquisa** perguntamos como a Educação Física pode contribuir para as lutas sindicais em favor da saúde de trabalhadores bancários? Este questionamento surgiu da importância fundamental de optar pelo fortalecimento do coletivo, ou seja, partimos do reconhecimento do sindicato como instituição legítima de reivindicação e de lutas da categoria para que pudéssemos atingir os indivíduos e, assim, estimular a reflexão sobre as estruturas de poder que impedem a organização coletiva e que são responsáveis pela deteriorização da saúde dos trabalhadores.

Para o entendimento do processo saúde-doença, nos apoiamos nos referenciais da Epidemiologia Crítica (BREILH, 2006), que olha para saúde em sua integralidade e como resultante de um processo, no qual é indispensável superar a visão fragmentada e estática dos “fatores de risco”. A tentativa de superação deste paradigma hegemônico nos levou à incorporação do conceito movimento, mudança que incidiu no reconhecimento da natureza contraditória dos fenômenos da realidade observada. Desta forma, a saúde-doença foi abordada como inserida em um contexto social, e envolve desde os processos mais amplos da estrutura político-ideológica da sociedade, até os processos particulares de uma classe ou grupo, bem como a cotidianeidade familiar e pessoal dos sujeitos (BREILH, 2006). Para compreensão do processo saúde-doença consideramos importante articulá-lo com o conceito de reprodução social (CAMPAÑA, 1997), a ser explicado mais adiante.

Nos aproximamos das condições de vida e de saúde de bancários também a partir das leituras de pedagogias críticas da Educação Física, como por exemplo, as obras de Coletivo de Autores (1992) e Kunz (2003). Consideramos dois **pressupostos**: i) o trabalho é determinante no processo saúde-doença, por esta razão é fundamental trazer elementos históricos, econômicos e sociais da reestruturação produtiva nos bancos brasileiros que mudaram profundamente o trabalho dos bancários e ii) os trabalhadores não são somente expostos a danos a sua saúde, mas sim impostos a ambientes insalubres, pois estão em contato permanente com processos destrutivos, que acarretam uma alta vulnerabilidade epidemiológica.

As seguintes **questões investigativas** foram formuladas para orientação de nosso estudo: i) Diante das transformações do mundo do trabalho, o Sindicato

consegue, isoladamente, estabelecer políticas para melhoria das condições de vida e de saúde dos bancários? ii) As condições de vida e de saúde dos bancários são consideradas prioridades nas lutas do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB)? iii) As propostas hegemônicas de GL defendem os interesses da classe trabalhadora? e iv) A Educação Física articulada com outras áreas de conhecimento (Saúde Coletiva/Epidemiologia Crítica) pode contribuir com outras possibilidades teórico-metodológicas de educação popular em saúde e fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores?

Esta pesquisa teve como **objetivos**: i) investigar os determinantes sociais que deterioram as condições de vida e de saúde dos bancários, no contexto geral da categoria, e especificamente em Florianópolis; ii) analisar os fundamentos que embasam as propostas hegemônicas de GL e iii) implantar e avaliar possibilidades alternativas de Educação Física relacionada à saúde que atendam as necessidades da categoria. Como decorrência da pesquisa, esperamos contribuir para a organização coletiva dos bancários e fortalecimento do Sindicato junto a sua base.

Os capítulos da dissertação foram estruturados com as seguintes temáticas: no próximo capítulo (Caminhos teórico-metodológicos da pesquisa) compartilhamos com o leitor a base de sustentação teórico-metodológica da investigação, os rumos percorridos durante a aproximação com o SEEB, a construção da intervenção pedagógica, os instrumentos e exploração do campo de pesquisa e, finalmente, como realizamos as análises do material obtido no campo.

No capítulo 3 (As repercussões da globalização financeira sobre as condições de vida e de saúde de bancários) identificamos as principais mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e suas implicações no processo saúde-doença dos trabalhadores, situando o grave problema de adoecimentos por LER (Lesões por Esforços Repetitivos), transtornos mentais, os efeitos da terceirização trazendo perdas trabalhistas e salariais, o alto nível de desemprego, pressão por produtividade e cumprimento de metas, exigência de multi-qualificações dos trabalhadores e as novas formas de controle e dominação do trabalho. Finalizamos, problematizando os desafios do movimento sindical e uma análise da comunicação sindical em saúde do SEEB.

No quarto capítulo (A Educação Física frente às condições de vida e de saúde dos trabalhadores) discutimos os limites das propostas hegemônicas de GL e a tentativa de superações da educação (física) bancária através de nossa intervenção

pelo projeto intitulado *Educação Física com Saúde*. Por fim, no último capítulo (Conclusões) sistematizamos os principais achados da investigação buscando articulá-los com o referencial teórico adotado e levantando novas questões.

2. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Ainda estamos em tempo de despertar as consciências e reencontrar nossas potencialidades; basta apenas que enfrentemos a irracionalidade patogênica de um mundo de egoísmo estrutural, recuperando as forças, as identidades, os sentidos e códigos de um humanismo popular. Ainda estamos em tempo de dar as mãos e lançar pontes entre nós, a fim de construir um mundo de justiça, no qual a equidade e a diversidade de culturas emancipadas floresçam em mil formas de saúde e nos permitam manter vivos todos os nossos sonhos (BREILH, 2006, p. 286).

A pesquisa adotou enfoques da pesquisa-ação para compreensão das condições de vida e de saúde dos bancários de Florianópolis, na medida em que existiu participação da pesquisadora junto aos sujeitos investigados, buscando estabelecer uma relação de confiança e, conseqüentemente, uma melhor apreensão e interpretação das informações.

De acordo com Haguete (1987), a pesquisa-ação no campo das ciências sociais na América Latina, especialmente pelas contribuições do método de conscientização de Paulo Freire, mas também de outros pesquisadores como Orlando Fals Borda (Colômbia) e Oliveira e Oliveira (África), baseia-se na educação como eixo central na transformação social dos países subdesenvolvidos. Nesta perspectiva, “[...] a ação educativa deverá levar à transformação libertadora, dentro de um processo endógeno que se alarga, atingindo as estruturas sociais emperradas pelo capitalismo [...]” (p. 102).

Neste sentido, esta opção de abordagem e aproximação do objeto de estudo pressupõe um tipo específico de relação entre pesquisador e pesquisados, pois procura incentivar a participação popular na produção do conhecimento⁶ e o desenvolvimento autônomo das pessoas, voltando-se às necessidades básicas do indivíduo, atendendo especialmente aos interesses das classes mais carentes, considerando suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir (BORDA, 1988). Além disso, possibilita auxiliar os sujeitos a identificar de maneira crítica seus próprios problemas e a encontrar soluções viáveis para sua superação (BOTERF, 1985).

⁶ Segundo Demo (1985) um dos objetivos deste tipo de pesquisa é criar saber popular, “porque acredita-se que o domínio do saber é uma fonte de poder, o que colaboraria no projeto de transformação social” (p. 122).

Segundo Thiollent (1999, p. 14), a pesquisa-ação se caracteriza como

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

De acordo com Minayo (2006, p. 163), este tipo de investigação do ponto de vista metodológico pressupõe que:

- Grupos com saberes diferenciados se coloquem em inter-relação;
- Seja formulado um quadro teórico referente ao problema para o qual se busca solução;
- Em todas as fases de desdobramento do projeto as pessoas interessadas no projeto participem;
- Todas as discussões sobre os dados sejam socializadas e
- Se construam planos de ação, em conjunto, permitindo enfrentar e resolver os problemas diagnosticados com metas no curto, médio e longo prazo.

Portanto, neste estudo tivemos como proposta teórico-metodológica uma abordagem qualitativa no campo da saúde, pois compreendemos como fundamental os significados que os atores sociais atribuem às representações sociais que constituem a vivência das suas relações objetivas (MINAYO, 2006). Esta opção metodológica parte da necessidade de pesquisar a situação vivida pelos sujeitos em uma ação educativa em que participam pesquisadores e sujeitos mediatizados pela realidade a ser conhecida e transformada (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1988).

2.1. ENTRADA EM CAMPO

As reflexões teórico-metodológicas que precederam o desenvolvimento da intervenção pedagógica foram construídas na relação direta com o SEEB por meio de entrevista e observação participante⁷. Isto permitiu aproximação gradual e

⁷ As técnicas de entrevista e pesquisa participante possuem componentes importantes para a realização da pesquisa qualitativa, particularmente a observação participante que capta uma variedade de informações e situações que não são obtidas através de outras técnicas, pois oferece a

conquista diária da confiança das pessoas envolvidas na estrutura sindical, que nos deu subsídios para o entendimento preliminar das condições de vida e de saúde dos bancários na atualidade.

O SEEB foi criado oficialmente em 1935 e possui, portanto, mais de setenta anos de história. Localizado na capital de Santa Catarina, sua atuação foi pautada no apoio a vários movimentos populares, manifestações nacionais e a participação de representantes sindicais em conselhos municipais e organizações intersindicais (MICK, 1995; SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS, 2005a).

Desde o início da pesquisa-ação, em agosto de 2004, os objetivos do estudo foram apresentados às lideranças sindicais e à sua direção, que nos autorizou e disponibilizou, desde o princípio, acesso às informações com a colaboração sempre solícita dos trabalhadores desta estrutura. Para definição do objeto de estudo partimos da observação de assembléias da categoria através de registros em diário de campo, realização de entrevistas com lideranças sindicais e análise do vídeo produzido pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre intitulado “Banco de Horrores” (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE, 1999).

Alguns resultados preliminares dessas observações e análises foram conduzindo, dialeticamente, a um direcionamento na construção das fases da pesquisa, que acreditamos ter sido importante para amadurecimentos e cuidados teórico-metodológicos sobre a realidade da entidade sindical e dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Dentre eles, destacamos:

- A observação nas assembléias evidenciou o reconhecimento da força do Sindicato como aliado na defesa dos trabalhadores e na consciência organizativa na luta pelas reivindicações da categoria;
- Sobre o vídeo que contém relatos de lesionados, verificou-se: o medo de retornarem ao trabalho após licenças médicas; excesso de horas-extras; o descaso do banco com os afastados; o lamento pela desconfiança dos colegas de trabalho, dos amigos e familiares perante a invisibilidade de suas LER e casos de suicídios anunciados em cartas de despedida, considerados como a única saída encontrada perante estes dramas;

- Nas reuniões com as lideranças sindicais foram relatadas queixas por não emissão de comunicações de acidentes de trabalho (principalmente por bancos privados). Há também denúncias da “epidemia” de depressão pela intensificação do assédio moral⁸.

Para ampliação do nosso entendimento do processo saúde-doença e melhor familiarização desses dados preliminares foi realizado um Estudo Piloto no interior de São Paulo. Na ocasião foram entrevistadas três pessoas nas seguintes funções: gerente, caixa e a atual diretora daquele sindicato e presidente da Associação dos Portadores e Prevenção de LER da região. Destas entrevistas escolhemos algumas categorias, abaixo discriminadas, que poderiam representar os significados e contradições considerando o contexto histórico-social, político e econômico em que os bancários, em âmbito nacional, estão inseridos.

Denominamos de *Aceleração dos Tempos* a categoria que representa a transformação no mundo do trabalho e a velocidade com que as inovações tecnológicas e de gestão vão sendo implementadas, acarretando mudanças substanciais nos papéis a serem desempenhados pelos trabalhadores. Há relato demonstrando que a satisfação profissional se concretiza na medida em que se possa sentir “o tempo de trabalho passando rápido”, pois na verdade, nas entrelinhas, fica explícito que seria insuportável permanecer no banco “sentindo o tempo passar normalmente”.

Eu gosto da correria porque me ajuda a passar o tempo, não gosto de ficar sem fazer nada, porque daí demora pra caramba. (caixa de banco privado)

A gente tem que trabalhar sempre muito, muito mesmo. O Banco mudou um pouco o perfil, antes os clientes nos procuravam, agora a gente que tem que correr atrás dos clientes. Sob esse aspecto a gente é exigido demais [...] (gerente de banco estatal)

⁸ No Brasil o problema do assédio moral começou a ser discutido há pouco mais de cinco anos, impulsionado pela dissertação de mestrado intitulada “Uma jornada de humilhações” da médica do trabalho e professora Margarida Barreto. O assédio moral é uma violência psíquica que se manifesta em diversas formas, como por exemplo, no assédio sexual, humilhação, arrogância, preconceito, desqualificação profissional etc (SOUZA, 2003).

Outra categoria que intitulamos foi *Vestindo a camisa*, pois identificamos que as bancárias freqüentemente gostam de trabalhar no banco, mas concomitantemente expõem agressões sofridas pela função que realizam:

Onde eu estou o trabalho é muito repetitivo, as vezes eu fico com muita dor nas costas, mexo muito o braço e dói muito um lugar [...] A desvantagem eu não sei, porque eu adoro trabalhar no banco [...] (caixa de banco privado)

Nós ficamos muito sobrecarregados mesmo, a gente trabalha em cima de metas, o trabalho ficou bastante desgastante [...] porque nós trabalhamos em cima de muita cobrança [...] [e ela completa] Uma das melhores empresas para você trabalhar aqui no Brasil é [este] Banco. (gerente de banco estatal)

Jinkings (2002) observa em um estudo do Datafolha que 72% de bancários de instituições privadas desejam continuar exercendo sua profissão, enquanto que 57% de bancários de instituições federais pretendem continuar na carreira, embora a maioria considere sua atividade pouco criativa e permeada de competitividade. Em nossa análise preliminar, seria de se pensar se a contradição entre: gostar do trabalho e ser agredido pelo trabalho está mais vinculada a questões de sobrevivência do que ao conteúdo do trabalho realizado.

Enfim, na última categoria caracterizada como *A desconfiança sobre os portadores de LER*, pudemos observar o descrédito das bancárias perante os afastamentos de alguns colegas com doenças ocupacionais diagnosticadas. Isto pode ser demonstrado nos seguintes relatos:

Num primeiro momento um monte de gente conseguiu se aposentar, num segundo momento o Banco começou a rever algumas situações que não eram reais, pessoas que não tinham uma atuação efetiva para justificar uma lesão de esforço repetitivo. O Banco começou a ser um pouco mais rigoroso, em razão de alguns espertos... (gerente de banco estatal)

Atualmente no banco eu acho que tem duas pessoas afastadas por LER e tem uma agora que falaram que também está, que vai pegar licença. Mas eu não sei a profundidade disso... (caixa de banco privado)

Os depoimentos de lesionados/afastados de banco estatal reunidos no vídeo Banco de Horrores nos mostram o outro lado da realidade:

A turma não entende, porque aparentemente eu estava bem, era uma coisa interna, uma dor invisível. Os próprios familiares [...] eu comecei a pedir para meus filhos abrirem garrafa de refrigerante [...] eles mexiam comigo dizendo: o pai está velho, acabado. (20 anos de banco)

Eu entrei em depressão profunda, inclusive por não trabalhar e pelo processo de ficar afastada, tratar e tratar e não ter uma cura. (9 anos de banco)

Diante do apresentado podemos constatar que há evidentes desconfianças quanto às doenças e incapacidades dos bancários que possuem LER, por parte dos familiares e daqueles que continuam trabalhando. Numa primeira análise, é possível que tal desconfiança aconteça porque essas doenças não são visíveis, com difícil diagnóstico. Desta forma negam o sofrimento que seus colegas demonstram nas limitações em exercer suas funções laborais, pois também buscam estratégias defensivas para mascarar as agressividades pelas quais estão impostos.

Enfim, foi com a reflexão destes dados preliminares do Estudo Piloto que conhecemos melhor a realidade dos bancários, que foi pensada na articulação direta com o referencial teórico adotado e com nosso convívio com a própria estrutura sindical. Foi nesta caminhada que se construíram algumas elaborações teórico-metodológicas partindo da premissa de que a pesquisa não deve ser empregada “por especialistas para averiguar se estes estão corretos na identificação *a priori* das necessidades, mas um instrumento para suscitar a reflexão da comunidade sobre sua situação e problemas” (GIANETTEN; WIT, 1985, p. 161).

2.2. OS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA INVESTIGAÇÃO

A investigação teve como campo⁹ de pesquisa o SEEB¹⁰ que foi escolhido pela compreensão política de que ele tem sido uma das poucas vozes restantes

⁹ Compreende-se campo como recorte empírico e espacial referente à amplitude teórica do objeto de estudo (MINAYO, 2006).

¹⁰ Inicialmente, pretendíamos desenvolver a intervenção em uma agência bancária do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), no entanto, devido a resistências por parte do banco em aceitar a proposta apresentada pelos dirigentes sindicais, optamos por manter e desenvolver o projeto somente na entidade sindical. Compreendemos como importante nas preparações para a implementação da intervenção, o aprofundamento e problematização dos detalhes da intervenção com os dirigentes sindicais do BESC, para que estes fossem nossos interlocutores na “negociação”

para defesa dos interesses coletivos da categoria. Aliado ao compromisso do Grupo Vivendo Educação Física e Saúde Coletiva¹¹, do qual a pesquisadora faz parte, de priorizar pesquisas com interesse público que apontem para transformação da realidade social injusta e desigual de nosso país, por estas razões pensamos que a soma de esforços poderia resultar em benefícios concretos para os trabalhadores.

A construção dos instrumentos de trabalho de campo foi compreendida como processo de mediação destinado a orientar a condução das entrevistas e/ou observações, com vistas à criatividade e liberdade contínua de elaboração e re-elaboração da investigação, com empenho de enxergar a questão principal da pesquisa sob várias perspectivas e pontos de vistas. “A investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos” (MINAYO, 2006, p. 195).

2.2.1. Estratégias para Compreensão das Condições de Vida e de Saúde dos Bancários

Além dos conteúdos já estudados com a aproximação ao Sindicato citados anteriormente, passamos para uma nova fase da pesquisa, na qual analisamos o jornal da entidade sindical, realizamos entrevistas com lideranças e desenvolvemos a intervenção pedagógica junto com os bancários, funcionários e dirigentes sindicais.

Optamos pela análise de jornal pela possibilidade deste representar um instrumento formador de opinião e pela vantagem de ser impresso, pois proporciona uma leitura de múltiplas possibilidades. Este material possui caráter educativo na medida em que produz reflexões e discussões, tornando as pessoas mais conscientes do seu papel no mundo. De acordo com Pontual (1999), nesta perspectiva, o jornal pretende não apenas desenvolver a consciência crítica, mas

com o banco, pois acreditamos que desta maneira poderíamos defender os interesses dos trabalhadores.

¹¹ Este Grupo de pesquisa foi criado em 2004 no interior do Núcleo de Estudos Pedagógicos de Educação Física/Centro de Desportos/UFSC e se dedica a estudar a relação saúde-doença através de referenciais de dois campos de conhecimento - Educação Física e Saúde Coletiva. Denomina-se Vivendo porque busca realizar suas pesquisas e fundamentar suas teorias junto a movimentos e grupos sociais com vistas à compreensão e superação de suas condições de vida e de saúde.

também aproximar a realidade do leitor com o subjetivo do outro para produzir um sentido da leitura e reflexão.

De forma geral, o jornal se constitui como um importante meio de comunicação e registro de fatos históricos. Segundo Mick (1995), o primeiro jornal do SEEB foi intitulado de “O bancário” e nasceu para atender interesses pessoais, em um contexto marcado por escassa mobilização política e manutenção de uma prática sindical assistencialista. Após a ditadura militar, nasce o Movimento de Oposição Bancária (MOB) e junto com ele a primeira Folha Sindical, denominação do jornal do Sindicato criado para ser, de fato, o principal instrumento de comunicação entre a entidade sindical e os trabalhadores.

Atualmente, a base do Sindicato abrange 17 municípios além de sua sede, na cidade de Florianópolis. As Folhas Sindicais são distribuídas pelos diretores do Sindicato, de acordo com um mapeamento realizado na base territorial¹². A tiragem é em torno de 1000 a 3500 exemplares, segundo os assuntos, urgências e necessidades dos municípios¹³.

Apesar de o Sindicato contar com outros instrumentos de comunicação com seus associados, como a página na Internet e e-mail, o jornal continua sendo um importante meio de aproximação com a base e pode oferecer elementos histórico-sociais, econômicos e políticos para o entendimento da luta pela saúde dos trabalhadores. Por estas razões foi realizada sua análise, correspondente às publicações do ano de 2005, com o intuito de buscar: i) reconstruir o registro da história recente do Sindicato nas lutas pela saúde dos bancários; ii) identificar e analisar as informações sobre a saúde nesta realidade e iii) analisar as possibilidades de apropriação dessas informações para aulas de Educação Física com a perspectiva de superação dos problemas identificados.

As categorias específicas que emergiram da análise dos jornais (detalhada na Análise do Material obtido no Campo) serviram de eixos-orientadores para a construção dos roteiros de entrevistas.

Os roteiros de entrevistas (Apêndice C) foram direcionados para cinco lideranças sindicais que foram identificadas, ao longo do processo investigativo, como pessoas com conhecimentos importantes para o estudo, de grande

¹² Base territorial da Sede de Florianópolis: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Bom Retiro, Garopaba, Anitápolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e Urubici.

¹³ Informações da Secretaria de Comunicação do SEEB.

representatividade junto à categoria. Entre elas estão três diretores: um deles é funcionário do Santander/BANESPA há 23 anos e atua na diretoria do SEEB há 14 anos; o outro está no Sindicato há 14 anos, é secretário de comunicação e imprensa e funcionário do ABN/Real; e, finalmente, o último, é trabalhador do Banco do Brasil, e diferentemente dos anteriormente citados, não é liberado pelo banco para exercer seu mandato. É um dos secretários de saúde do SEEB e há 25 anos tem envolvimento com militância, priorizando sua atuação na base como delegado sindical. Além destas pessoas, foram entrevistados: um ex-diretor, o qual atuou junto ao SEEB durante 15 anos (1987-2002) e mantém-se bancário do BESC e um funcionário do Sindicato há 12 anos, o qual é identificado por algumas lideranças sindicais como responsável pelos assuntos relacionados à saúde do trabalhador.

Após consentimento dos entrevistados e anunciados os objetivos da entrevista, foram abordadas questões relativas: i) às condições de vida e de saúde de bancários da localidade; ii) às lutas e instrumentos do Sindicato pela saúde dos bancários; iii) a como a saúde aparece no jornal do Sindicato iv) às principais doenças que atingem estes trabalhadores, bem como, dados seguros com relação ao número de pessoas afastadas por motivo de saúde; e v) à compreensão sobre o alcance das propostas de GL na saúde dos bancários.

Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes foram substituídos pela denominação de bancos privatizados ou federalizados¹⁴, manifestando nosso apoio aos Sindicatos pela luta ao patrimônio estatal e crítica à política neoliberal, que tem em uma das suas estratégias o fortalecimento do controle estrangeiro e enfraquecimento do Estado.

2.2.2. Implementação do Projeto *Educação Física com Saúde*

Nos baseamos na sistematização das análises do jornal, observações e entrevistas, além de várias reuniões e conversas informais no Sindicato, para nos oferecer subsídios para construção de material didático com objetivo de convidar os trabalhadores bancários de Florianópolis a participarem de uma intervenção pedagógica no Sindicato.

¹⁴ Os bancos utilizados foram BESC (SC), BANESTADO (PR), BANEB (BA), BANESPA (SP), BANERJ (RJ), PARAIBAN (PB), BEG (GO), BEC (CE), CREDIREAL (MG) e BEA (AM).

O intuito de formar este grupo foi desenvolver o projeto *Educação Física com Saúde* pressupondo a participação permanente dos trabalhadores em aulas de educação física, com objetivos de: i) oferecer benefícios à saúde com a prática de exercícios; ii) refletir e problematizar as condições de vida e de saúde dos bancários através das informações do jornal do Sindicato e iii) discutir os elementos principais que justificam a implantação de propostas de GL. Como decorrência, esperávamos contribuir para o fortalecimento da representatividade do Sindicato perante sua base.

Optamos por oferecer aulas de yoga e massagens (auto-aplicadas), devido à experiência acumulada da pesquisadora nestes conteúdos, mas principalmente por acreditarmos que tais práticas poderiam contribuir com a diminuição do elevado grau de estresse da categoria, cujas tensões deveriam sobrecarregar as estruturas físicas e emocionais dos trabalhadores. Pois, de fato, há grande número de afastamentos de bancários por doenças mentais. E, também, por considerarmos que estas práticas, na maioria dos casos, não estão impregnadas pela fundamentação teórica e hegemônica da AF&S (detalhada melhor no quarto capítulo).

A divulgação do projeto foi discutida em reuniões com funcionários e dirigentes do Sindicato, sendo definidos horários e dias da semana para realização da intervenção, considerando a realidade de saúde-doença dos trabalhadores representada pela entidade sindical. Para tanto, com base nesses encontros, foram produzidos pelos pesquisadores:

- texto sobre o conteúdo das aulas para divulgação no jornal do Sindicato (Apêndice D);
- *folders* (Apêndice E) e cartazes para distribuição em agências juntamente com dirigentes sindicais, o que nos possibilitou conversas informais com os bancários, primeiras impressões do ambiente de trabalho e da relação dos trabalhadores com o Sindicato;
- informações na página do Sindicato na Internet, contendo calendário mensal das aulas, local, horários, ficha de inscrição e telefones para contato e esclarecimentos.

Estas divulgações ocorreram, paralelamente, nas reuniões com a diretoria do Sindicato, nas quais foi aprovado o orçamento do Projeto e decidido que somente os bancários sindicalizados poderiam participar da intervenção, devido ao espaço limitado para realização das aulas. Atualmente, a base do Sindicato compreende

3.361 bancários e deste grupo 1.550 são filiados à entidade, sendo que a grande maioria destes últimos, em torno de 80%, pertence a bancos públicos.

Esta proposta foi realizada na sede do SEEB com a possibilidade de permitir maior aproximação dos trabalhadores com a entidade; estimular inter-relações entre os bancários e os funcionários e dirigentes do Sindicato; e possibilitar aos alunos um estranhamento do seu local de trabalho, pois na medida em que se distanciam dele, poderiam sentir-se mais confortáveis para conversar sobre problemas.

A intervenção ocorreu em seis meses¹⁵ (junho a novembro/2006), com avaliação permanente junto aos participantes. Os encontros ocorreram duas vezes por semana (terças e quintas), com duração de uma hora (das 18h30 às 19h30) sendo os horários decididos com os funcionários e dirigentes. Nesses encontros realizamos duas avaliações, uma parcial e outra final, e um planejamento participativo (DEMO, 1991), que foram gravados com consentimento dos participantes e sistematizados para tomadas de decisões coletivas (detalhados no item posterior).

Consideramos importante reconhecer os limites das reflexões que tentamos estimular, a princípio através de um roteiro de investigação e planejamento das aulas organizadas apenas pela pesquisadora, e posteriormente, quando conseguimos conquistar um pouco da *confiança* dos sujeitos. Ao identificarmos os temas e eixos representativos para o grupo e que poderiam ser discutidos nos encontros, buscamos estimular discussões e reflexões de algumas matérias do jornal do Sindicato, principalmente os relacionados com a saúde dos trabalhadores, como também, de alguns conceitos importantes tais como saúde-doença, participação popular, doenças profissionais (priorizando as LER), tentando “municionar” os trabalhadores com instrumentos para que estes possam avaliar e problematizar coletiva e criticamente suas condições de vida e de saúde. Essas reflexões foram registradas em diário de campo¹⁶.

O projeto considerou as experiências e idéias desenvolvidas por Arruda (1997). Quando anuncia qual educação interessa à classe trabalhadora, preconiza

¹⁵ A intervenção estava prevista para quatro meses, no entanto, percebemos que seria importante estabelecer laços de confiança, incentivo a reivindicações e organização do espaço das aulas, para que o projeto se tornasse uma conquista permanente e não apenas fosse um “laboratório” para coleta de dados.

¹⁶ Segundo Minayo (2006), o diário de campo deve conter impressões pessoais do pesquisador, resultados de conversas informais, observações de comportamentos e relações contraditórias com as falas, manifestações dos envolvidos na investigação e outros aspectos importantes para a pesquisa.

que esta deve ocorrer tendo como base o ser humano integral, sendo nosso compromisso formar a vontade humana e a intencionalidade do trabalhador; bem como, devendo contribuir para que o trabalhador possa teorizar sobre sua prática, ajudando-o a sair da visão imediatista, ativista e empirista e ir conquistando cada vez mais uma visão estratégica e totalizante da realidade.

Metodologicamente, esta proposta (ARRUDA, 1997) foi compreendida na realidade dos bancários considerando:

- a educação deve ser permanente em todos os espaços e momentos possíveis, ou seja, todas as vivências construídas devem ser orientadas pela ação pedagógica e reflexão crítica das condições de vida e de saúde dos bancários e o contexto político-econômico no qual estão inseridos;
- necessária articulação entre prática e teoria, aproximando os conhecimentos produzidos no campo acadêmico com os saberes que os bancários possuem de sua realidade, potencializando as ações de forma horizontal para desembocar em práxis transformadora;
- capacitar para pesquisa, para que os trabalhadores compreendam a realidade vivida além de sua aparência, possibilitando discussões e reflexões através da análise de reportagens, principalmente sobre saúde, apresentadas no jornal do Sindicato;
- ensinar a avaliar, planejar tática e estrategicamente, aprender e construir/reconstruir conceitos e teorias já existentes. Estimular reflexões sobre conceitos como saúde-doença, trabalho, LER e outros que surgirem no desenvolvimento da pesquisa, com o intuito de discuti-los reconhecendo seu vínculo com interesses capitalistas e de manutenção do “status quo” e
- ser o educador a figura central, como aquele que está propondo aquilo que vive na prática.

2.3. ANÁLISE DO MATERIAL OBTIDO NO CAMPO

A análise da Folha Sindical foi realizada através de análise de conteúdo, a partir da técnica de Análise Temática, que segundo Minayo (2006) é uma das melhores formas de investigação qualitativa do material sobre saúde.

Esta técnica se organiza em três momentos: i) *pré-análise*, consiste na escolha do material a ser analisado e contato exaustivo com seu conteúdo. Articulação entre hipóteses iniciais, hipóteses advindas da análise e as teorias que darão sustentação ao tema para superar a confusão inicial. Nesta fase, também se definem unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias; ii) *exploração do material*, consiste na etapa de aplicação do que foi definido na fase anterior ou operação de codificação, com leituras sucessivas do material selecionado e iii) *tratamento e interpretação dos resultados obtidos*, buscando-se compreender o significado das informações obtidas, ou seja, através da presença ou frequência de núcleos de sentido de uma comunicação. Esta interpretação pode confirmar as hipóteses iniciais ou sugerir outras de acordo com o referencial teórico adotado (MINAYO, 2006).

A avaliação da intervenção ocorreu de acordo com os pressupostos de Demo (1991), que define como elemento central na avaliação qualitativa a participação, que é essencialmente um fenômeno político e econômico. Uma avaliação com densidade qualitativa deve ser em essência auto-avaliação, oportunizada em debates coletivos, nos quais todos os sujeitos envolvidos na investigação expressem “solidariedade comunitária”, ou seja,

a avaliação deveria ser guiada pelas possibilidades que os membros envolvidos no objeto de avaliação tiveram de manifestar o seu ponto de vista, as possibilidades que eles tiveram para se formarem solidariamente e se organizarem (GADOTTI, 1991, p. 11).

No entanto, Demo (1991) chama a atenção para a impossibilidade, com exceção de casos isolados, da avaliação qualitativa ser empregada em pesquisas *stricto-sensu*, em nível de mestrado, pois considera essencial que o pesquisador tenha relativa maturidade teórica e prática. Neste caso, sugere “cuidados qualitativos” que se configuram no respeito à população pesquisada, no retorno dos resultados da pesquisa, na convivência por um período com os sujeitos, na formação política e outros elementos.

Considerando esta limitação, buscamos eixos para avaliação do processo participativo. Para tanto, dentre os apontados por Demo (1991), optou-se por aqueles que melhor se aproximavam da realidade dos bancários e dos objetivos da intervenção, para orientar o roteiro da avaliação. São eles: capacidade de perceber a consciência política e de como é expressa pela categoria; percepção das

agressões externas e de suas próprias fraquezas (capacidade crítica e auto-crítica); interesses contraditórios entre colegas, chefes e outros (conflitos comunitários); posturas ideológicas com relação ao banco e como compreendem o trabalho.

A partir destes eixos ocorreram duas avaliações e um planejamento participativo gravados e organizados em debates coletivos junto aos alunos que fizeram parte da intervenção. A avaliação parcial ocorreu no mês de setembro (quarto mês de aulas), para tanto formulamos como eixo central para o debate a seguinte pergunta: *Quais as mudanças que ocorreram na sua vida depois que você começou a participar do projeto?* A avaliação final aconteceu no fim de novembro (sexto mês de aulas) junto com um planejamento participativo, na qual conseguimos orientá-la por dois sub-eixos: i) percepção das agressões/desgastes e ii) significado de realizar as aulas no Sindicato.

A análise do material coletado nas avaliações (transcrições das fitas) e entrevistas com as lideranças sindicais foi realizada com base nos pressupostos da hermenêutica-dialética. Esta proposta sugerida por Minayo (2006) busca entender o interior das falas dos sujeitos considerando a influência do contexto histórico-social no qual estão inseridos. Compreende que os indivíduos são condicionados pelo momento histórico em que vivem e que, por esta razão, podem ter interesses coletivos que os unem e interesses específicos que os distinguem e os contrapõem.

Segundo essa autora, existem dois níveis de interpretação: as determinações do contexto sócio-histórico do grupo social a ser estudado e as observações e análises que surgem na fase empírica da investigação. Neste sentido, para compreensão do processo saúde-doença dos bancários, partindo do referencial teórico-metodológico da Saúde Coletiva¹⁷ (BARATA, 1997), consideram-se fundamentais na análise dos dados as categorias teóricas *reprodução social e condições de vida e de saúde*.

Estas categorias, epistemologicamente articuladas, podem oportunizar suportes para tomadas de decisões sobre intervenções em saúde, pois “o que se reproduz é o ser humano e suas relações, isto é, suas condições de existência, que em geral são denominadas condições de vida” (CASTELLANOS, 1997, p. 73).

¹⁷ Campo de conhecimento ligado a Saúde Pública, que se consolidou a partir do movimento latino-americano de Medicina Social. Este movimento crítico dentro da área da saúde será melhor explicado no quarto capítulo.

Para operacionalização dessa proposta dialética de análise dos dados, foram considerados três passos importantes: i) ordenação dos dados: foi construído um mapeamento dos elementos que surgiram do campo, ou seja, sistematização dos registros do diário de campo, transcrição das entrevistas, análise do jornal e avaliação da intervenção; ii) classificação dos dados: primeiramente, uma leitura horizontal e exaustiva dos textos anotando-se as primeiras impressões na busca de “estruturas relevantes dos atores sociais”, para construção pouco a pouco de categorias empíricas e, posteriormente, leitura transversal, na qual iniciamos um processo classificatório, colocando partes semelhantes juntas, buscando perceber conexões em torno de categorias centrais e iii) análise final: reflexões teórico-empíricas, em um movimento dialético de retornar às questões e objetivos da pesquisa com os achados da investigação (MINAYO, 2006).

3. REPERCUSSÕES DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE SAÚDE DOS BANCÁRIOS

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, artigo 13 (ONU, 1948).

Iniciamos este capítulo com um pequeno trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de “relembrar” e manter sempre vivas em nossa memória as conquistas históricas de nossos direitos e liberdades. Para que estas conquistas estejam presentes em todas as linhas deste texto, mesmo que de forma implícita ou discreta, mas que estejam sempre aqui, vivas.

Compreendemos que a saúde não pode ser entendida à margem da reprodução da sociedade. É o que aprendemos com os estudos da Epidemiologia Crítica, ao explicar que o processo saúde-doença das pessoas deve ser entendido no movimento entre “as formas como nossas sociedades atuais se criam e recriam, [que] corresponde a forma de acumulação de capital, forma que define os grupos e classes [...]”. Neste processo, se consideram os vínculos com a natureza, posições e relações entre as pessoas, exercício do poder e, também, o grau de consciência e de organização que alcançam (CAMPAÑA, 1997, p. 132).

Cabe salientar, no entanto, que a presença do termo *globalização* no título deste capítulo, não é um respaldo à ampla falácia divulgada por teóricos neoliberais ou, muito menos, que esta representa o próximo estágio *irreversível* e *inevitável* do capitalismo. Pelo contrário, a intenção é utilizá-la como estratégia para desnudar a relação política, ideológica, o papel do Estado e, principalmente, o reconhecimento desse termo como resultado sociopolítico e histórico “de luta de classes e de poder de classe que mantém o neoliberalismo e que poderia conduzir à sua derrocada” (PETRAS, 1997, p. 24).

Assim, buscamos neste capítulo resgatar alguns fenômenos históricos, econômicos e sociais do processo de reestruturação produtiva do sistema financeiro nacional e suas determinações nas condições de vida e de saúde.

3.1. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Em âmbito mundial, depois de um longo período de acumulação de capitais, o “sistema de sociometabolismo do capital” encontrava-se, já nos anos de 1970, em uma crise estrutural¹⁸. De acordo com Mészáros (2002), o sistema do capital na contemporaneidade se acentuou de forma incontrollável e destrutiva em sua lógica, assumindo cada vez mais uma crise cumulativa, crônica e permanente, ou seja, um *depressed continuum*, cujas conseqüências mais graves são a destruição e/ou precarização, sem precedentes, da força de trabalho humana e degradação do meio ambiente.

Em resposta a este contexto de crise, iniciou-se a tentativa de reorganização do capital em seus aspectos político-ideológicos de dominação, através de intensa reestruturação da produção e do trabalho, na qual merece destaque, entre outros acontecimentos, o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, perdas de direitos trabalhistas e desmonte do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2003).

Cabe salientar que, segundo Petras (1997), a compreensão do conceito de *neoliberalismo* adotado pelos ideólogos do capitalismo e propalado por exaustivos esforços de convencimento da população pelos meios de comunicação de massa, tem como argumento chave disseminar a idéia de que a “globalização” é inevitável e produto da conhecida revolução nas informações, e que “não há alternativas” senão a abertura de mercados e economias, conduzindo a população a sentir “liberdade” de escolher, política e economicamente, os rumos do país e de suas vidas.

De acordo com a Declaração de Cuenca (Equador), produzida na II Assembléia Mundial de Saúde dos Povos¹⁹, o neoliberalismo é o principal

¹⁸ Para maiores aprofundamentos ver: Antunes (2003) e Mészáros (2002).

¹⁹ Este evento foi organizado pelo *Global Health Watch* (Observatório Mundial da Saúde), um movimento internacional que além de analisar as iniquidades em saúde, também questiona a política neoliberal. E assinala algumas prioridades como imprescindíveis: i) a promoção dos direitos humanos

determinante da deteriorização das condições de saúde da maioria da população do mundo. “As políticas neoliberais transferem a riqueza do sul para o norte, dos pobres para os ricos e do setor público para o privado. As ganâncias das corporações aumentam enquanto a gente pobre, os indígenas e as vítimas da guerra e ocupação sofrem” (MOVIMIENTO DE LA SALUD DE LOS POVOS, 2005, p. 1).

Noriega, Cruz e Garduño (2005) dizem que ao modificar os aspectos econômicos e sociais, o processo de globalização repercute na saúde e nas condições de vida das populações, provocando o ressurgimento e agravo de enfermidades consideradas controladas e o aparecimento de novas doenças. Perante estas mudanças, os autores indicam as principais tendências mundiais com relação à saúde laboral:

- Ampliação de demandas para os trabalhadores, como produto da deteriorização na qualidade e conteúdo do trabalho;
- A mobilidade e polivalência dos trabalhadores facilitam a descaracterização das doenças determinadas pelo trabalho e dificultam a identificação de acidentes e enfermidades já reconhecidos legalmente;
- Aumento expressivo na morbidade laboral naqueles sofrimentos não considerados como de trabalho;
- Aumento da morbidade em grupos altamente vulneráveis de trabalhadores e de suas famílias, relacionado diretamente com as novas condições de trabalho e de vida;
- Mudanças nas legislações laborais, aumentando a nocividade e reduzindo, ainda mais, a defesa coletiva dos trabalhadores e
- Combate à participação organizada dos trabalhadores, diminuindo as possibilidades de transformação das condições nocivas de trabalho e de saúde.

Ademais, o relatório da Organização Internacional do Trabalho²⁰ (2006) revela que apesar do crescimento de 4,3% do PIB mundial em 2005, somente 14,5 milhões dos mais de 500 milhões de trabalhadores do mundo em condições de pobreza

como a base para as políticas de saúde; ii) a necessidade de mudanças na agenda das políticas de saúde, reconhecendo as barreiras políticas, sociais e econômicas; iii) fortalecimento das redes entre as organizações da sociedade civil a nível mundial e iv) estabelecimento de um fórum permanente para se ouvir a voz dos pobres.

²⁰ Agência da ONU (Organização das Nações Unidas).

extrema conseguiram superar a linha da pobreza de 1 dólar/dia por pessoa. O que significa dizer que esses dados oficiais reafirmam que não há uma relação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, como é disseminado diariamente pela burguesia capitalista.

Um outro argumento fortemente divulgado e utilizado para justificar as políticas de ajuste neoliberal é a relação direta que se estabelece entre educação e desenvolvimento econômico. Nas décadas de oitenta e noventa, os índices de escolarização no Brasil e na América Latina aumentaram significativamente, em contrapartida, quando realizadas análises mais profundas encontramos uma realidade desigual e injusta: mais de 210 milhões de latino-americanos vivem abaixo da linha da pobreza, destes a metade são crianças e jovens com menos de 20 anos; a região (América Latina) possui 40 milhões de analfabetos absolutos e os índices de vulnerabilidade social tendem a se aprofundar de forma inversamente proporcional à riqueza e ao poder acumulado (GENTILI, 2002).

Portanto, na essência da retórica de “desenvolvimento” pela ideologia neoliberal está escondida sua legítima função de *ideologia de classe*, pois o neoliberalismo é produto das derrotas do movimento popular, e desta forma deve ser compreendido que,

como doutrina de *luta de classes* [grifo nosso] desde cima tem uma profunda implicação política, econômica, social e cultural para a classe trabalhadora urbana e rural, em todas as esferas da vida humana: ele afeta adversamente o mundo do trabalho e a legislação social e trabalhista; ele afeta o desenvolvimento da indústria e da produção; ele define uma política exterior subserviente ao capital estrangeiro; ele solapa as bases da educação e da saúde pública; ele promove o *agribusiness* contra a reforma agrária. Em última análise, os seus principais beneficiários e dirigentes fazem parte, muitas vezes, da oligarquia financeira e bancária (PETRAS, 1997, p. 38).

Neste sentido, surge o que Alves (2005) denomina de “o novo complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital”, que avançou no Brasil principalmente nos anos noventa com o governo Collor, provocando mudanças na constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho e, sobretudo, na subjetividade da classe trabalhadora. É neste contexto que se agudiza a crise do sindicalismo brasileiro e dos partidos socialistas capazes de desenvolver a consciência necessária de classe.

Para Chesnais (1996), ao ligar o termo mundialização ao conceito de capital, este recuperou a possibilidade de voltar a escolher, com total liberdade, quais os países e camadas sociais que o interessam. A distribuição e a destinação da riqueza socialmente produzida está, cada vez mais, sendo controlada pela esfera financeira. Este movimento denominado por Chesnais (1996) de “regime de acumulação predominantemente financeiro”, é caracterizado pelo ressurgimento de formas agressivas de potencializar a produtividade do capital, principalmente a relacionada ao trabalho. Tal aumento baseia-se em formas de controle exercidas pelo toyotismo, que objetivam a máxima intensidade do trabalho e rendimento da mão-de-obra totalmente flexível, dificultando o reconhecimento do direito à organização sindical, inclusive já anunciado nos relatórios do Banco Mundial.

Neste contexto, “a financeirização da economia converte-se na forma mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista, na felicíssima caracterização de Marx” (ANTUNES, 2005, p. 77). Assim, sua reprodução acontece de forma misteriosa, na qual, aparentemente, dinheiro gera mais dinheiro, como se uma mercadoria pudesse ser produzida autonomamente pelo capital, sem passar pela mediação produtiva (JINKINGS, 2002).

Como capital produtor de juros, e na forma direta de capital-dinheiro que rende juros, adquire o capital a forma fetichista pura [...] No processo de reprodução do capital, a forma dinheiro é efêmera, simples elemento transitório [...] Gerar dinheiro parece tão próprio do capital nessa forma de capital-dinheiro, quanto crescer é natural às árvores (MARX, 1991, p. 452-53).

Segundo Minella (1997), o sistema financeiro tem papel de destaque no amplo processo de globalização e tem pressionado diversos governos na adoção de medidas que favoreçam a circulação e acumulação financeira. No caso do Brasil, algumas destas iniciativas são: i) política de privatização das empresas estatais; ii) manutenção de altas taxas de juros que atrai capital especulativo internacional; iii) abertura de bolsas brasileiras para aplicações internacionais e iv) adoção de uma série de medidas que facilitam a participação dos bancos estrangeiros no país.

Esse conjunto de “ajustes” neoliberais realizado pelo governo brasileiro teve como *eixo-norteador* (predomínio do norte sobre o sul) os preceitos do Consenso de Washington, - que sintetizam, também, as imposições de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – com objetivo de adaptar-se ao

novo capitalismo global de predomínio financeiro, agravando os problemas sociais do país (JINKINGS, 2002).

Historicamente, a atividade bancária nacional está regulamentada pela Lei 4.595 de 1964, que concretizou a reforma bancária inspirada no modelo estadunidense. Esta iniciativa buscou organizar o setor financeiro de forma segmentada, isto é, através de instituições especializadas, como bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, entre outros. No entanto, na prática o que ocorreu foram fusões e incorporações de empresas de diferentes mercados, que significou o desaparecimento de aproximadamente 216 bancos no período de 1964 a 1987 (DIEESE, 2001).

De acordo com Minella (1988), três momentos caracterizaram a reforma bancária: i) centralização financeira, reduzindo o número de bancos; ii) concentração de recursos nas mãos de poucas e poderosas instituições e iii) internacionalização do sistema bancário em duas vias, tanto pela entrada e fusões com bancos estrangeiros no Brasil, como pela migração de entidades nacionais para mercados estrangeiros.

O contexto político da reforma bancária está atrelado fortemente ao período da ditadura militar no país, o golpe foi articulado entre banqueiros e industriais brasileiros com capitalistas internacionais para combater a organização e força política que os trabalhadores estavam conquistando na época. Destas alianças, vários empresários tiveram vantagens, mas ninguém lucrou tanto como o sistema financeiro (MICK, 1995).

Segundo Larangeira (1997, p. 133), “a desregulamentação do mercado financeiro ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988, alterando lei anterior que exigia cartas patentes individualizadas para cada atividade financeira” e a institucionalização dos bancos múltiplos²¹ pelo Conselho Monetário Nacional, que modificaram as regras para a criação dos bancos. Estas medidas impulsionaram um aumento importante no número de bancos brasileiros em um curto espaço de tempo; no período de 1987 a 1993 dobrou a sua quantidade de 120 para 243, aumentando significativamente a competição interbancária (DIEESE, 2001).

²¹ Essa nova lei (regulamentada pela Resolução nº 1.524 de 22 de setembro de 1988) exigia apenas uma autorização do Banco Central para que uma empresa com personalidade jurídica própria e contabilidade unificada pudesse integrar diversas atividades financeiras (poupança, crédito pessoal, crédito imobiliário etc), isto é, os chamados bancos múltiplos (LARANGEIRA, 1997).

Em 1994, a queda abrupta da inflação com implantação do Plano Real acirrou ainda mais a concorrência e desencadeou a intensificação da reestruturação produtiva no sistema financeiro brasileiro, que já tinha sido iniciada paulatinamente a partir da década de sessenta. Este processo se caracterizou pela combinação de inovações tecnológicas com novas formas de gestão que, conjuntamente, tiveram impactos decisivos sobre o perfil dos trabalhadores “sobreviventes”, sobre a atuação dos sindicatos e sobre as negociações coletivas desta categoria no decorrer dos anos 90 (ARAÚJO; CARTONI; JUSTO, 2001; GRISCI; BESSI, 2004; MERLO; BARBARINI, 2002).

De acordo com Jinkings (1996), os lucros auferidos pelos bancos, em função das altas taxas inflacionárias, foram importantes para o investimento maciço e generalizado em tecnologia. Segundo a autora, em 1992 e 1993 os banqueiros investiram, respectivamente, US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões na compra de computadores e *softwares*, enquanto que o emprego bancário vem acumulando taxas negativas desde 1990. Isto também é extremamente grave quando chamamos a opinar, novamente, a Organização Internacional do Trabalho (2006), pois segundo ela, a economia deveria gerar mais de 43 milhões de postos de trabalho anuais para reduzir o desemprego mundial, que passou de 157 milhões de pessoas em 1995 para 192 milhões em 2005, o nível mais alto da história.

Não obstante, a partir da década de sessenta ocorria introdução do processo de informatização nos bancos nacionais, implementada em quatro momentos distintos: primeiro com a criação dos CPDs (Centros de Processamento de Dados) que centralizaram a grande massa de dados referentes a todas as transações das agências; o segundo, chamado de automação de “vanguarda”, nos primeiros anos da década de oitenta, com a implantação do sistema *on line*; o terceiro em meados da década de oitenta, caracterizado como automação de “retaguarda”, com fornecimento de dados em rede para o conjunto das agências dos bancos através de um computador central. O quarto momento refere-se à transferência eletrônica de dados para residências e empresas (JINKINGS, 1996; ARAÚJO; CARTONI; JUSTO, 2001).

Este conjunto de mudanças favoreceu o controle sobre o setor por poucas instituições financeiras, lhes dando não apenas poder econômico, mas também político na definição de políticas macroeconômicas. Exemplo disso é que em outubro de 1999, dez instituições administravam um patrimônio líquido de R\$ 138,5 bilhões

(68,3% dos fundos de investimento); o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal eram responsáveis por 19,13% (R\$ 39 bilhões); quatro grandes bancos privados – Itaú, Bradesco, Unibanco e Safra - controlavam 31,82% (R\$ 64,5 bilhões) e os outros quatro bancos estrangeiros – Citibank, BankBoston, ABN AMRO e HSBC - controlavam 17,35%, correspondentes a 35,1 bilhões de reais (MINELLA, 2001).

Segundo Gonçalves (1999), a ampla desregulamentação do setor financeiro brasileiro e a grande relevância do tamanho do mercado interno nacional atraíram a entrada de bancos estrangeiros no Brasil. A desnacionalização²² e a concentração bancária aumentaram, significativamente, no período de 1995-98 através de processos de liquidação extrajudicial, fusões e aquisições. Foram vendidos pelo menos 25 bancos de porte grande e médio, e destes, onze bancos brasileiros foram vendidos para estrangeiros. Desta forma, do conjunto dos cinquenta maiores bancos, as instituições estrangeiras passaram de nove para quinze no período de 1994 a 1997 e para vinte em 1998.

Além disso, há indícios da existência de *redes transassociativas*, como salienta Minella (1997), indicando a presença de grupos financeiros na direção de vários órgãos de representação de classe; em posições estratégicas de influência na definição de políticas econômico-financeiras; no financiamento de candidaturas aos parlamentares e executivos; e na influência no processo político através de atuação de parlamentares no Congresso Nacional.

Exemplo disso é que nas eleições de 2002, os bancos investiram R\$ 25 milhões em campanhas. Além do presidente Luís Inácio Lula da Silva, os bancos formaram uma poderosa bancada com 11 governadores, 18 senadores e 99 deputados federais eleitos. O banco Itaú foi o que mais doou para campanha, isto é, R\$ 6,015 milhões; somente para José Serra foram investidos 2,2 milhões de reais do total de 6,3 milhões arrecadados pelo candidato junto às instituições financeiras. O presidente Lula recebeu R\$ 3,7 milhões de oito bancos, a maior doação foi do Banco Santander (1,4 milhão de reais) e Ciro Gomes recebeu 1,1 milhão de dois bancos (JUNQUEIRA, 2004).

²² As pressões por parte dos bancos privados e de organismos como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) levaram a transformação ou privatização dos bancos estatais. Para tanto, os governos criaram vários mecanismos para alcançar tais objetivos, entre eles: a criação em 1997 do Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) e em 1999, embora não tenha tido coragem de assumir diretamente, desencadeou processo de privatização dos bancos federais. Desta forma, o governo brasileiro executou, segundo documento publicado pelo FMI, “um dos programas de privatização mais ambiciosos do mundo” (MINELLA, 2001).

Já nas últimas eleições de 2006, o campeão em doações continuou sendo o banco Itaú. De acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral, o banco doou R\$ 4.685.001,48. Em seguida, vieram o Banco Mercantil de São Paulo, com R\$ 1,75 milhão, o Unibanco, com R\$ 1,75 milhão, e o Alvorada - ligado ao Bradesco -, com R\$ 1,4 milhão (MOURA, 2006).

Em 2004 o Brasil possuía o maior e mais complexo sistema financeiro da América Latina, com 164 bancos, 17.260 agências e cerca de 9.837 postos de atendimento (FEBRABAN, 2005). A atividade bancária nacional se caracterizou pela alta lucratividade, favorecida pelo longo período em que vigoraram os altos índices de inflação. No auge desta, ao final da década de oitenta, o setor financeiro chegou a representar 14% do PIB brasileiro (LARANGEIRA, 1997).

Segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN) (2006), o número de bancos no Brasil diminuiu em 2005, deste montante, o número de bancos privados nacionais também foi reduzido, enquanto que o de bancos privados estrangeiros permaneceu estável (Tabela 1).

Tabela 1 - Número de bancos no Brasil no período de 2000 a 2005.

Número de Bancos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Varição 2004/2005
Privados nacionais com e sem participação estrangeira	105	95	87	88	88	84	52,17% -4,50%
Privados estrangeiros e com controle estrangeiro	70	72	65	62	62	63	39,13% 1,60%
Públicos federais e estaduais	17	15	15	15	14	14	8,70% 0,00%
Total	192	182	167	165	164	161	100% -1,80%

Fonte: BACEN. Banco Central do Brasil. *Sistema Financeiro Nacional*. 2006. Disponível em: www.bcb.gov.br Acesso em: 30 de mar. de 2007.

A introdução de tecnologia informacional e da microeletrônica provocou mudanças profundas nos processos de trabalho nos bancos, alterando rapidamente

os padrões de atendimento. Nas agências ele está sendo transferido para os caixas eletrônicos, assim como o papel moeda está sendo substituído pelo cartão de crédito (JINKINGS, 2002). Nos últimos cinco anos, o total de agências bancárias e postos tradicionais praticamente não variou, no entanto o uso do “Internet banking” cresceu 217%; o número de cartões aumentou 29,5% e os postos eletrônicos apresentaram um crescimento significativo de 76,6%, no mesmo período. Os correspondentes bancários²³, também, vêm ganhando um novo espaço na rede de atendimento ao cliente, com expansão de 406% na mesma base de comparação (FEBRABAN, 2006; BACEN, 2006).

Com o objetivo de caminhar para finalização deste sub-capítulo, sem a pretensão ou ousadia de esgotar o tema, buscamos o que poderia ser uma síntese do cenário nacional dos bancos, que se aproxima, ao nosso ver, da avaliação de Lince (2005). Adicionalmente, indicamos a leitura da Tabela 2, que apresenta o lucro dos bancos (Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco) e seu acréscimo, comparativamente, ao primeiro semestre de 2005 e 2006.

os banqueiros estão felizes [...], a rentabilidade do Itaú supera a dos bancos americanos mais rentáveis do porte. O que esta gente está lucrando supera os limites do inacreditável. Não há nada, nem o tráfico de drogas ou armas, que renda mais que os bancos no Brasil de hoje [...].

Tabela 2 - Lucro e acréscimo de lucro dos bancos (Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco) no período de 2005-2006.

Banco	Lucro (primeiro semestre)	Acréscimo 2005/2006
Banco do Brasil	R\$ 3,888 bilhões	96,40%
Bradesco	R\$ 3,132 bilhões	19,50%
Itaú	R\$ 2,958 bilhões	19,50%
Unibanco	R\$ 1,068 bilhão	25,10%

²³ Os correspondentes bancários são definidos como prestadores de serviços de cunho acessório às atividades privativas dos bancos, por meio de empresas contratadas para este fim, como por exemplo, agências de correio e lotéricas. Os correspondentes favorecem as instituições financeiras porque representam um canal mais barato e informal do que a agência, compartilham os custos e são adequados para clientes de baixa renda. Mais informações: www.bcb.gov.br.

Fonte: CONTRAF – CUT. Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Central Única dos Trabalhadores. Os maiores lucros da história. *Jornal do Cliente*. 2006a.

Importante salientar que em meio a bilhões de reais em lucratividade, o sistema financeiro nacional também lidera recordes negativos, como por exemplo, a liderança no *ranking* de ações trabalhistas no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Dos cinco primeiros nomes da lista, quatro são de instituições bancárias (MAKHOU, 2006). Não obstante, os bancos também batem recordes em autuações realizadas pela Receita Federal por irregularidades no pagamento de impostos e contribuições federais. Em 2005, foram autuados 288 bancos, perfazendo um total de R\$ 8,12 bilhões (CNB/CUT, 2006).

De acordo com o *Jornal Correio do Povo* (2006), os sete maiores bancos brasileiros arrecadaram juntos, em tarifas, aproximadamente R\$ 31 bilhões, somente em 2005; isto significa mais que a arrecadação total dos Estados brasileiros (perdendo apenas para o de São Paulo). O líder Itaú (R\$ 7,737 bilhões) poderia cobrir a despesa orçamentária de Roraima por uma década, melhorando a vida de 324 mil pessoas. Como se não bastasse, há ainda o desrespeito aos usuários, pois em apenas cinco anos, desde 2001, as tarifas bancárias subiram quase 50.000%!

O processo histórico, político e econômico da mundialização financeira e as reestruturações que vêm passando os bancos nacionais, em um contexto de liberalização, desregulamentação e privatização, atingem diretamente as condições de vida e de saúde dos seus trabalhadores. A concentração bancária proporciona não somente poder econômico, mas, fundamentalmente, político para os bancos. São essencialmente esses dois aspectos, econômico e político, que permitem que as instituições financeiras continuem mantendo seus recordes de lucratividade e exploração da classe trabalhadora, diminuindo suas formas de resistências.

3.2. MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE SAÚDE DOS BANCÁRIOS

Como anunciado anteriormente, partimos da premissa que o poder econômico e político acumulado pelas instituições bancárias determinam e aprofundam a exploração, principalmente, pela instabilidade do emprego e intensificação do trabalho.

A esse respeito, Seligmann-Silva (1994) caracteriza o trabalho dominado²⁴ como aspecto principal nos processos de desgaste humano. Neste sentido, o entendimento dos movimentos e conflitos das transformações do mundo do trabalho é fundamental para desnudar a ideologia que oculta a dominação, o enfraquecimento dos processos de resistências e a deteriorização da saúde dos trabalhadores.

Segundo Jinkings (2002, p. 39), o bancário está diretamente vinculado “aos movimentos do capitalismo mundial dominado pela esfera financeira – já que lida, na sua atividade diária, com o capital-dinheiro [...] – está entre os mais atingidos pelas mudanças atuais no modo como o capital se reproduz”.

Os trabalhadores tolhidos dos meios de produção precisam vender sua força de trabalho para garantir seus meios de subsistências e assim, se configuram em “mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e são, por consequência, expostos a todas as vicissitudes da competição, a todas as flutuações de mercado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 20).

A relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, como uma atividade que lhe é alheia e que não lhe oferece satisfação, pode ser compreendida através do conceito de *alienação* caracterizado por Marx, o qual possui quatro desdobramentos principais, segundo Mészáros (1981): i) o homem está alienado de sua natureza; ii) ele está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); iii) o homem está alienado de seu ser como membro da espécie humana (“ser genérico”) e iv) ele está alienado na relação com outros homens.

Segundo Dejours (1992, p. 137), a compreensão de alienação no sentido de Marx é com relação à “organização do trabalho que vai contra seus desejos, suas necessidades e sua saúde [...] toma a forma de um conflito onde o desejo do trabalhador capitulou frente à injunção patronal”. Para Seligmann-Silva (1994), o trabalho dominado deve ser compreendido em sua manipulação ideológica, pois dificulta a percepção do trabalhador em identificar os problemas que podem lhe acometer mentalmente, assim como enfraquece as formas de resistência e esconde a dominação.

Até a década de setenta, sob a égide do taylorismo-fordismo, a organização do trabalho e o processo de produção em série para o consumo em massa exigia a

²⁴ Em seu livro a autora trabalha com o conceito de trabalho dominado e o relaciona com o desgaste mental dos trabalhadores.

aglutinação de um grande número de trabalhadores, que colaborava na organização sindical e regulamentação estatal. Neste contexto, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no chamado “Estado de Bem Estar”, culminou em um grande avanço tecnológico que, ao invés de permitir libertar o homem, tornou-se instrumento para maximizar a exploração da força de trabalho. Assim, um outro padrão produtivo foi introduzido a partir da acumulação flexível, substituindo o taylorismo-fordismo pelo toyotismo e transferindo os mecanismos de controle para o interior das empresas (SAVIANI, 2002).

De fato, foram retomadas as bases sociais e ideo-políticas para o retorno do processo de reestruturação do capital, neste caso, em um outro patamar de exploração. Nos dias de hoje, o capital apropria-se de forma cada vez mais intensa da subjetividade dos trabalhadores, através da transferência de parte das capacidades cognitivas humanas para as máquinas informatizadas. E este processo de “envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento e a alienação do trabalho, amplia as formas modernas de reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada” (ANTUNES, 2002, p. 43).

No local de trabalho toyotizado, o sofrimento tende a alargar-se, deslocando-se para a mente e imprimindo seu estigma no corpo (deste modo, a compressão psicocorporal se converte em compressão/esmagamento do corpo pela mente/cérebro, negação da efetividade humano-genérica, alienação/estranhamento em alto grau). Prolifera o surto de estresse, lesão por esforço repetitivo (LER) e novas doenças psicossomáticas. A suposta promessa pós-fordista explicita sua “farsa” e sua “ironia”. O toyotismo, até mais que o fordismo, possui uma contradição aguda que busca se desenvolver numa determinada forma de tráfico corpo-mente (ALVES, 2005, p. 426).

Já na década de trinta os bancários entrevistados por Canêdo (1986) relataram que seus serviços “cheios de responsabilidade” foram substituídos por “serviços bitolados” com início da informatização e ampliação do sistema financeiro. Nessa época, o trabalho bancário era essencialmente manual e as jornadas de trabalho rigidamente disciplinadas se estendiam por mais de dez horas (JUNCKES, 2004).

Nos anos sessenta, os trabalhadores sofriam de tuberculose e “psiconeurose bancária”. Segundo Canêdo, citada por Jinkings (2002, p. 245), esta doença foi

assim descrita pelos trabalhadores: “[...] afeta as funções do cérebro, dando fraqueza, dificuldade de concentrar a atenção, dor de cabeça e irritabilidade [...]”. Segundo a autora, em 1938 na cidade de São Paulo, 23% dos bancários possuíam tuberculose, enquanto que 259 trabalhadores cariocas foram diagnosticados com “psiconeurose bancária”.

Uma pesquisa promovida pelo Diesat (Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e Ambientes de Trabalho), citada por Jinkings (1996), informa que já nos anos oitenta, as causas de tensão e cansaço apontadas pelos bancários eram ritmo intenso de trabalho, pressão por produtividade, formas de controle exercidas pelas chefias, grande carga de responsabilidade e exigência dos clientes em caso de atendimento ao público. Outros problemas como o de estresse e sintomas psicoemocionais, de coluna, estômago ou fígado e de visão também foram lembrados.

No caso dos bancos estatais, apesar de no Brasil eles terem acumulado grande lucratividade, o incremento da reestruturação produtiva vem atingindo fortemente seus trabalhadores. Essas medidas têm o objetivo de transformar estas instituições em empresas lucrativas, adaptadas às características do capital privado e às leis da mundialização financeira. Em geral, essas mudanças ocorrem antes, e também, fazem parte do amplo processo de privatizações e liquidações que reduzem, significativamente, a quantidade de força de trabalho empregada através do “incentivo” aos Programas de Demissão Voluntária (PDVs), e que facilitam posteriormente o fechamento de um grande número de agências (JINKINGS, 2002). Desta forma, estas mudanças podem ser caracterizadas como mais uma tentativa de igualar, em relação à diminuição de direitos e aumento de deveres, os bancários de instituições públicas aos das privadas.

Neste contexto de mudanças, torna-se importante visualização de dados de pesquisa que demonstram claramente os efeitos das ações do poder do capital na saúde dos bancários:

[...] quando assumiu o controle do Banespa, em 2000, o Banco Santander [...] Colocou em prática uma política de “saneamento” de gastos que consistiu na terceirização de serviços de quase todos os setores, intensificação do trabalho, demissões sem justa causa e fez do abuso de poder o método de forçar os funcionários a aderir ao programa de demissões voluntárias (PDV) da instituição. A pesquisa feita em 2001 entre 1.001 bancários revelou os transtornos mentais que estavam sofrendo: ansiedade, 83 por cento; insegurança, 73 por

cento; frustração, 70 por cento; insônia, 62 por cento; irritabilidade, medo ou cansaço, 54 por cento; náusea, 30 por cento [...] 42 por cento viveram ou presenciaram alguma forma de humilhação²⁵.

A introdução de novos produtos, o avanço tecnológico e o investimento em qualificação/treinamento dos trabalhadores têm sido características fundamentais da nova organização do trabalho e da concorrência entre os bancos. Segundo Grisci e Bessi (2004) as inovações tecnológicas têm como objetivo enfraquecer a dependência do capital em relação ao trabalhador, além disso, o poder das organizações sobre os trabalhadores promove uma “desterritorialização” dos sujeitos, ou seja, buscam estratégias para que o trabalhador se sinta como membro de uma grande família, distanciando os trabalhadores de suas origens sócio-culturais e os aproximando de maneira sedutora aos interesses da empresa.

Em razão da concorrência interbancária, o sistema financeiro brasileiro intensificou o desenvolvimento de novos produtos e serviços ao tratamento diferenciado dos clientes de acordo com a renda e potencial de consumo. Felinto (2005) explica que o novo segmento de bancos exclusivos (Bradesco Prime, Itaú Personalité, Unibanco Uniclass ou Real Van Gogh) potencializa a separação, inclusive física, de pobres e ricos, utilizando em suas denominações “estrangeirismos” incompreensíveis para grande parte da população e de atores famosos na participação de comerciais, que produz reflexos de identificação na opinião pública.

As rápidas mudanças tecnológicas e organizacionais e a falta de participação dos trabalhadores nas decisões provocam insegurança entre os bancários pelo temor ao desemprego, achatamento salarial com repercussões no poder de compra dos salários e resistências quanto ao acúmulo de tarefas impostas por este novo contexto (PALÁCIOS; DUARTE; CÂMARA, 2002).

Dentre os muitos elementos que determinam as condições de vida e de saúde dos bancários, iremos nos concentrar em três fenômenos sociais, apontados por Segnini (1999), que caracterizam as transformações no sistema financeiro nacional na década de noventa, os quais são: terceirização, precarização/intensificação do trabalho e elevado desemprego.

²⁵ Pesquisa desenvolvida pela Associação dos Funcionários, citada por Barros (2004).

O recurso à terceirização tem sido utilizado com o intuito primordial de reduzir custos, principalmente as atividades de baixa qualificação, através da exclusão de parte dos trabalhadores do mercado regular de trabalho. Os empregados que prestam serviços de terceirização recebem salários menores do que o piso da categoria e não têm os mesmos benefícios. Não obstante, contribuem para o enfraquecimento do movimento sindical, pois muitos demitidos passam a trabalhar para as empresas terceirizadas, exercendo, freqüentemente, as mesmas funções de antes, mas deixando em muitos casos de pertencer à categoria (LARANJEIRA, 1997; SEGNINI, 1999).

No caso dos bancários, existe a possibilidade dos trabalhadores demitidos retornarem às funções nas instituições financeiras, no entanto, agora como empregados de terceirizadas, já que estas empresas exigem como pré-requisito para contratação a experiência no setor, porém, com contratos e condições de trabalho precários (JINKINGS, 2002).

De acordo com Larangeira (1997), soma-se a esta problemática a terceirização de atividades de profissionais altamente qualificados, com criação de departamentos como recursos humanos, treinamento, informática, marketing, entre outros, que são substituídos por serviços temporários de consultoria/assessoria, sem quaisquer vínculos trabalhistas.

Há um distanciamento cada vez mais acentuado entre trabalhadores integrados e os terceirizados, cuja segmentação se constitui como a mais forte dispersão dos interesses comuns das forças de organização desses trabalhadores (JUNCKES, 2004). Segundo este autor, só foi possível manter os níveis de sindicalização dos anos noventa, porque os sindicatos deixaram de computar em seus registros os terceirizados, representando apenas aqueles trabalhadores formalmente reconhecidos pelos bancos.

Quanto à intensificação do trabalho, Araújo, Cartoni e Justo (2001) consideram que uma de suas origens é a flexibilização funcional, ou seja, a incorporação de várias tarefas com a mesma rotina de horas trabalhadas.

O novo profissional deverá ser especializado em vendas, necessitando de conhecimentos sobre o mercado financeiro, sobre a utilização de *softwares* de matemática financeira, além da aquisição de atitudes e comportamentos de saber-vender (LARANJEIRA, 1997, p. 118).

De acordo com Motta (2006), em 1993 os bancários brasileiros representavam 655 mil e cada um cuidava de, aproximadamente, 67 contas correntes. Em 2005, cada bancário foi responsável por 236 contas correntes em média, um aumento de 72%.

Estudo realizado pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho (LPT/ UnB) e o Sindicato dos Bancários de Brasília (2004) indica que os gerentes e os bancários responsáveis pelo atendimento ao público são os mais afetados pela sobrecarga de trabalho. Esta pesquisa também revela que os trabalhadores sobrecarregados têm dificuldades em conciliar as demandas profissionais com as da família.

As análises de um dirigente sindical, entrevistado em nossa investigação, sobre as repercussões das pressões cotidianas nos problemas familiares dos bancários, é a seguinte:

Eu lembro desse tempo uma bancária do Santander dizendo assim: agradecendo a Deus por ter sido demitida, e ela descreve muito bem essa relação que estou dizendo, que agora ela pode cuidar da filha dela, retomar a relação com o marido, passou a viver de novo, que bom que ela foi demitida (BESC).

O bancário sai de casa 8 horas da manhã e volta, sei lá, 9 horas da noite, destruído psicologicamente, exaurido, pressionado com o chefe o tempo todo falando na orelha dele: meta, meta, meta [...] Quando ele chega em casa, ele chega irritado, aí o filho vai discutir alguma coisa com ele ou o marido, ou a esposa, vai contestar, isto estoura e acabam brigando [...] Ele passa a não ter mais relação com os filhos e isso acaba deteriorando a relação dos casais. Existe separação muito grande dos bancários, nível de dependência cruzada de álcool com drogas muito grande, nível de pessoas tomando essas drogas prescritas pelos médicos (BESC).

Em uma pesquisa (LPT/UnB; SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA, 2004) realizada com três bancos públicos, identificou-se que cerca de 13% dos bancários são alcoolistas. Os gerentes estão entre as funções que apresentam maior frequência (19%) com problemas relacionados ao uso abusivo ou nocivo de álcool. Apesar da maioria dos cargos de gerente ser ocupado por homens (84,7%), o número de mulheres nestas funções tem aumentado²⁶, assim como a dependência de álcool (15,3% das mulheres apresentaram problemas).

²⁶ Apesar do aumento no número de trabalhadoras em instituições bancárias, ainda persistem as formas de discriminação ocupacional e salarial, assim como, de exclusão econômica da mulher, em diferentes funções, do mercado de trabalho (JINKINGS, 2002).

Em 2006, o Bradesco foi condenado por “modelo cruel de gestão” em ação movida por assédio moral por uma bancária. Nos autos do processo, a juíza salienta que “o Bradesco é também um supermercado de papéis e os empregados, sem exceção, são obrigados a acumular dupla função de bancário propriamente dita e de vendedor de papéis e serviços” (CONTRAF-CUT, 2006b). Para um dirigente sindical de Florianópolis este novo perfil é tão exigente que,

Chega um ponto que o assédio é tão grande que o cara vira o chato da família, ninguém mais da família quer conviver com o cara, porque você convida o cara para um batizado, o cara num enterro ele está querendo te vender seguro, querendo te vender produtos do banco [...] (BESC).

Segundo dados da Agência Brasil (2006), dos 2.609 bancários de 28 diferentes bancos públicos e privados no Brasil, mais de 40% sofrem agressões morais no trabalho e 30,52% se sentem estressados. As agressões duram quase o ano todo (11,13 meses) e em mais da metade dos casos (51,49%) ocorrem várias vezes por semana. Entre as situações colocadas como agressivas estão: “o chefe o enche de trabalho”, “chefe prejudica sua saúde”, “dá instruções confusas e imprecisas”, “pede trabalhos urgentes sem necessidade”, “insinuar e fazer correr boato de que você está com problema mental ou familiar” (situação mais freqüente entre as mulheres).

De 2000 a 2004, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) divulgou o aumento de 65% no número de diagnósticos de trabalhadores bancários com transtornos mentais (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PERNAMBUCO, 2006). De acordo com estudo com caixas do Rio de Janeiro, as agressões dos clientes e o medo constante em cometer erros trazem conseqüências negativas à saúde mental destes trabalhadores. Estes bancários consideram seu trabalho repetitivo, agressivo, monótono e que exige intensa atenção, além de relatos da existência de fiscalização velada exercida pelos colegas, chegando a ponto de denominar alguns bancários de “boing” ou “teco-teco”, segundo a velocidade que realizam os atendimentos (PALÁCIOS, DUARTE; CÂMARA, 2002).

Conforme nos ensina Dejours (1992, p. 133), o sofrimento mental pode ser atribuído ao choque entre os desejos e projetos individuais do homem com uma organização do trabalho que o ignora, quando são inviabilizadas as possibilidades de mudanças segundo “suas necessidades fisiológicas e seus desejos psicológicos”.

Em função desta estrutura patogênica de organização, o bancário acaba submetendo-se a um ritmo mais intenso de trabalho, colocando em risco sua integridade, seja ela de ordem física, psicológica, social e intelectual. O estudo de Murofuse e Marziale (2001) evidencia as principais mudanças no trabalho e na vida no município de Cascavel/PR. A disposição, dedicação, responsabilidade, satisfação, reconhecimento profissional, renúncia aos projetos pessoais em favor das necessidades da empresa, foram elementos comuns encontrados na auto-descrição dos bancários, aliados a equipamentos inadequados aquém das necessidades fisiológicas dos trabalhadores e às dificuldades no diagnóstico médico das doenças ocupacionais, os quais interferem e alteram o ritmo de produtividade, agravando-lhes sofrimentos físico e mental.

Os processos de automação e intensificação do trabalho fizeram emergir a questão da saúde, sobretudo das LER, com enorme crescimento na década de noventa, e que, portanto, exigiram freqüentes negociações coletivas pela organização sindical dos bancários. De acordo com Pennella (2000), o Programa de Prevenção, elaborado e coordenado pela Faculdade de Saúde Pública da USP, estimou que em cada 100 bancários dez já tivessem lesões e outros dez apresentem os sintomas iniciais da doença.

O trabalho repetitivo é uma porta de entrada para a doença. A violência da organização laboral pode, mesmo sem a nocividade ser visível, criar doenças somáticas e não apenas psíquicas. “A vida psíquica é, também, um patamar de integração de diferentes órgãos. Sua desestruturação repercute sobre a saúde física e sobre a saúde mental” (DEJOURS, 1992, p. 134).

Os bancários que são atendidos no SEEB geralmente procuram a entidade para assistência jurídica no caso de doenças profissionais. Essas pessoas buscam auxílio em condições de sofrimento. De acordo com duas lideranças sindicais:

Eu acho que elas já vêm muito depressivas, com aquele medo de perseguição, acho que o preconceito é tão grande dentro das agências, acho que elas escondem há tanto tempo, que elas chegam aqui no seu limite [...] Às vezes não tem apoio familiar e passam por dificuldades financeiras (BANESTADO).

O negócio é violento, tem uns que se dão bem, mas muito poucos, a grande maioria fica doente e nem consegue ir no INSS conseguir provar que é uma doença relativa ao trabalho, fica sem assistência sem nada, muitos acabam no mercado de trabalho fazendo outra

coisa. E bancário não é profissão, bancário não precisa fazer nada, bancário vai fazer o que depois que sai do banco, caixa de supermercado, vai vender pipoca na esquina? (BESC).

As LER²⁷ representam mais um elemento nefasto e contribui para que colegas de trabalho e familiares desqualifiquem as dificuldades encontradas pelos doentes, já que a doença não se manifesta visivelmente (PENNELLA, 2000). Há também, mudanças significativas na perda de sua autonomia, limitação física na execução de tarefas diárias, nos cuidados pessoais e domésticos. Merlo e Barbarini (2002) corroboram com esta análise do problema. A partir de um estudo com caixas executivos presenciaram as dúvidas e desconfianças entre os bancários desta função, compreendendo que o medo faz com que estes trabalhadores “recorram à estratégia coletiva do silêncio, negando o sofrimento dos outros e calando sobre o próprio” (p. 116).

De acordo com Dejours (1992), o medo é um conceito que responde por um aspecto concreto da realidade e exige tipos específicos de sistemas defensivos. Ele pode ser intensificado pela carga psíquica exigida por um trabalho considerado nocivo e, também, pelo desconhecimento dos limites desta nocividade ou pela ignorância de métodos de prevenção eficazes. Com relação à especificidade do trabalho bancário, os mecanismos de defesa podem ser encontrados na negação da doença profissional, já que reconhecer a patologia significa lembrar os perigos que permeiam a atividade laboral, tornando as tarefas ainda mais sofridas, pois mais carregadas de ansiedade.

[...] Este medo é parte integrante da carga de trabalho. O medo, seja proveniente de ritmos de trabalho ou de riscos originários das más condições de trabalho, destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável, como o carvão que asfixia os pulmões do mineiro com silicose (DEJOURS, 1992, p. 74).

Há também uma questão política na escolha entre as nomenclaturas LER ou DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho). Em 1997, com a nova Norma de Avaliação de Incapacidade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), as LER passam a se denominar DORT. No entanto, segundo Vertheim

²⁷ Em pesquisa desenvolvida por Pennella (2000), as representações sociais de bancários lesionados estão influenciadas por “vivências estigmatizantes”. O trabalhador com LER sofre discriminações que podem estar associadas à invisibilidade dos sintomas de dor que caracterizam este tipo de doença.

e Minayo-Gomez (2000), este posicionamento do INSS tem como pressuposto a descaracterização da relação doença e trabalho, sugerindo que o sujeito é predisposto a adoecer e desconsiderando que o processo de adoecimento está associado ao seu histórico profissional²⁸.

Finalmente, há agora um complicador: o desemprego de trabalhadores escolarizados e qualificados²⁹. Comparativamente, nos anos de 1993 a 1996 houve um crescimento superior a 100% no investimento em formação e treinamento, de US\$ 80 milhões para US\$ 174 milhões, respectivamente. Enquanto isso, nos últimos vinte anos o número de bancários caiu pela metade, de 800 mil para 400 mil trabalhadores, sendo que somente no período de julho a dezembro de 1996 foram eliminadas 147.833 vagas no setor (LARANGEIRA, 1997; MOTTA, 2006).

Os investimentos em treinamento/formação e as exigências dos bancos por terceiro grau completo impulsionam a elevação do salário médio da categoria, com uma especificidade: combinação de benefícios fixos com variáveis, de acordo com a produtividade e rentabilidade da empresa. A nova estrutura de organização do trabalho e padrão produtivo estimula a tendência do aumento do número de gerentes e dos cargos comissionados (funcionários que recebem gratificações mediante jornada superior à estipulada por lei de seis horas diárias) (LARANGEIRA, 1997).

De acordo com Jinkings (2002), o emprego bancário é afetado diretamente pela incorporação dos pressupostos dos programas de “qualidade total”, que direcionam os novos “negócios” dos bancos, nos quais a concepção de qualidade significa produzir mais com menores custos. Os ajustes organizacionais determinados por estes programas incluem intensificação tecnológica, desenvolvimento de um sofisticado sistema de comunicação empresa-trabalhador, criação de equipes “de qualidade” nos locais de trabalho e contratações e remunerações flexíveis de acordo com o desempenho do funcionário e da sua unidade de trabalho no cumprimento de metas.

²⁸ Por considerarmos esta descaracterização do conceito de LER na representação das lutas históricas dos trabalhadores pelo reconhecimento de doenças profissionais, como atitude político-científica utilizaremos na pesquisa a nomenclatura LER, ao invés de DORT.

²⁹ No período de 1994 a 1996 observou-se uma elevação do nível de escolaridade da categoria, isto é, bancários com nível superior completo e com pós-graduação *strict-senso* passaram de 28,6% para 34,5% e o número de bolsas concedidas pelos bancos para formação em cursos de graduação passou de 35% em 1995 para 61% em 1996 (LARANGEIRA, 1997).

Desta maneira, encontramos nos locais de trabalho a intensificação de formas de adesão do trabalhador à ofensiva ideológica do capital, pela qual são repensadas táticas para aumento de produtividade sob o discurso de “participação” e acirramento da concorrência mercadológica, desviando a atenção do controle e da coerção exercidas pelas gerências; e, na concessão de prêmios pelo cumprimento de metas, como forma de incentivo à “eficácia” do trabalho, tornando os bancários altamente competitivos. O que de fato acontece é que esses mecanismos mitificam as relações de antagonismo e dominação próprias do capitalismo e, assim, se constituem como um importante instrumento de mobilização e sedução dos bancários a este ideário patronal (JINKINGS, 2002)³⁰.

Essas estratégias podem ser exemplificadas pelo relato que um dirigente sindical de Florianópolis nos concedeu:

Ontem eu estava em uma agência no interior do banco e tu precisava ver a vibração...Conseguimos alcançar a prata, somos prata [grita imitando os bancários]. Porque tem um placar prata, bronze, ouro... bonito! O [banco x] patrocina o vôlei, o futsal agora, então sempre bota essas histórias ai, classifica as agências na etapa bronze, prata e ouro. Então quando eles conseguem chegar naquilo lá é uma vibração na agência [...] É bom a felicidade deles, porque eles conseguiram alcançar aquele objetivo que eles são cobrados, agora quanto isso pesa para eles, muitas vezes não se dão conta que a empresa, o banco, não está nem ai se pesa ou não, ele sabe que pesa, ele sabe que tem um dano à saúde do trabalhador, mas o trabalhador é descartável (BANESPA).

Neste item tentamos realizar uma análise sobre as condições de vida e de saúde dos bancários, considerando nossos limites com relação às tentativas de análises sobre os conceitos de reprodução social (CAMPAÑA, 1997) e processo saúde-doença (BREILH, 2006) que orientaram os caminhos percorridos. De fato, buscamos contribuir para a fundamentação e construção de uma proposta que se anteponha ao projeto focalizado e regressivo que o neoliberalismo traçou para a saúde.

³⁰ Sobre a intensificação de formas de autoridade e controle nos locais de trabalho indicamos o livro de Jinkings (2002) que aborda, dentre muitos temas relacionados ao mundo bancário, essas questões com profundidade e complexidade.

3.3. OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO

A presença constante dos pesquisadores na estrutura sindical possibilitou algumas observações que, junto com as análises dos bancários participantes da investigação e a sustentação da literatura, auxiliaram na compreensão das implicações da reestruturação produtiva sobre as estratégias e práticas sindicais. De todo este envolvimento e reflexões, sentimos a necessidade de buscar elementos históricos sobre algumas das principais lutas da categoria, as quais apresentamos sinteticamente a seguir.

Assim, aprendemos que, historicamente, desde o início do século XX, os sindicatos do setor de serviços estavam entre os mais organizados do país. Tanto foi assim, que os anteprojetos apresentados pela categoria dos bancários, ferroviários e marítimos tornaram-se base para formulação da legislação trabalhista e previdenciária. Já em 1930, o sindicalismo bancário lutava pelo aperfeiçoamento do sistema de crédito e o enfraquecimento dos bancos estrangeiros (CANÊDO, 1986).

Segundo Junckes (2004), os anos que se seguiram foram marcados, ainda que com alguns recuos e estagnações, por grandes êxitos na luta dos bancários, como a conquista pela jornada de seis horas, regulamentação da categoria, aposentadoria após trinta anos de serviço, estabilidade de emprego após um ano, contrato coletivo de trabalho, salário mínimo e caixa única de aposentadoria específica para a categoria. Entre 1945 e 1947 os bancários realizaram várias manifestações reivindicando reajuste salarial, salário-mínimo profissional e negociação nacional unificada com os banqueiros. Porém, estas rápidas conquistas foram seguidas de grande repressão contra as organizações sindicais promovidas pelo governo federal e sindicatos patronais nos anos posteriores.

Na década de cinquenta, o sindicalismo bancário desenvolvia amplamente práticas assistencialistas e desta forma, enquanto a burocracia corporativista se generalizava nas entidades, a militância clandestina voltava a se incorporar à oficialidade sindical, viabilizando a organização nacional da categoria. Em 1958, os sindicatos dos bancários consolidaram a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito), uma importante articulação representativa dos trabalhadores, com atuação político-sindical de apoio às greves, participação em encontros nacionais e mobilizações, capacitando a luta e a participação dos trabalhadores (JUNCKES, 2004).

A resistência operária foi sufocada em vários momentos até o final dos anos setenta, quando finalmente um novo ciclo de lutas integradas se iniciava forçando a remodelação política do país e a revisão de métodos de gestão do trabalho. Neste contexto, os grupos de oposição intensificaram a reorganização sindical e a resistência civil-militar após a grande manifestação anti-regime (JUNCKES, 2004).

Podemos destacar que, desde a década de setenta, o sindicalismo bancário vinha conquistando maior capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores. Nos anos que se seguiram, esses avanços se intensificaram, resultando na unificação de milhares de bancários e fortalecimento da luta política e sindical. Um marco decisivo desse momento foi a primeira greve nacional dos bancários, em 1985, quando 700 mil trabalhadores paralisaram 30 mil agências em todo país, tornando-se referência do movimento sindical brasileiro dos anos oitenta (JINKINGS, 2002).

A “explosão do sindicalismo” dos anos oitenta foi seguida com maior intensidade, nos anos noventa, de uma crise do movimento sindical brasileiro perante a inserção do país de modo dependente e subalterno na mundialização do capital. A partir de terceirizações, descentralização produtiva e desemprego dava-se início a destruição do coletivo operário, além de evidenciar as debilidades estruturais e históricas do sindicalismo brasileiro, principalmente em seu aspecto político-ideológico, diante das limitações da prática sindical em resposta a implantação de políticas neoliberais e do avanço do processo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000).

A reestruturação produtiva produziu impactos profundos na atuação sindical. As novas formas de organização e dominação do trabalho enfraquecem as possibilidades de negociações coletivas, aumentam as perdas de direitos conquistados e restringem a participação dos sindicatos como representantes legítimos da classe trabalhadora.

As mudanças nas práticas sindicais impostas pelo avanço das políticas neoliberais em uma nova etapa de acumulação capitalista flexível, se caracterizaram pelo esvaziamento da perspectiva classista, considerado por Alves (2005) como um “defensivismo de novo tipo”, cujas principais características são a passagem da “confrontação à cooperação conflitiva” e a incapacidade do sindicalismo instaurar uma contra-hegemonia à lógica destrutiva do capital financeiro.

Em nossa investigação, na avaliação dos dirigentes sindicais de Florianópolis:

Há uma grande crise no movimento sindical [...] porque o sindicato que ia para a rua, que paralisava, que botava carro de som, que brigava, hoje não faz mais nenhum minuto de silêncio, porque nas suas páginas vive elogiando o governo [...] isso está aguçando uma crise, o movimento sindical nunca esteve tão mal como se encontra hoje (BESC).

O movimento sindical foi cooptado pelo governo e perdeu esta identidade combativa e de cobrança [...] o próprio enfrentamento com a política neoliberal, o problema das demissões, o avanço do sistema financeiro, ele mudou muito a forma de explorar os trabalhadores, várias áreas do banco que empregavam muitos trabalhadores foram terceirizadas, a categoria perdeu muita gente (BANERJ).

De acordo com Larangeira (1997), um desses indicativos de retrocesso foi a aprovação pelo movimento sindical da modalidade de participação nos lucros da empresa (PLR), que mostra uma mudança dos princípios coletivistas, que orientavam até então a prática dos sindicatos, para formas de individualização e de flexibilização da remuneração. Assim como, da estrutura sindical oferecer cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional, considerados até então de responsabilidade do ensino oficial.

Nesta direção, Jinkings (2002) argumenta que a chamada “livre negociação” salarial e o estabelecimento da PLR são instrumentos da ofensiva neoliberal contra o trabalho e têm conseqüências na deterioração das condições salariais e de trabalho. Isto porque, a remuneração variável fragmenta a negociação coletiva, pois possibilita a intensificação do trabalho e estratégias de “integração” dos trabalhadores para aumento da lucratividade, de acordo com cumprimento de metas preestabelecidas pelos bancos, enfraquecendo o papel social do movimento sindical.

As novas condições sócio-históricas impostas pelo advento do neoliberalismo colocam em evidência as fragilidades político-ideológicas do sindicalismo brasileiro. O movimento sindical enfrenta problemas em sua estrutura organizacional (e partidária) e tem dificuldades crescentes em organizar os trabalhadores, que se encontram fragmentados e debilitados, não apenas no plano objetivo-material, mas no subjetivo-ideológico (ALVES, 2005).

As estratégias utilizadas para realizar campanhas salariais - criticadas em nossa pesquisa por muitos sindicalistas pela ênfase predominantemente “economicista” e com pouco envolvimento da base -, e discussões sobre as pautas

de saúde e condições de trabalho da categoria nas assembleias, deveriam englobar, de acordo com um ex-sindicalista e bancário entrevistado

Uma campanha também para ganhar os trabalhadores do ponto de vista ideológico, para a importância disso, que mesmo você sendo explorado na sua força de trabalho é uma obrigação do patrão te dar condições de saúde e acho que nós perdemos bastante, nós tivemos picos muito bons e nós perdemos (BANERJ).

De acordo com André e Vieira (1996), há uma tradição muito forte dos sindicatos em enfatizar a luta econômica, para manutenção do poder de compra dos salários, que acaba afastando a base das entidades. Assim, o sindicato aparece apenas como instrumento para obtenção de reajustes salariais, empobrecendo seu papel nas discussões e reivindicações de outros problemas fundamentais que enfrentam os trabalhadores brasileiros.

Em nossa pesquisa tivemos a oportunidade de dialogar com os trabalhadores sobre a importância que questões salariais têm para melhorar suas condições de saúde. Com exceção de um participante, todos os demais relataram que um suposto aumento em seus salários não significaria uma condição de vida salutar, pois de nada mudaria seu trabalho. Pelo contrário, sinalizaram que na maioria dos casos um aumento salarial seria sinônimo de mais responsabilidades e horas de trabalho. Segundo nosso referencial teórico, ainda que seja importante que os trabalhadores possuam bons salários, é fato que isto não garante mudanças nas relações de poder que determinam suas condições vida, saúde e trabalho. Nesta direção, Breilh (2006) denomina essas transformações como “cosméticas”, já que asseguram aparentemente melhorias à classe trabalhadora, porém, em sua essência, mantém a dominação e controle do trabalho.

Ainda sobre este assunto, Marx em seu texto intitulado *Salário, preço e lucro*, citado por Tumolo (2002, p. 239), já enfatizava que os trabalhadores ao lutarem por aumento salarial, “lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar seu rumo”.

Conseqüência desta limitação é a grande dificuldade dos sindicatos de se aproximarem dos locais de trabalho, impedindo lutas mais eficazes e duradouras. A luta pela defesa da saúde como um direito e a criação na Constituição de 1988 do Sistema Único de Saúde (SUS), não conseguiram superar as barreiras impostas

pelas forças políticas hegemônicas da sociedade no intento de democratizar as relações nos ambientes e locais de trabalho (LACAZ, 1997).

Há um distanciamento cada vez mais profundo da ação sindical e a realização dos anseios e desejos dos trabalhadores, indicando uma falta de participação, organização e envolvimento da base, fato este reivindicado pelos bancários que fizeram parte do Projeto Educação Física com Saúde. Eles questionam a participação do Sindicato só em “setembro e outubro” (meses em que geralmente acontece a campanha salarial) e solicitam uma aproximação das necessidades da categoria, “abrindo as portas do sindicato” por meio de propostas que estimulem a participação dos trabalhadores.

De acordo com Demo (1996), há necessidade de organização política dos trabalhadores pela defesa de seus direitos humanos e sociais, impedindo processos de exploração e estimulando negociações com os empregadores. Neste sentido, um outro complicador diagnosticado pelos dirigentes sindicais de Florianópolis é a falta de políticas permanentes, em todas as secretarias, que podem ser reflexos da falta de formação político-ideológica e de consciência de classe³¹ dos sindicalistas e trabalhadores. Assim nos relatou um dirigente sindical:

Há muito tempo neste país e no mundo inteiro se tenta acabar com a consciência de classe, nós continuamos vivendo em uma disputa de classe e as pessoas cada vez menos entendem isso, a maioria dos dirigentes sindicais não entendem, deste sindicato e de outros do país [...] Eu sou eleito pelos bancários e estou aqui para atender os bancários, o que importa é o baile dos bancários, o que importa é o churrasco para eles, a greve, o que importa é isso, fora isso eu não me meto em nada, não faço nada e nada tem a ver comigo [...] Eu espero que nesta gestão a gente consiga dar formação política para essas pessoas (BESC).

No planejamento participativo realizado para orientar a gestão 2006-2008 do SEEB encontramos os elementos e os projetos considerados prioritários que deverão compor a missão do Sindicato: i) *transformação social*, promovendo uma maior inserção social; ii) *defesa de interesses*, garantindo uma atuação política

³¹ Em linhas gerais, como construção histórica, a consciência de classe se desenvolve na prática cotidiana de luta, na qual se confrontam e se evidenciam as contradições da realidade. Assim, esse conhecimento em sua totalidade social deve ser produzido, sistematizado e, sobretudo, socializado dialeticamente, para produção de novo conhecimento em perspectiva de classe do proletariado. “Isto porque a realização da revolução implica necessariamente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade que se quer transformar” (TUMOLO, 2002, p. 247).

fortalecida; iii) *formação crítica*, promovendo a formação política; iii) *organização*, que inclui projetos para melhorar a comunicação, fortalecer a política cultural e promover uma maior integração entre associados e o Sindicato; iv) *representação dos bancários*, com ampliação do número de associados e v) atuação pautada na *ética* (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, 2005b).

Em nossa pesquisa, uma liderança sindical de Florianópolis faz alguns comentários sobre a dinâmica que vivem os dirigentes sindicais e o planejamento da entidade:

Tudo que a gente faz deve ser planejado e aqui as coisas vão acontecendo e quando tu vê, tu não tem tempo, às vezes ninguém tem tempo pra nada. Então hoje é uma coisa e amanhã é outra e sempre vai ficando pra depois e às vezes os dirigentes sindicais esquecem até que tem família. Então acho que não é saudável para eles também, muito eu acho que é por falta de planejamento e participação de todos [...] A gente faz planejamento uma vez por ano e muitas coisas que são planejadas, que são escritas, visualizadas, lá com o decorrer do tempo elas não vão acontecendo, então eu acho que se cada um tomar aquilo como prioridade eu acho que a coisa anda [...] (BANESTADO).

Nas entrevistas com as lideranças, todos concordaram que a entidade sindical não é exemplo para a saúde da categoria. Alguns disseram que é válida a frase “faz o que eu digo, mas não faça o que eu faço” e apontam também problemas nas relações entre funcionários e diretoria, disputas político-ideológicas entre dirigentes sindicais (fato percebido também pelos bancários nas assembleias), não envolvimento da base nas greves, aparecimento da entidade apenas nas campanhas salariais, falta de criação de mecanismos participativos e de formação política.

Diante do apresentado, podemos tecer algumas reflexões do sindicalismo brasileiro, particularmente do bancário, que se encontra em um forte refluxo desde os anos noventa. Verificamos uma atuação sindical defensiva contra a exploração e dominação capitalista do trabalho, a qual enfrenta dificuldades cada vez mais preocupantes de mobilização e participação dos bancários. No entanto, da mesma forma que reconhecem seus recuos e estagnações nas estratégias de resistências, o movimento sindical evidencia as contradições e desmascara o caráter “inevitável” e “irreversível” do avanço da exploração capitalista (JINKINGS, 2002).

Gostaríamos de finalizar este breve texto, com uma frase que descreve, pelo menos teoricamente, os princípios que movem o SEEB e, posteriormente, os desafios que o movimento sindical precisa enfrentar. A mensagem representa “uma versão preliminar do que poderá se consolidar como a missão do Sindicato: promover a representação, organização e defesa dos interesses dos bancários, com uma formação crítica, postura ética e solidária e comprometido com as transformações sociais” (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, 2005b, p. 15).

Enquanto isso, os grandes desafios do sindicalismo brasileiro que definirão, segundo Antunes (2005), os rumos do futuro dos sindicatos, são:

- Romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis” dos “terceirizados”;
- Reverter as taxas de dessindicalização, através da organização das entidades sindicais;
- Superar o neocorporativismo societal, que significa ir além das limitações de um sindicato defender somente sua categoria profissional;
- Resgatar o sentido de pertencimento de classe, através de ações solidárias capazes de reorganizar os trabalhadores excluídos da representação sindical;
- Reverter a tendência de controle e domínio patronal que se faz pela redução dos sindicatos ao âmbito micro, exclusivamente fabril;
- Superar o sindicalismo verticalizado, essencialmente burocrático e institucional, para gerar um sindicalismo horizontalizado que seja capaz de mobilizar os trabalhadores;
- Ampliar vínculos efetivos com os movimentos sociais autônomos;
- Ir além de uma ação defensiva, que não questiona a ordem produtiva e
- Auxiliar na construção de um projeto alternativo, contrário a lógica destrutiva do capitalismo contemporâneo.

3.3.1. Uma análise da *Comunicação em Saúde* do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região

O objetivo deste tópico é trazer as análises que realizamos sobre a Folha Sindical (detalhada nos caminhos teórico-metodológicos da pesquisa), a respeito de temas relacionados à saúde, e algumas aproximações com as percepções que os participantes da investigação têm sobre: comunicação sindical em saúde e a atuação da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalhador do Sindicato. Estes instrumentos de aproximação ao entendimento das condições de vida e de saúde dos bancários, objetivo principal de nossa pesquisa, nos possibilitaram compreender com mais clareza as dificuldades da entidade em priorizar propostas de intervenção sobre saúde e condições de trabalho.

Podemos perceber ao longo de sua história que a saúde foi pouco reivindicada. Mesmo na explosão da automação bancária na década de noventa, com o aumento exacerbado de doenças profissionais, este tema mostrou-se não ser prioridade nas estratégias de ações. Nas palavras de um dirigente sindical:

Quando a gente discutia a entrada deste projeto [Projeto Educação Física com Saúde] aqui, todo mundo dizia: oh saúde! Mas vai usar o auditório? Vai ter grana, sabe? E agora, quem de fato quer vir aqui discutir, tá preocupado, ou vai nos bancários discutir, chamar pra participar, entendeu? Não existe isso... Então, apesar dos bancários terem uma condição material, a situação deles está cada vez pior, a qualidade de vida está cada vez pior, cada vez mais aumenta a pressão, o nível de cobranças aumenta e o movimento sindical e a esquerda, como um todo, não conseguem se contrapor a isso (BESC).

Na aproximação com o Sindicato pudemos observar, que mesmo diante de dificuldades de concretizar aspirações e implantar políticas permanentes, existem preocupações quanto às condições de saúde dos seus associados. As lideranças relataram o aumento das LER, do estresse, de doenças mentais e alcoolismo, e o exagerado uso da “droga do bancário”, conhecida como “fluxetina” (nome genérico de antidepressivo). Porém, também admitem os poucos avanços em pesquisas e ações da Secretaria de Segurança e Saúde do Sindicato, o que traz problemas tanto estratégicos no plano das ações, quanto de recursos humanos. Sobre esta secretaria, uma liderança analisa que

a [atuação da] Secretaria de Segurança e Saúde do Sindicato é muito fraca. Praticamente nada o Sindicato faz nesse sentido [condições de vida e saúde dos bancários], e daí eu me pergunto se é esse Sindicato daqui ou se é todo movimento sindical [...] Sempre que entra um dissídio numa campanha salarial, como aconteceu agora, umas das bandeiras é a saúde, saúde, saúde, saúde. É feita uma minuta específica de reivindicações de saúde né, já assinaram o acordo, já assinaram tudo esse ano, de novo a saúde não se discutiu (BANESPA).

No planejamento participativo (2005-2008) encontramos um componente chamado *visão de futuro do Sindicato*, que foi construído a partir da pergunta: como eu vejo o Sindicato em maio de 2008? Os participantes apontaram como um dos desejos que *o Sindicato seja referência em promoção da saúde do trabalhador*. Quando analisamos, no mesmo documento, as ações para realizar tal desejo, identificamos as seguintes propostas: i) realização de seminários sobre segurança no trabalho; ii) promoção de encontros da CIPA, SESMT e designados; e iii) divulgação de matérias sobre segurança no trabalho no jornal do Sindicato (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, 2005b).

Entretanto, observamos que poucos seminários aconteceram e a divulgação de matérias no jornal, com temas ligados à saúde do trabalhador, ocorreu apenas durante os primeiros meses de 2005. As palavras de um dirigente sindical podem ser elucidativas:

[...] Isto está no planejamento desta gestão do Sindicato, mas não tem sido feito. Apareceu acho que foi até maio umas matérias ali, mas depois nada. Então até a própria Folha Sindical tu não tem, porque é uma questão que eu acho que tinha que ter. Sai em média duas folhas por mês, pelo menos uma delas, uma questão que tu está trazendo informações [...] depois entrou a parte da campanha e não apareceu mais, mas tinha que ter [...] (BANESPA)

De acordo com André e Vieira (1996), pouco se trabalhou na perspectiva de demonstrar como a comunicação por parte dos sindicatos pode contribuir para o equilíbrio, desenvolvimento, amadurecimento e consolidação de entidades sindicais como organizadoras sociais. A comunicação sindical tem papel fundamental na *mobilização e aproximação da entidade aos trabalhadores*³².

³² Na tentativa de elucidar como era a comunicação sobre saúde dos bancários nos anos oitenta, buscamos dados em pesquisa solicitada pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul (FEEB-RS, 1989). Uma das abordagens deste estudo foi identificar a opinião dos bancários sobre o sistema de comunicação da Entidade, que constatou que a maioria

A preocupação e propostas em comunicação em saúde dos bancários também foi um dos temas de um livro³³ lançado pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) em conjunto com o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho. O objetivo dessa produção foi disseminar as reflexões sobre saúde da categoria e subsidiar iniciativas que viessem a ser implementadas. Um plano de lutas denominado “saúde e a nossa intervenção” foi determinado na ocasião do III Congresso do Departamento Nacional dos Bancários, com os seguintes eixos:

- editar publicação de saúde;
- os Sindicatos devem ter espaços ou publicações específicas destinadas às questões de saúde, sendo que publicações regionalizadas em geral têm inserção maior;
- publicações, instrumentos e atividades de comunicação devem estar vinculados à implantação concreta de trabalho de base.

A preocupação com o tema saúde pelos sindicatos cutistas se apresentou de maneira tão intensa que neste livro também encontramos os desafios com relação às estratégias de comunicação em saúde dos bancários:

- jornal específico sobre saúde, quando necessário;
- coluna fixa sobre saúde no jornal da CNB;
- cartilha orientando implementação de departamento de saúde no sindicato;
- revista bimestral contemplando a divulgação das experiências, pesquisas e aprofundando os temas de saúde (CNB/CUT; INSS, 1993).

Estas iniciativas realizadas pela CNB-CUT e alguns Sindicatos da região sul do Brasil reafirmam a importância de uma política permanente de comunicação e divulgação em saúde. A comunicação sindical em saúde no SEEB, segundo um ex-dirigente entrevistado em nossa investigação nos mostrou que:

Tinha espaço para tudo, menos para a questão da saúde, que sempre foi relegada a segundo plano do ponto de vista da comunicação. Geralmente a gente dava muita ênfase quando acontecia algum fato, algum bancário foi demitido, alguma agência

deles informa-se sobre o Sindicato através da leitura do jornal sindical (32,8%), reafirmando a importância deste meio de comunicação para a categoria como elo de ligação.

³³ Confederação Nacional dos Bancários/Central Única dos Trabalhadores e Instituto Nacional de Saúde no Trabalho.

estava fazendo alguma reforma ou algum bancário ficou doente e foi maltratado, mas do ponto de vista de você fazer uma política de formação, divulgando fatos, ela sempre foi relegada a segundo plano e até hoje isto não mudou (BANERJ).

Os argumentos utilizados para priorizar outras questões como fundamentais para o movimento sindical e luta dos trabalhadores bancários representa, segundo o mesmo dirigente,

uma resistência que está se quebrando, o fato de você entender que o bancário tem problema de saúde, que aquilo era fundamental trabalhar, mas ainda não era natural como fazer uma campanha salarial [...] acho que isso é um processo de tentar quebrar a resistência que tinha dirigentes, nós tínhamos dirigentes que diziam: LER, isso é bobagem, isso não existe [...] então era uma disputa também interna, era minoria já, isso é bem verdade, mas ainda tinha resistência (BANERJ).

Na análise que fizemos sobre as publicações do Jornal de 2005, observamos que a palavra saúde não aparece nenhuma vez na primeira página ou de forma destacada nas reportagens, com exceção quando relacionada ao calendário da campanha salarial, especificamente anunciando um encontro estadual de saúde. Segundo um dirigente os temas relacionados à saúde são publicados por que

a profissional [jornalista] que nós temos ali tem problemas de saúde oriundos do trabalho, então eu percebo que a gente tem feito algumas matérias de alerta, de prevenção, de saúde [...] mas não tem uma política permanente. Hoje a questão da saúde está na pauta da Folha Sindical muito mais pelo envolvimento da jornalista [...] do que uma política geral do Sindicato, acho que esta é uma debilidade que a gente tem (BANEB).

Atualmente, no SEEB trabalham dez funcionários, e um deles é jornalista. Há alguns anos a entidade empregava três jornalistas entre vinte e cinco funcionários. Se considerarmos a tendência de aumento do volume de trabalho, esta redução demonstra que a própria entidade também sofre as transformações do mundo do trabalho e precisa atuar e enfrentar as contradições de sua própria dinâmica interna.

Nas análises do jornal, nos chamou a atenção que a palavra luta foi a unidade de registro que mais apareceu. Algumas frases podem evidenciar esta constatação: “uma categoria que escreve sua história na luta” e “organização, participação e luta são características da categoria bancária” (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE

FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, 2005a). Observamos, também, que a linguagem utilizada no Jornal está impregnada por um discurso de convencimento das posições da entidade e da tentativa de mobilização da categoria, o que não é de se estranhar, dado o contexto de permanente tensão dos padrões e desmobilização coletiva, que exigem linguagem entusiasta.

De fato, as entidades usam a comunicação sindical como instrumento para divulgação de seus interesses políticos e ideológicos. Como resultado, a linguagem empregada tem semelhança com os discursos ou teses revolucionárias, por exemplo, jargões como “esquerda”, “aumento salarial e melhores condições de trabalho” e “a luta continua”, entre outros (ANDRÉ; VIEIRA, 1996).

Buscando contribuir com o desenvolvimento da comunicação sindical, primeiramente, consideramos fundamental o envolvimento e a participação dos bancários na construção e veiculação de informações em saúde; que estas informações expressem suas dificuldades e desejos, estimulem a mobilização, consolidando-se como um instrumento de aproximação dos trabalhadores a partir de reflexões sobre suas próprias vidas.

Sugerimos, também, que o Sindicato opte por imagens agradáveis e atrativas em suas páginas da Folha Sindical, pois o conteúdo estético visual do processo de comunicação deve interpretar valores da comunidade, como objetos familiares e significativos de suas experiências, com destaque para a escolha de materiais facilitadores que permitam intervenções em vários níveis, para desembocar em motivação participativa (MELLO; PEDRAZZANI; PIZZIGATTI, 1992).

Nesta direção, torna-se exemplo a iniciativa desenvolvida por Souza *et al.* (2003), sobre a trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro. Os autores destacam que a luta pela saúde no trabalho contribui para revitalizar a prática sindical, pois incorpora o trabalhador como co-participante do processo de conhecimento para uma nova cultura sindical. Neste sentido, volta-se para a “atenção à saúde na sua acepção de vida, de conquista e de criação, percebe-se o potencial político e cultural do tema saúde para gerar mobilização, participação e um gradual, entretanto decisório, processo de mudança pela via sindical” (p. 1066).

4. A EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE SAÚDE DOS TRABALHADORES

[...] A dor começava no punho, e nas pontas dos dedos, ia andando pelo braço e atingia até o pescoço, nem o repouso semanal aliviava mais. Doía direto, formigava, e pior foi o inchaço. A palma da mão doía toda [...] era visível a diferença. Aí eu comecei a exigir mais da mão esquerda. Foi o meu azar. Porque a doença atingiu o outro braço também³⁴ (ASSUNÇÃO; ROCHA, 1993).

O Sistema CONFEF/CREFs elegeu o ano de 2007 como o ano da ginástica laboral em razão da importância dessa atividade para o trabalhador e para a sociedade de modo geral, no que tange à prevenção de doenças e à promoção de saúde, por meio de estilo de vida ativo³⁵ (CONFEF, 2006).

Iniciar este capítulo com as duas frases acima, nos remete, no primeiro caso, a refletir sobre as condições de vida e de saúde dos trabalhadores no mundo totalmente transformado pelos avanços do capitalismo, que obriga as pessoas a suportarem suas dores advindas dos desgastes da atividade laboral. No segundo trecho, materializamos nossas preocupações com a forte tendência implantada inclusive pelo Conselho Federal de Educação Física, de intervir no campo da Saúde do Trabalhador através da GL (ou Programas de Promoção da Saúde do Trabalhador - PPST), por meio do estilo de vida ativo.

Trazemos aqui algumas reflexões sobre as bases teóricas e os interesses que fundamentam as propostas hegemônicas de GL. Como superação dos limites que apresentaremos, serão discutidos aspectos do projeto *Educação Física com Saúde*, fundamentado nas possibilidades de articulações da Educação Física com aportes teórico-metodológicos das pedagogias críticas da Educação Física e Saúde Coletiva/Epidemiologia Crítica.

³⁴ Relato de um trabalhador, extraído do livro *Isto é Trabalho de gente? vida, doença e trabalho no Brasil* (p. 462).

³⁵ Informativo do Conselho Federal de Educação Física, ano VI, n. 22, dez. de 2006.

4.1. GINÁSTICA LABORAL: ATIVIDADE FÍSICA COMPENSATÓRIA (E PRECÁRIA) AOS DESGASTES DO TRABALHADOR

Os fundamentos da GL estão fortemente alicerçados nos referenciais da AF&S. Portanto, as críticas³⁶ formuladas sobre a produção de conhecimento dessa perspectiva hegemônica da Educação Física podem ser atribuídas também a esta proposta, porém com alguns agravantes.

A AF&S assume como compromisso em suas investigações a referência de pesquisas importadas de outros centros de conhecimento (combate ao sedentarismo e prevenção de doenças crônico-degenerativas), que apesar de importante, limita a atuação político-científica da área, na medida em que estabelece prioridades de forma descontextualizada sobre a saúde de nossa população; estimula relações verticalizadas da academia sobre o conhecimento popular e sobrepõe a atuação técnica em detrimento da educativa crítica.

Os estudos que relacionam aptidão física e saúde, característica marcante da AF&S, de acordo com Monteiro e Gonçalves (1994), são fundamentados mundialmente por três correntes hegemônicas: i) a Medicina Esportiva, área desenvolvida, principalmente, por médicos, com característica predominantemente assistencialista; ii) as áreas de Biomecânica/Cinesiologia/Fisiologia, que reúne pesquisadores com formação nas ciências biológicas que restringem o conceito de saúde a funções orgânicas e movimentos previamente determinados, sem relação com o coletivo e iii) as pesquisas realizadas nos Centros para Controle das Doenças (CDC – EUA), que vinculam o processo saúde-doença aos hábitos dos indivíduos, em um enfoque comportamental.

Essas influências internacionais também direcionam algumas reformulações das grades curriculares dos cursos de Educação Física brasileiros. De acordo com a proposta³⁷ do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (NEPEF, 2005), a grade curricular do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro de Desportos/UFSC foi reformulada equivocadamente, quando foi definido como objeto da área a *atividade física*, que compõe a designação e conteúdos da maioria das disciplinas, contrariamente ao

³⁶ Para maiores aprofundamentos sobre as críticas à produção de conhecimento e tendências das hegemonias da AF&S ver: Matiello Júnior e Gonçalves (2001, 2004).

³⁷ Disponível na página da internet do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física/CDS/UFSC, encontrado no endereço www.nepef.ufsc.br.

preconizado pelas Diretrizes Curriculares da Educação Física, que considera o objeto da Educação Física o *movimento humano*³⁸.

Alguns resultados da relação linear e pragmática entre atividade física e saúde foram sistematizados por Matiello Júnior e Gonçalves (2001). Estes autores concluíram que a base de sustentação desta relação é mediada pela aptidão física; o entendimento de homem se restringe às suas dimensões biológicas; os aspectos comportamentais são tratados por variáveis passíveis de naturalização; as dimensões sociais e a sua historicidade são praticamente desconsideradas, privilegiando-se ações sobre os indivíduos e a atuação profissional está voltada para técnica e instrumentalização de atletas/praticantes, além do estímulo para manterem-se fisicamente ativos.

Como pudemos verificar, historicamente a Educação Física brasileira vem fundamentando suas intervenções sobre o fenômeno saúde. No entanto, como adverte Gonçalves e Pires (1999), a saúde no contexto da AF&S é buscada de forma mágica pela prática de atividade física, em uma relação unívoca que considera que só tem saúde quem pratica atividade física, independente de outras condições que constituem a vida das pessoas, como: habitação, trabalho, transporte, nutrição, entre outros aspectos fundamentais de uma formação humana digna e saudável.

Também quanto à concepção de sujeito imersa nessas elaborações, Carvalho (2001) nos chama atenção quando argumenta que encontramos o indivíduo ou o grupo a ser estudado nas pesquisas hegemônicas da área, no item 'método', no subitem 'amostra', onde são caracterizados. "Mas, ainda assim, considerando as variáveis que dão corpo ao sujeito [...] fica mais fácil aproximá-lo de um boneco que de um homem" (p. 11). A autora continua, afirmando que na dimensão da ação, o sujeito da frase é sempre a associação entre saúde e atividade física, nunca quem pratica e determina a ação.

Na atualidade, vários programas lutam contra os males da inatividade física. Embasados em uma série de artigos científicos que elegeram o sedentarismo como o "inimigo do século", salientam a importância de "estilos de vida saudáveis" para prevenir doenças crônico-degenerativas, como diabetes e hipertensão arterial. De

³⁸ Importante destacar que após debates internos na referida instituição, houve reconsideração quanto à adoção do termo movimento humano. No entanto, apesar da mudança, a concepção de curso e suas disciplinas permanecem em sua essência fundamentadas na atividade física.

acordo com Castiel e Vasconcellos-Silva (2006), este enfoque é individualista, pois responsabiliza as pessoas para que se exercitem, da maneira como puderem, com a promessa de longevidade e qualidade de vida. Desta forma, acabam culpabilizando a grande maioria que não “optou” por uma pretensa vida saudável com a prática regular de exercícios e uma alimentação equilibrada.

Amparada nesta iniciativa, uma empresa que oferece serviço de GL lançou junto com os organizadores do “Agita São Paulo”³⁹ o mais recente programa denominado “Agita Sedentário”, que tem o objetivo de incentivar a participação de mais alunos nas aulas de GL (PROGRAMA AGITA SÃO PAULO, 2005).

Considerando o exposto sobre a fundamentação das pesquisas na área da AF&S e sua marcada influência na elaboração das propostas de GL, passamos a apresentar e discutir seus agravantes, que apenas anunciamos no início deste texto.

O cerne dos problemas é que os propositores da GL têm que “negociar” seu formato de acordo com as ideologias, rotinas, tempos, ritmos, enfim, com tudo aquilo que faz parte do sistema produtivo da empresa e que são determinados e determinantes do capital. Em outras palavras, a GL precisa se adaptar a um espaço que na verdade tem como função precípua acumular lucros e, para isto, explora a força de trabalho humana.

De acordo com Palma (2001) a força de trabalho, entendida pelo viés capitalista como mercadoria, deve ser disciplinada e aperfeiçoada, adaptando-se ao aumento da produtividade. Por estas razões históricas que a GL foi e é importante para o desenvolvimento da aptidão física dos empregados. Embora esta prática esteja acompanhada do discurso de saúde, este conceito é limitado a uma concepção de corpo utilitarista, apto ao trabalho.

Nesta direção, compreende-se que a GL tem seus fundamentos alicerçados na Educação Física do século XIX, que desenvolvia conceitos sobre o corpo e sua utilidade como força de trabalho, com o objetivo central de tornar os indivíduos aptos para os processos produtivos. Além do que, esta visão ultrapassada está equivocadamente atrelada a conceitos estritamente biológicos de qualidade de vida e de saúde (CARVALHO; GOMES; KUREK, 2005).

³⁹ Este Programa foi lançado oficialmente pelo Governo do Estado de São Paulo em dezembro de 1996 e é fruto de um convênio com o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS). Adotou-se a recomendação global sobre atividade física relacionada à saúde, sistematizada em 1995 pelo *Centers for Disease Control and Prevention* (CDS/EUA) e *American College of Sports Medicine* (ACMS), com sua mensagem principal: trinta minutos de atividade física por dia de forma contínua ou acumulada (FRAGA, 2006).

Muito embora o volume de publicações a respeito da GL seja ainda muito pequeno (ALVAREZ, 2002; LONGEN, 2003) pode-se notar facilmente naquelas existentes como se dá esta adaptação e a quê, de fato, ela se propõe. Duas definições destas propostas, que não são diferentes das demais existentes, podem ser elucidativas:

- A GL consiste na aplicação de exercícios diários que visam *normalizar capacidades e funções corporais para o desenvolvimento do trabalho* [grifo nosso], diminuindo a possibilidade de comprometimento da integridade do corpo (POLITO; BERGAMASCHI, 2002) e
- Esta proposta pode ser conceituada como um conjunto de práticas físicas, elaboradas a partir da atividade profissional exercida durante e expediente, que visa *compensar* [grifo nosso] as estruturas mais utilizadas no trabalho e ativar as que não são requeridas, relaxando-as e tonificando-as (LIMA, 2003).

Em nossas análises o que predomina nas propostas hegemônicas de GL demonstra sua limitação para atender as necessidades dos trabalhadores, pois é dedicada à capacitação para o desempenho profissional, para que ele produza mais, adoça menos e assim, custe pouco para os empresários. É nesta lógica que operam Martins e Michels (2003), quando preconizam que “o Programa de Promoção à Saúde do Trabalhador (PPST) não é mais um luxo e sim uma necessidade que faz parte da estratégia básica de melhorar a produtividade e eficiência dos trabalhadores” (p. 86).

A desvalorização do saber do trabalhador é demonstrada na sua quase inexistente participação na construção das propostas de GL, bem como pelas impossibilidades de mudança dos exercícios e de suas formas de execuções pré-determinadas, geralmente prescritas por estagiários ou professores de educação física, ou mesmo por funcionários treinados para serem monitores destas práticas (MAZOLLA, 2003).

Desta forma, percebemos que os benefícios destacados pelas definições da GL, referem-se a qualquer contexto, independente se a proposta é dirigida para os trabalhadores bancários, metalúrgicos, coletores de lixo, portanto,

independentemente de suas especificidades laborais e necessidades enquanto indivíduos e classe. São por esses motivos que as propostas limitam-se ao ambiente de trabalho (as aulas de GL são de, aproximadamente, cinco a dez minutos), focalizando suas ações na compensação das estruturas exigidas no ato laboral e não nos determinantes destes desgastes, ou seja, a estrutura de poder do capital que atua, sobretudo, nas consciências dos trabalhadores. Desta forma, a GL está fundamentada em um aporte teórico-metodológico funcionalista e de utilidade para modelos de gestão neoliberal, aquilo que, Breilh (2006) denomina de mudanças “cosméticas”, pois deixam intactas as estruturas insalubres.

Um dos bancários participantes da nossa intervenção acredita que a grande crítica à GL “é esta história de cinco ou dez minutos, eu acho que isso é mais ou menos quando você toma um anestésico quando está sentindo dor, mas não está tratando aquilo que está te causando a dor” (PARAIBAN).

No estudo de Mazzola (2003) com empresas que contrataram serviços de GL constatou-se que a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores são secundárias aos objetivos das contratantes, que priorizam a diminuição da ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. Este autor avalia que os trabalhadores acreditam que a GL foi implantada para atender as necessidades produtivas, como por exemplo, “aumentar seu desempenho profissional”; “elevar níveis de produtividade”; “diminuir o número de faltas e de atestados”; “reduzir os problemas relacionados às LER”; e “obter novos benefícios à empresa”.

Na medida em que os problemas dos trabalhadores são considerados como algo externo, que tem que ser resolvido fora do ambiente controlado pela empresa, busca-se minimizar as relações muitas vezes tensas do ambiente laboral, através de atividades de integração, ao invés de serem destacadas as contradições próprias dessas relações humanas. Corroborando com esta reflexão, Mazzola (2003) constatou que a GL representa uma estratégia de redução de conflitos entre capital e trabalho, para que os funcionários se sintam mais “protegidos” e “beneficiados” pela empresa.

A execução de programas de GL deve prezar pela liberdade de expressão e iniciativa própria do trabalhador, não devendo ser imposta como uma tarefa a mais a ser realizada na jornada de trabalho [...]. A privação das manifestações espontâneas, a rigidez do sistema produtivo e o controle rígido sobre as atividades são comprovadamente fatores contributivos para a gênese de

LER/DORT, com isso a GL não deve ser mais uma forma de opressão no trabalho (LONGEN, 2003, p. 115).

Na prática da GL constatou-se a existência de mecanismos coercitivos por parte das chefias, que obrigam os trabalhadores a estarem presentes nas aulas. De acordo com Mazolla (2003), os empregados que se recusam a ir à ginástica denunciaram que tinham que iniciar suas atividades laborais muitas vezes sozinhos, o que acarretava sobrecarga de trabalho; e eram obrigados a apresentar atestado médico para provar a impossibilidade de ir às aulas. Segundo um desses funcionários, “é preferível fazer a ginástica do que ficar trabalhando sozinho” (p. 132).

Há outras contradições, inclusive relacionadas às orientações técnicas da AF&S. Por exemplo, até mesmo os modelos de calçado e vestimentas que são preconizados para a prática de exercícios – tênis confortável, roupas leves etc – são propositadamente desconsiderados na ginástica realizada no ambiente de trabalho. Então, não é à toa que nas fotos ilustrativas de publicações sobre GL podemos notar pessoas fazendo alongamentos e outros exercícios com suas botas, sapatos, macacões, gravatas, cintos, crachás...em ambientes em que os funcionários são “apertados” por máquinas, empilhadeiras, caixas, mesas, computadores, tubulações...nos quais ainda podemos até imaginar ruídos intensos⁴⁰.

Alguns exemplos de justificativas para implementação da GL podem ser vistos em Ribeiro (2004), que considera que o aumento do investimento na implantação de programas de promoção da saúde do trabalhador é explicado pela relação direta de que um funcionário saudável produz mais e “custa” menos. Segundo a autora, estes programas têm a finalidade de aumentar a produtividade, reduzir o absenteísmo e proporcionar maiores lucros. De acordo com Martins e Michels (2003), estes lucros proporcionados podem ser identificados em algumas empresas estrangeiras, como a *Canadá Life Assurance Company*, que poupou U\$ 100 dólares por empregado com a redução do absenteísmo, e a empresa *Du Pont*, que teve um retorno de U\$ 2,05 para cada dólar investido no programa.

⁴⁰ A partir da experiência da pesquisadora, identificou-se a existência de cobranças constantes da coordenação da prestadora de serviços de GL para utilização de protetores auriculares, pois os professores eram muito lembrados de relatos de perdas auditivas em profissional que ministrava aulas em outra empresa, o que reafirma as condições impróprias para realização das atividades, inclusive para as pessoas que as conduzem.

Em oposição a estes interesses, Fernandes (2001) adverte que as propostas da GL deveriam fundamentar-se em estudos e pesquisas voltadas aos trabalhadores e não somente em tabelas e índices de aumento de produtividade e ganhos na produção. Na realidade o que está ocorrendo é a utilização capitalista do corpo explorado do trabalhador, explicitando a falta de compromisso frente aos problemas sociais que envolvem suas condições de trabalho e de saúde. Os resultados pretendidos pelas empresas analisadas no estudo de Fernandes (2001) são: aumento de produtividade, diminuição da incidência de doenças profissionais, queda no número de acidentes de trabalho, redução do absenteísmo, redução de gastos com despesas médicas, redução de rotatividade, redução de custos com afastamento de funcionários e treinamento de substitutos, redução de lesões envolvendo estruturas músculo-esqueléticas e melhor adaptação ao posto de trabalho.

Ademais, Longen (2003) constatou que não existem estudos epidemiológicos que comprovem a eficácia da GL como método de prevenção de LER, além disso, a maioria das referências sobre o assunto trata de experiências práticas pontuais, sem apresentação de resultados e pouco fundamentadas. De acordo com Alvarez (2002), após dois anos de aplicação de GL em uma empresa verificou-se que este programa e ações, como entrega de *folders*, palestras e cursos, não são suficientes para promover saúde e qualidade de vida no trabalho.

Anunciados alguns elementos fundantes da GL, podemos considerar que esta torna-se apenas mais uma forma de intervenção da Educação Física no mercado de trabalho, sem adequação necessária a este contexto complexo. Em alguns casos, o importante é o reconhecimento da atuação profissional, distinguindo o que é pertinente à Educação Física e o que é de responsabilidade de outras áreas. Essa é a preocupação do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF, 2005, 2006), que tenta legitimar a GL com os argumentos limitados da AF&S, sem reflexões ou discussões da implantação destes programas na realidade dos trabalhadores brasileiros. A matéria que trata deste tema é finalizada com a seguinte frase em letras garrafais: “Ginástica laboral é da competência de profissionais de Educação Física” (CONFEF, 2005, p. 24), o que demonstra claramente o corporativismo do Conselho.

Há que se considerar que, se a Educação Física, pela via da GL está atuando, muitas vezes, de forma a aumentar a exploração do trabalhador,

proporcionando benefícios paliativos, atendendo apenas a interesses patronais, é obrigação de profissionais comprometidos com a ética reavaliar de forma crítica o argumento de que, ambos – patrões e empregados -, ganham com a implantação de tais programas.

Na ideologia difundida, as empresas assumem os PGL [programas de ginástica laboral] como vantajosos [...] o trabalhador carrega nos ombros a manutenção do projeto; não participou de sua elaboração, no entanto, tem que assumi-lo como suporte da execução, definindo que os êxitos são atribuídos às empresas, porém os fracassos são de responsabilidade dos trabalhadores. Em uma visão sociológica, a prática dilui o discurso (MAZZOLA, 2003, p. 135).

4.2. OUTRAS POSSIBILIDADES DE COMPREENSÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Pretendemos apontar neste tópico alguns elementos importantes do campo da Saúde do Trabalhador e da Saúde Coletiva/Epidemiologia Crítica com o intuito de fundamentar articulações teórico-metodológicas para uma outra possibilidade de atuação da Educação Física neste campo.

Diante das grandes transformações do mundo do trabalho, os pesquisadores e, principalmente, as instituições de defesa dos direitos do trabalhador, se encontram com inúmeros desafios. Ao longo dos vinte anos de discussão sobre a saúde do trabalhador, pode-se observar um longo processo de avanços, retrocessos e estagnações. Problemas antigos das condições de vida e de saúde continuam, e a estas questões somam-se novos desafios, dadas as características perversas do avanço do capitalismo no planeta.

O campo da saúde do trabalhador vem se consolidando com intuito de avançar e superar as abordagens hegemônicas da saúde ocupacional. Estas elaborações já foram criticadas por vários autores, que assinalam a insuficiência da sua prática e dos modelos teóricos, que dentro de uma visão positivista, formulam articulações simplificadas entre causa e efeito, ou seja, na forma como se entende linearmente a relação entre trabalhador e “fatores de risco”, desconsiderando as determinações sociais, a história do trabalho e do processo saúde-doença (ASSUNÇÃO, 2003; LAURELL; NORIEGA, 1989; MENDES; DIAS, 1991).

Os avanços na América Latina sobre a compreensão da saúde do trabalhador ocorreram a partir dos anos setenta, com as proposições da Medicina Social e a incorporação das ciências sociais e humanas na produção do conhecimento. Esta nova perspectiva possibilitou uma melhor compreensão do processo saúde-doença e, posteriormente, contribuições na relação trabalho-saúde que resgataram da economia política a categoria nuclear de processo de trabalho⁴¹, na sua acepção marxista. Desta forma, as teorias da determinação social demonstraram a importância do trabalho na reprodução social das populações (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 2003).

Segundo Mendes e Dias (1991), o campo da saúde do trabalhador parte do esforço de compreensão do seu objeto de estudo – processo saúde-doença – e do desenvolvimento de intervenções alternativas com intuito de transformar as relações entre saúde e trabalho, entendendo este último conceito como “organizador da vida social, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição, e do fazer histórico” (p. 347).

O movimento conhecido nos países latino-americanos como Medicina Social, que deu origem a muitas mudanças nos rumos da Saúde do Trabalhador, passou a ser denominado no Brasil de Saúde Coletiva. O referido campo surge em 1979, quando profissionais da saúde pública e medicina preventiva buscaram fundar um campo científico orientado pelo social nos aspectos teórico-metodológicos e políticos das pesquisas em saúde (CAMPOS, 2000). Para Stotz (1997), a versão brasileira alcançou um nível de institucionalização mais sólido. Sua vasta literatura integrou inúmeros currículos de graduação e pós-graduação, assim como orientou a formulação de políticas públicas e organização corporativa dos profissionais de saúde.

Este campo representa esforços científicos no que tange aos problemas atrelados ao processo de “modernização” e subordinação da América Latina aos países capitalistas ocorrido nos anos sessenta e setenta. Seu marco histórico-social aconteceu no auge de movimentos revolucionários que instigaram a produção de conhecimentos científicos e propostas de democratização da saúde na busca de um

⁴¹ Este conceito passou a representar referência central e sólido alicerce para o entendimento dos padrões de desgaste dos trabalhadores. A apropriação do conceito marxista de processo de trabalho inclui analisar a subjetividade dos atores envolvidos e se caracteriza no marco definidor do que denomina-se de campo da saúde do trabalhador (MINAYO-GOMEZ; THEDIM-COSTA, 2003).

novo projeto de sociedade para o Brasil (AROUCA, 2003). Desta forma, a Saúde Coletiva passa a ser conceituada

[como um] campo científico onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto saúde e onde operam distintas disciplinas que o contemplam sob vários ângulos; e como âmbito de práticas, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não) dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como setor saúde (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000, p. 59).

A concepção de determinação social que vem sendo desenvolvida e amadurecida teórico-metodologicamente pela Saúde Coletiva se insere em um contexto mais amplo, no qual a Epidemiologia Crítica corrobora com suas investigações em busca de um projeto de saúde contra-hegemônico criado na América Latina. Trata-se da compreensão de ciência e saúde a partir de um novo projeto epistemológico, ontológico e praxiológico que luta pela emancipação popular, comprometido com a ética pela vida digna dos “sem poder” (BREILH, 2006).

Assim, esse campo de conhecimento compreende a saúde como decorrente do contexto social, cujo movimento de gênese e reprodução é possibilitado pelos processos individuais e coletivos, que se articulam e se determinam mutuamente. O olhar dialético nos auxilia a compreender tanto os elementos mais amplos da estrutura político-ideológica da sociedade como os processos particulares de uma classe ou um grupo, e a realidade familiar e pessoal dos sujeitos (BREILH, 2006). A Figura 1 pode nos auxiliar na visualização deste modelo:

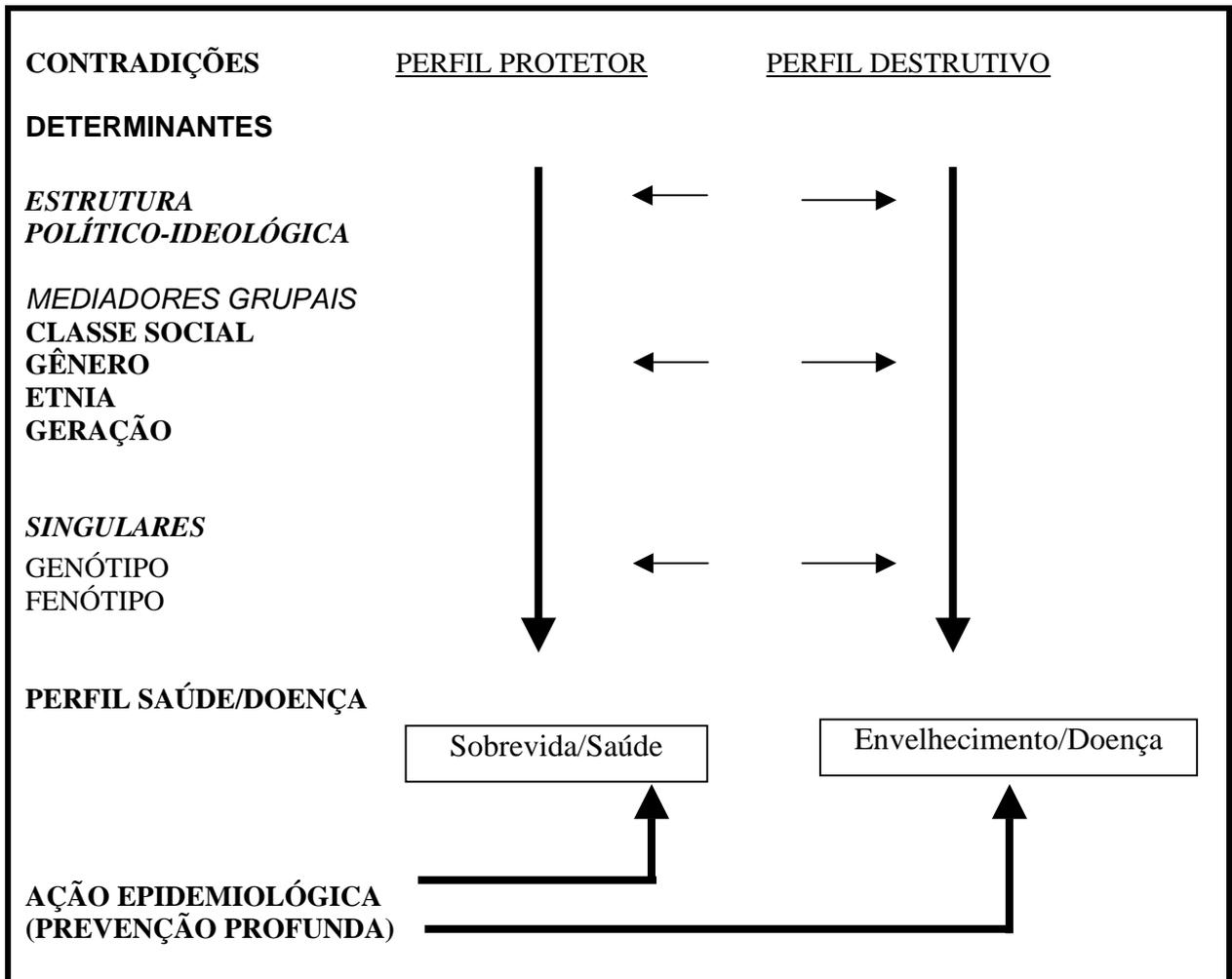


Figura 1 - Modelo para estudo das contradições dos determinantes da saúde-doença.

Fonte: BREILH, Jaime. Nuevos conceptos y técnicas de investigación: guía pedagógica para un taller de metodología. Quito: Ediciones CEAS, 1997.

Os processos protetores e destrutivos adquirem uma atuação diferente na saúde conforme as relações sociais em que se desenrolam, estão em constante oposição, em todos os níveis da vida social (da superestrutura à singularidade dos sujeitos). De fato, é a reprodução social que irá determinar a forma de expressão desta unidade, numa ou em outra direção; assim, saúde-doença passa a ser estado circunstancial, produto destes movimentos e oposições constantes de todas as dimensões da vida.

A prevenção profunda (Figura 1), tem uma definição conceitual diferente da prevenção etiológica – como é o caso das vacinações e prevenção individual (clínica)-, pois trata-se de mudarmos os *processos*, criando transformações nos

aspectos determinantes da saúde, descobrindo os processos gerativos, muitas vezes sem termos visto ou tocado em uma única pessoa (BREILH, 2006).

Nesta pesquisa temos como um dos eixos principais a categoria de *determinação social* (BREILH, 1998), que representa uma ferramenta poderosa para compreendermos a gênese do processo saúde-doença, reconhecendo como recurso teórico para o entendimento deste eixo central a categoria *reprodução social*. Resgatando o que foi desenvolvido na introdução desta investigação, reprodução social é compreendida como

O conjunto da vida social caracterizado pelas formas de trabalhar e consumir, pelas relações que os seres humanos estabelecem entre si para produzir a vida social, pela forma em que transformam a natureza, pela forma em que realizam a distribuição e o intercâmbio de bens socialmente produzidos, pelas instituições que geram e pelo nível de consciência e organização que alcançam (CAMPANA, 1997, p. 133).

Junto a esta categoria está a de perfil saúde-doença, que segundo Campaña (1997, p. 133) “alude aos padrões ou características em relação a sua constituição biológica e mental que adquirem os seres humanos, segundo o perfil de reprodução social em que se desenvolvem como seres sociais”.

Cabe ressaltar também, que a Epidemiologia Crítica desenvolveu reflexões importantes sobre a categoria *exposição*, amplamente utilizada em estudos epidemiológicos. Considera-se que existem modos de viver que não somente nos expõem como uma eventualidade, mas que nos impõem com permanência. E infelizmente, esta é a condição da maioria das situações epidemiológicas, não há absoluta eventualidade. Não há opção, as pessoas estão impostas a certas condições que levam a uma forma de reprodução insalubre e incluem outros problemas, como a falta de controle sobre o processo produtivo, que acarretam uma alta vulnerabilidade epidemiológica.

O objetivo deste tópico foi apresentar outras possibilidades de compreender a saúde do trabalhador, que possam avançar na construção de uma intervenção da Educação Física que não contribua para explorar ainda mais o trabalhador através da melhora de sua capacidade física, mas que supere estas limitações promovendo ações conjuntas com entidade sindicais e colaborando para a organização dos trabalhadores, na medida em que estes possam identificar seus problemas e buscar suas soluções de forma coletiva. Mas é sempre bom enfatizar, isto não significa

desprezar os possíveis ganhos na condição física dos envolvidos, mas sim buscar fundamentar nossa prática educativa em bases realistas e profundas sobre as alterações ocorridas em suas condições de vida e de saúde.

4.2.1. Superações da Educação (Física) Bancária

A educação bancária pode ter duas interpretações opostas nesta pesquisa, uma relacionada ao referencial teórico que adotamos como fundamental para educação (popular em saúde) dos sujeitos/participantes desta investigação, isto é, os bancários, e a outra, ao conceito trazido por Freire (2005) que denomina educação bancária como a mera tentativa de transferência de conhecimento, onde o professor deposita informações nos educandos, tolhendo o ato legítimo de educar que se faz pela criação de possibilidades para a produção e construção do conhecimento.

Com objetivo de avançar no entendimento do processo saúde-doença e acreditando na possibilidade de superação da educação bancária, pensamos ser fundamental o envolvimento da entidade sindical com processos permanentes de formação, optando por um olhar que valorize a vida e considere os conhecimentos e aspirações dos trabalhadores. Para tanto, enquanto educadores que atuam através da Educação Física, nesta investigação nos valem de pressupostos das pedagogias críticas da área, com enfoque político-social, com destaque para duas propostas: a crítico-superadora (COLETIVO DE AUTORES, 1992) e a crítico-emancipatória (KUNZ, 2003).

Na tentativa de materializar este outro olhar, construímos o projeto *Educação Física com Saúde*, o qual passaremos a compartilhar com o leitor nas próximas páginas, resgatando as experiências vivenciadas durante o seu desenvolvimento, que foi envolvimento de desafios, avanços e retrocessos permanentes.

Em nosso fazer investigativo, identificamos a categoria *participação* como expressão das vivências experimentadas pelos bancários no projeto. Destacamos que, o conceito participação utilizado nesta pesquisa não significa apenas estar presente, requer mais que isso, pois se insere em um processo de conquista, representa, portanto, *presença, envolvimento e compromisso* (DEMO, 1996).

4.2.1.1. O Compromisso de uma Educação Física que Valorize o Saber Popular

Nesta pesquisa, como já afirmamos, ao invés de estabelecermos *a priori* as necessidades de saúde e propormos aos dirigentes dos bancos um programa de exercícios (GL para o combate ao sedentarismo e compensação dos desgastes provocados pelos gestos repetitivos e intensos), valorizamos o conhecimento da organização coletiva e partimos do diálogo – cuidadoso e demorado - com o Sindicato (a princípio representante legítimo dos trabalhadores) para identificarmos suas principais pautas de luta, inclusive no âmbito da saúde.

Partimos deste pressuposto porque acreditamos que o ponto de partida para educação dos trabalhadores é o conhecimento que o próprio trabalhador possui, valorizando o saber popular e re-construindo o conceito tradicional e restrito de conhecimento, que coloca como único e soberano o saber científico. Isto não significa desprezar este tipo de conhecimento, mas integrá-lo à sabedoria popular em movimento crítico e dinâmico (ARRUDA, 1997).

Neste Projeto foi possível perceber um grande diferencial entre esta proposta feita aos trabalhadores e aquelas produzidas para atender os interesses do capital. Sendo uma prática educativa realizada na Sede do Sindicato e divulgada por ele, tivemos a liberdade de escrever e falar diretamente aos bancários muito daquilo que professores de educação física evitam dizer, até para não comprometerem seus empregos (apesar de, em muitas situações, também serem precários!).

Para que se tenha idéia da subversão assumida, no *folder* (Apêndice E) que divulga o projeto *Educação Física com Saúde* distribuído pessoalmente em algumas agências pela pesquisadora, pode-se ler:

Saúde dos bancários: O Sindicato dos Bancários de Florianópolis vem há muito tempo se preocupando com problemas relacionados à saúde dos trabalhadores bancários, representados principalmente pelas LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e cansaço físico e mental. [...] De acordo com estudos científicos estes problemas se devem, dentre outros motivos, à crescente exigência de produtividade, muitas horas de serviço, número reduzido de funcionários e temor pelo desemprego.

Buscando alternativas: O grande volume e o ritmo intenso de trabalho nas agências faz com que muitas vezes o bancário não se perceba, não olhe para si

mesmo e para seus companheiros de trabalho, não dê a devida importância às suas dores e às dores dos outros.

Benefícios esperados: Contribuir para que o trabalhador compreenda a influência que o trabalho exerce sobre sua saúde; [...] oportunizar um espaço descontraído e de acolhimento que ajude na construção de redes de solidariedade entre os trabalhadores.

Ao nosso ver, como anunciamos na introdução, estes aspectos diferenciadores não são meros detalhes e nos permitiram oportunizar algumas mudanças na forma tradicional e restrita de se aproximar dos trabalhadores, pois estes:

- passaram a ter informações científicas que explicam seus problemas de saúde de forma mais realista e profunda, vencendo a costumeira superficialidade da GL;
- são atraídos para a Sede do Sindicato por algo que lhes dê perspectivas de prazer, mas que nem por isso retiram o caráter de seriedade de seu possível envolvimento com a entidade sindical e
- se distanciam das agências ao invés de fazerem exercícios lá dentro, o que lhes possibilita um estranhamento do local de trabalho, necessário para que possam falar e se expressar com mais liberdade, fato que ajuda na compreensão de suas rotinas de desgastes quotidianos.

Acreditamos que um dos pontos positivos do Projeto ocorreu com a distribuição dos *folders* nas agências bancárias, onde pudemos levar aos bancários uma oportunidade de cuidar e dialogar sobre sua saúde, redirecionando a atuação do Sindicato que, na maioria das vezes, aproxima-se de sua base para comunicar ou mobilizar os bancários para temas conflitantes. Percebemos isso através das manifestações dos próprios bancários que aceitavam ao menos ouvir nosso convite, nos dizendo: “nós deixamos vocês falarem só se for coisa boa”. Destacamos que alguns bancários sequer conheciam a localização da entidade sindical, esclarecimento oportunizado também com a nossa presença nas agências.

Nossa intervenção se fundamentou em uma educação que desenvolvesse o esclarecimento e emancipação, em um processo de libertação que despertasse o uso da reflexão crítica, compreendendo o aluno como sujeito do processo educativo,

com capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados (KUNZ, 2003).

4.2.1.2. Os Diferentes Movimentos do Projeto *Educação Física com Saúde*

Como proposta para a prática corporal, optamos pela *Hatha Yoga* para orientar os movimentos e posturas corporais (*ásanas*) nas aulas. Este tipo de yoga difere dos demais porque utiliza como princípio o aperfeiçoamento do corpo, pois “a sabedoria hindu, fundamento filosófico da *Hatha Yoga*, ensina que espírito e corpo não são mais que aspectos diferentes de uma mesma unidade essencial” (HERMÓGENES, 2004, p. 39). Por esta razão o corpo tem atenção especial neste tipo de prática, o que não diminui a importância de exercícios para melhorar a respiração (*pranayamas*) e a meditação.

Na nossa intervenção buscamos criar espaços de práticas corporais e diálogo, que também orientaram a preparação das aulas, os quais foram:

1) Espaço para interações e trocas de experiências - Enquanto os alunos estavam chegando ou se preparando para a prática, já que todos vinham de suas agências, cada um pegava um colchonete e o colocava aonde quisesse. Frequentemente faziam massagem em seu próprio corpo com bolinhas de borracha enquanto conversávamos ou apenas ficavam deitados nos colchonetes, relaxando ao som de músicas com ritmos suaves. Em seguida, nos colocávamos na postura sentada e ficávamos em silêncio, buscando acalmar os pensamentos e nos concentrando para o momento que estava por vir.

2) Espaço de consciência corporal - Iniciávamos a aula com movimentos articulares do pescoço, ombros, punhos e tornozelos (regiões superiores muito solicitadas durante o trabalho). Na continuidade, realizávamos algumas vezes a Saudação ao Sol (*Suryanamaskar*), uma seqüência de posturas corporais (em média oito) que preparava o corpo para a prática de *ásanas* mais complexos. Esta movimentação foi importante para estimular a mobilidade da coluna vertebral e fortalecimento dos membros superiores, pois exigiu movimentos de flexão e extensão, principalmente, do quadril, ombro e cotovelo. E finalmente, praticávamos alguns *ásanas* mais complexos de acordo com a temática da aula, por exemplo, equilíbrio, força, ou

torções. Na realidade, todos esses componentes eram contemplados, mas procurávamos dar ênfase para apenas um deles, com objetivo de estimular a percepção dos alunos quanto ao seu alinhamento corporal e para não sobrecarregar os participantes com exercícios intensos.

3) Espaço de relaxamento – Para terminar realizávamos posturas chamadas invertidas (como o nome já sugere, são *ásanas* que mantêm o corpo apoiado somente na cabeça), um momento de desafio e encorajamento para os alunos e, em seguida, eles deitavam nos colchonetes e passavam para a fase de relaxamento e breve meditação. Vale lembrar que em algumas aulas nós fizemos massagem em duplas, antes desta última fase (relaxamento). Após encerramento da aula, os bancários organizavam o espaço, guardando os materiais e se despediam tomando chá e comendo as “bolachinhas”, como eles chamavam.

Esses eixos que anunciamos foram mais uma tentativa didática de explicar de forma esquemática e sistematizada como era a dinâmica das aulas do que de relatar exatamente como elas aconteciam, esforço que jamais conseguiríamos realizar a não ser de forma aproximada. Isto porque cada aula, apesar de sua prévia preparação, tinha como princípio o respeito às vontades e desejos dos alunos. Por isso, alguns encontros nós conversávamos durante trinta minutos, outros nós relaxávamos mais, às vezes experimentávamos mais Saudações ao Sol, fazíamos posturas mais sentadas ou deitadas quando os bancários se sentiam mais cansados (principalmente no início do mês, em que os bancos ficam mais cheios). Enfim, esta liberdade com que criamos e recriamos os encontros, ao nosso ver, foi importante para conquistar um espaço acolhedor, de solidariedade e de confiança.

Ao final das aulas, a pesquisadora estimulava os alunos para que refletissem sobre alguns questionamentos (relatados no tópico seguinte), buscando analisar conjuntamente alguns conceitos, aproveitando cada oportunidade para, por exemplo, discutirmos que *saúde não se ganha, se conquista*, e afirmando que *saúde e qualidade de vida são aspirações coletivas*. As discussões eram resgatadas no início da aula seguinte.

Para preparação das aulas nos pautamos em uma perspectiva que possibilitasse ao aluno identificar-se como sujeito histórico, produtor de atividades corporais e capaz de interferir na realidade social. Estimulando o desenvolvimento

de valores de solidariedade, cooperação, distribuição e, sobretudo, a liberdade de expressão dos movimentos (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Todo material utilizado nas aulas foi disponibilizado ou adquirido pelo SEEB como, por exemplo, compra de colchonetes e bolinhas de borracha, utilização do som e, evidentemente, da sala para a realização das aulas. Enfim, a instituição nos ofereceu todo apoio material para concretização da intervenção, inclusive na produção dos *folders* e cartazes para divulgação.

Acrescentamos que a conquista do espaço para as aulas foi um esforço importante, transformamos uma sala de auditório⁴² formal em um espaço descontraído, aconchegante e tranquilo, qualidades importantes para uma aula de yoga. No entanto, tivemos problemas quanto à limpeza deste local, pois a pessoa responsável por esta tarefa trabalhava no período da manhã e o grande volume de utilização deste espaço não permitia a sua conservação. Durante o desenvolvimento do projeto não conseguimos resolver este problema, apesar das várias reclamações dos bancários, mas reafirmamos que a entidade sindical precisa ser exemplar nestes aspectos, pois historicamente exige um ambiente de trabalho limpo e adequado aos bancos.

Com relação aos participantes do projeto *Educação Física com Saúde* houve presença permanente de um dirigente do Sindicato e, esporadicamente, outras quatro pessoas da instituição. Entre os bancários que participaram com frequência, a maioria é mulher, em torno de oito, e quatro homens, em média. Os trabalhadores têm por volta de quarenta anos de idade, vinte anos de emprego em bancos e todos trabalham em bancos públicos. Do total de 40 inscritos, trinta fizeram pelo menos uma aula, sendo quinze da Caixa Econômica Federal, onze do Banco do Brasil, nove do BESC, dois do Banrisul, dois do Santander/Banespa e um do Itaú.

A dificuldade de participação pode ser atribuída, em partes, à decisão da diretoria do Sindicato em oferecer o Projeto somente para bancários sindicalizados, que na sua grande maioria são de bancos públicos, o que poderia ter restringido a vinda de trabalhadores de bancos privados na intervenção. Um outro fator foi a pouca divulgação da intervenção, pois mesmo utilizando a página da entidade na internet e a publicação na Folha Sindical, observamos que a distribuição dos *folders*

⁴² As aulas do projeto foram realizadas no auditório do Sindicato, um espaço que também era utilizado para reuniões, assembléias e para vários encontros, inclusive de outras entidades e movimentos sociais, e na realidade era adaptado para as aulas de yoga.

foi realizada em apenas algumas agências⁴³ e por poucos dirigentes. Fato percebido pelos bancários, que reclamavam que poucas pessoas sabiam da existência do Projeto, inclusive dentro do próprio SEEB.

4.2.1.3. O Reconhecimento Coletivo das Dores e Limitações

O Projeto também teve momentos de recuos, pois não conseguíamos despertar o interesse e o diálogo sem que os alunos nos permitissem confiança. Somente após dois meses de aulas sentimos que os alunos estavam mais seguros e confortáveis para compartilhar suas *dores*, problema e tema muito presente nas aulas. Inicialmente a dor foi compreendida como um problema individual, mas ao longo do tempo foi reconhecido como próprio da categoria, coletivo, portanto. Mesmo porque, vários bancários estavam participando do Projeto afastados de seu trabalho por licença médica, sendo os principais problemas a fibromialgia, LER, recente isquemia cerebral, depressão, entre outros. Todos eles foram compartilhados entre nós nas aulas e tornou-se natural na medida em que diziam sem constrangimentos que notavam melhoras ou que tinham faltado nos encontros porque sentiam muitas dores.

Neste contexto, tivemos um grande desafio em oferecer uma aula em que todos pudessem participar. Assim, as posturas que exigiam apoio dos membros superiores por muito tempo e traziam dificuldades aos alunos que tinham dores nos punhos, foram reduzidas e em alguns momentos foi necessário montar exercícios específicos para um ou outro bancário, pois não conseguiam acompanhar o grupo. Com o objetivo de não constranger esses trabalhadores, pois era necessário que eles expressassem suas limitações, mantivemos um diálogo constante de solidariedade, estímulo, e preocupação, perceptível para os outros bancários que foram se sensibilizando com as dores dos outros e percebendo as suas próprias.

Como anunciado anteriormente, os questionamentos que incentivamos foram, por exemplo, quais as vantagens de ficar doente? (pergunta que ajudava muito a discutir as contradições inerentes a essa condição de vida); O que é ter saúde?; O

⁴³ A presença da pesquisadora foi possível em apenas algumas agências, as quais foram escolhidas pela proximidade com o SEEB e pelo grande volume de funcionários. Assim, percorremos dez agências de bancos públicos e privados da região central de Florianópolis.

que é ser bancário? Isto nos propiciou dialogar sobre conceitos de saúde, as transformações do mundo do trabalho, número de demissões, terceirizações e discutir o vídeo Banco de Horrores, que mostra a realidade e dificuldades dos bancários diagnosticados com LER.

Com relação às dores diariamente relatadas no início do Projeto e durante as práticas, os participantes da intervenção também compartilharam as melhoras de suas condições de saúde:

Eu comecei em um processo muito mal da fibromialgia, eu falei não sei até aonde eu vou [...] E assim que a fibromialgia passava, eu ia exigindo, melhorou bastante e procuro ir no meu limite, sinto aquela dorzinha, mas não sinto dor depois. Eu acho que eu melhorei, assim eu larguei os medicamentos, não tomo mais nada [...] Eu acho que é importante dar um depoimento porque eu comecei assim num processo muito doloroso (BEC).

O que eu senti depois de praticar aqui é uma melhora física, a gente se sente mais disposto, com mais ânimo, suporta a vida melhor, enfim. Realmente está me ajudando, em sinto mais flexível e, principalmente, eu sentia dores no pescoço, na cervical e isso melhorou bastante, ainda não melhorou totalmente, mas hoje eu consigo ter uma melhor postura (BEA).

Como se pode perceber, trabalhamos com insistência a consciência corporal, para estimularmos a compreensão dos bancários sobre seus desgastes e limites, como também para incitar a relação de solidariedade entre os participantes, através de aulas em dupla que exigiam confiança no colega para auxiliar na sustentação do corpo e aproximação e cuidado do outro através de massagens com bolinhas de borracha. Com esta aproximação, os bancários puderam se reconhecer como categoria, dando conta dos problemas que o coletivo tem em comum, conhecendo melhor as rotinas dos dirigentes sindicais, dos colegas e deles próprios. Os depoimentos dos participantes esclarecem as relações construídas na prática educativa:

Eu busquei isso [yoga] para poder me ajudar e acho que foi bem importante, bem legal, eu fico assim [emocionada], e acho que nosso grupo, eu notei que a gente formou uma amizade, o pessoal da Caixa parece que a gente trabalha com eles é muito bom vir aqui, tento não faltar, para mim foi tudo de bom (BEC).

Praticar com este grupo foi maravilhoso, vir e fazer amizade, não só da Caixa, do BESC também. Aqui no Sindicato somos todos bancários, eu acho que fortalece a categoria. A gente consegue melhorar muito, rever os valores, o que é principal mesmo, o que realmente traz felicidade, paz, harmonia, que faz bem [...] (CREDIREAL).

Quando os trabalhadores conseguem se perceber como categoria, superando a idéia de aglomerado de indivíduos, participam de um processo de construção pedagógica e de formação política advindo do reconhecimento dos limites postos pela realidade, denominado de *consciência reivindicativa* (TUMOLO, 2002). Desta forma, qualificam o conhecimento adquirido na prática da militância e compreendem a necessidade de se organizarem e reunirem forças para lutar por seus direitos.

De acordo com Seligmann-Silva (1994), a solidariedade e o compromisso desempenham papel fundamental no trabalho, fortalecendo a saúde. As pessoas se tornam aptas a ter saúde quando se desperta autonomia, espírito de cooperação coletiva e convivência, respeitando suas experiências em um movimento dinâmico de integrar, solidarizar e conscientizar (DA ROS; VIEIRA; CUTOLO, 2005).

4.2.1.4. Participação do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região

A importância de ter desenvolvido o Projeto na entidade sindical possibilitou, ao nosso ver, algumas mudanças relevantes, pois: i) os bancários viveram, pelo menos duas vezes por semana, a rotina do Sindicato; ii) eles participavam de forma mais efetiva da sua programação, sentindo-se como parte integrante da instituição; iii) os participantes conheceram melhor os dirigentes e funcionários do Sindicato e iv) essa aproximação foi importante para que os bancários construíssem redes de interação e solidariedade, principalmente em momentos de campanha salarial, onde trocavam informações sobre seu local de trabalho.

Outro momento que consideramos importante, que ocorreu durante a intervenção, foi a campanha salarial e a greve. Apesar da redução do número de participantes na intervenção, as aulas foram também espaços de repensar a atuação do Sindicato e sua representatividade, a dinâmica das Assembléias, o acirramento das disputas políticas internas e os instrumentos da greve. Os bancários foram incentivados a acessar a página do Sindicato para discutir temas sobre a greve,

assim, passaram a ler os informes com o auxílio reflexivo de pesquisadores da educação e saúde, condutores da investigação.

As declarações de vários bancários que participaram de nossa pesquisa destacam a importância do Projeto para aproximação ao SEEB:

Acho que isso [projeto] é um pequeno passo para aquilo que eu acho que eles deveriam estar fazendo, até para fortalecer a categoria, até para unir mais a categoria (PARAIBAN).

Eu acho que este projeto aproximou, me trouxe mais aqui, porque antes eu vinha muito pouco, quando era chamada para uma assembleia, quase não vinha. Agora eu me sinto mais em casa aqui, porque é o que eu sempre falo para os meus colegas, o Sindicato como nós, poxa se somos nós eu acho que está precisando aproximar (CREDIREAL).

Muitas vezes nas assembleias os bancários que iam falar lá na frente, muitos deles, em várias assembleias, em vários anos aí, pediam para o Sindicato não ser um Sindicato só de setembro e outubro. E acho que este projeto é uma maneira, é um início pode-se dizer de aproximar os bancários do Sindicato. Eu passava aqui na frente e nunca entrava, nem mesmo na época de dissídio. Eu acho que tem que continuar abrindo as portas para os bancários se aproximarem do Sindicato (BEG).

Devido a proposta original da pesquisa-ação, por ser uma atividade proposta com início e fim determinado, com duração de aproximadamente seis meses, quando lamentavam a sua interrupção, os alunos sindicalizados eram estimulados a reivindicar ao Sindicato o direito de sua continuidade. Temos discutido com seus dirigentes a necessidade e possibilidade de dar conseqüência a este processo de formação de consciência, valorizando as reivindicações geradas no Projeto, para que esta experiência de conquista seja exemplar e motivadora de outras exigências junto à classe patronal. As palavras de participantes do projeto podem sintetizar, de forma geral, as contribuições da intervenção para a Entidade:

Eu acho assim, que o papel do Sindicato, que está representando uma categoria, não é mais trabalhar a campanha salarial não, é para trabalhar a qualidade de vida da categoria, para que a gente seja mais feliz, que a gente procure se unir mais, porque se a gente estiver unidos na época de fazer campanha vai ser [fácil], não aquela dificuldade de trazer as pessoas, as pessoas vão se sentir em casa aqui (CREDIREAL).

Eu notei que a gente começa a ver com outros olhos o Sindicato. Eu só tinha aquele contato que eles passavam correndo dando o jornalzinho [...] Aqui a gente tem uma outra forma de ver o Sindicato, a gente conhece uma realidade que eu não conhecia [...] agora eu tenho mais a regularidade de olhar o *site*, o que está acontecendo é que eu me interessei mais (BEC).

É do envolvimento com o Sindicato que confirmamos a pertinência de se compreender o movimento sindical como dinâmico e contraditório. Ao acompanharmos de perto as suas rotinas, percebemos o quanto seus dirigentes e trabalhadores reproduzem, longe das agências, muito daquilo que combatem, pois a intensidade de suas pautas de lutas não lhes permite sequer dez minutos de pausa. Além disso, entre eles também já figuram como pessoas com desgaste evidente, até mesmo com LER, de tanto atuarem na defesa e escreverem textos de formação crítica para seus colegas. Isto demonstra o quanto ainda nos resta a fazer!

Para Demo (1996), a organização sindical é um canal decisivo de participação e organização da sociedade civil. É importante que os trabalhadores tenham percepção que possuem direitos fundamentais como cidadãos, entre eles o de trabalhar para usufruir nível de vida acima de mera sobrevivência. No entanto, reconhecer essas potencialidades não significa desprezar os limites destas organizações, que geralmente envolvem pouco a base, “seja porque perpetuam o poder, seja porque confundem quantidade de gente com qualidade do compromisso político” (p. 38). Com relação às críticas à estrutura sindical, uma liderança nos relatou que:

Há uma certa divisão e pouca participação na diretoria e o Sindicato não pode abrir mão disso, tem que ter formação, participação e ele tem que abrir à crítica da categoria, tem que chamar a categoria para dentro para discutir seus problemas e achar soluções, porque a direção do Sindicato são todos [...], a gênese do Sindicato é fazer com que todo mundo participe e que as decisões sejam coletivas (BANERJ).

Observamos que a maioria das pessoas envolvidas no SEEB está sempre com pressa, nos celulares, subindo e descendo as escadas e entrando e saindo das salas. É perceptível o número insuficiente de funcionários e a quantidade de trabalho e mobilização que requer uma entidade de luta, no entanto acreditamos que é necessário *dar uma pausa* (utilizando a expressão bem difundida para a prevenção de LER), para pensar se é essa a imagem que o SEEB quer passar para seus

associados. Esta é mais uma contradição deste processo educacional que desenvolvemos, pois, se antes os sindicalizados pouco conheciam a Sede e as rotinas da instituição, ao serem atraídos para ela, podem perceber com mais clareza seus limites. Agora, portanto, é o momento de serem reprocessadas as idéias que moviam esse interesse pela aproximação, dando o sentido de processo inacabado em todas as instâncias envolvidas: no interior do SEEB, considerando os dirigentes e funcionários; os bancários e, até mesmo, os pesquisadores da Universidade.

No caminho final do desenvolvimento do Projeto, *conquistamos* um espaço dentro do Sindicato somente para as aulas de yoga, que nos permitiu a liberdade de organizar este local. Dentre outras decisões, realizamos um planejamento participativo, ocorrido após avaliação final do projeto, no qual discutimos e decidimos a manutenção do espaço, compra de materiais didáticos e ampliação do Projeto, determinando as ações em curto, médio e longo prazo. Ocorreu também uma confraternização organizada com os participantes, na qual trocamos flores e mensagens, além de assinarmos as reivindicações que emergiram do planejamento participativo e que foram sistematizadas pela pesquisadora e entregue à diretoria (Apêndice F). Pois, “organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz, é o abecê da participação. Ai a negociação surge, não como boa vontade ou concessão, mas como necessidade de sobrevivência” (DEMO, 1996, p. 26).

Em nossa investigação, uma bancária nos relatou que mudanças são possíveis quando estimulados processos participativos e democráticos, pois:

em épocas que as pessoas precisam ir à luta, reivindicar seus direitos, tão com medo, não querem, ou fazem aquela greve de pijama, dizem: “ah, o outro não está aí, então eu também não vou”, não têm compromisso. Quando você começa a fazer parte, você tem mais vontade de participar (CREDIREAL).

Sobre a continuidade do Projeto, identificamos nas palavras de um dirigente os planos para o futuro:

Eu acho que a boa notícia é que a discussão foi bem recebida pela diretoria. Eu acho que eles entenderam a importância do projeto [...] Eu acho que o fato de trazer o yoga para cá [novo espaço] e concordarem em não colocar outras coisas aqui, isto mostra o apoio ao Projeto. O fato de, nesta reunião, toparem um aporte financeiro para o Projeto, isso também mostra um fato positivo. Estamos

iniciando 2007 com condições de a gente poder planejar, porque tem espaço, vontade política, recursos, tem tudo para poder planejar e discutir (BESC).

De fato, ainda existe muito para organizar, planejar e discutir para que um projeto de educação em saúde se torne uma política permanente de uma entidade sindical. Reconhecemos suas conquistas, mas também entendemos suas limitações e contradições, inclusive as nossas. E é neste movimento de ir e vir, avançar e recuar, que fomos construindo suas bases apoiadas nos desejos e aspirações da categoria. As dores que sentimos nas práticas foram amenizadas pelas relações de amizade e solidariedade que se constituíram em nossas aulas, mas cabe lembrar, elas ainda continuam. No entanto, seu reconhecimento nos torna aptos e capazes a intervir na realidade, pois como nos diz Freire (2000, p. 56) “o futuro não nos faz, nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo”.

Para finalizar, apresentamos, de forma simplificada, as principais diferenças entre nossa intervenção e as propostas hegemônicas de GL (Quadro 1):

Propostas de atuação da Educação Física Eixos de análise	Projeto <i>Educação Física com Saúde</i>	Propostas hegemônicas de ginástica laboral
Epistemológico	Pautado na Epidemiologia Crítica e Saúde Coletiva  Compreende a saúde-doença como um processo dinâmico e contraditório, que envolve desde estruturas ideológicas até a singularidade dos sujeitos.	Fundamentadas em bases empírico-analíticas do Positivismo Científico  Entende a saúde de forma isolada, respaldada em bases biológicas e comportamentais, elegendo a aptidão física como principal mediador da saúde.
Político	Concretizado pela união de forças entre a Universidade e o Sindicato, na tentativa de atender aos interesses da classe trabalhadora, com vistas a auxiliar sua organização e fortalecimento.	Funciona como uma prestação de serviço, na qual se vende suas vantagens aos empresários que, obviamente, atendem prioritariamente a seus interesses, tais como aumento de produtividade, redução de licenças médicas, absenteísmo etc
	Identificamos junto com os trabalhadores e a entidade sindical os determinantes que degradam as suas condições de vida e de saúde.	Mascaram os determinantes que degradam as condições de vida e de saúde dos trabalhadores e, em muitos casos, intensificam a exploração capitalista.
	Procura-se evidenciar as contradições e os conflitos do ambiente laboral, estimulando o reconhecimento do poder, historicamente acumulado pelas instituições dominadoras, que impede a equidade e justiça social.	Reduz as tensões entre capital e trabalho, configurando-se como estratégia que desperta nos trabalhadores a sensação de “proteção” e “cuidado”.
Pedagógico	Educa pelos princípios de emancipação e esclarecimento, despertando reflexão crítica. Os participantes são considerados produtores de conhecimento.	Atua através de conceitos de adaptação e compensação das estruturas físicas. A conscientização nestas práticas é caracterizada pela transferência de informações (educação bancária).
	Há liberdade de criar e recriar os movimentos, através de estratégias de cooperação, participação e solidariedade. Os alunos realizam as aulas na sede do Sindicato, o que aproxima a base da entidade.	Os exercícios são padronizados e dificultam possibilidades de mudanças, tanto pelos professores, quanto pelos trabalhadores. A “integração” acontece como obrigação, por vezes disfarçada de concessão, e em ambientes mais apropriados ao trabalho do que às atividades propostas, que necessitam ser adaptadas e improvisadas.

Quadro 1 - Comparativo entre propostas de atuação da Educação Física de acordo com os eixos de análise epistemológico, político e pedagógico.

5. CONCLUSÕES

[O educador] comprometido com a libertação dos homens [...] não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar (FREIRE, 2005, p. 28).

Esta pesquisa-ação teve como horizonte a Prevenção Profunda da saúde da categoria bancária. Obviamente, apesar das inúmeras conquistas, com o exíguo tempo de dois anos do mestrado, utilizados para formulação do projeto; obtenção dos créditos disciplinares; estudos; participação em diferentes atividades dos campos de observação e, finalmente, intervenção propriamente dita, temos claro que apenas demos pequena contribuição a uma forma alternativa de pesquisa da Educação Física nos campos da Saúde Coletiva/ Saúde do Trabalhador/ Epidemiologia Crítica.

Ao nosso ver e de acordo com o referencial adotado, isto é perfeitamente compreensível perante a dinâmica da vida social, extremamente complexa e permanentemente contraditória. A própria concepção de Prevenção Profunda pressupõe avanços e recuos permanentes, pois ela se caracteriza como ação sobre algo que está em constante transformação, que é o processo saúde-doença no âmbito do coletivo.

Partimos da busca de pressupostos da Educação Física articulada com outras áreas de conhecimento que pudessem fortalecer as lutas sindicais em favor da saúde dos bancários.

No que se refere aos referenciais da Educação Física, acreditamos ter superado a aplicação dos conhecimentos oferecidos nos manuais de *fitness*, tendo incorporado muitos elementos de pedagogias críticas da área, sobretudo de Coletivo de Autores (1992) e Kunz (2003). São propostas que atribuem significados e ações à prática educativa fundamentando-se em princípios de emancipação, esclarecimento e autonomia em perspectiva dialógica para estimular processos participativos e reflexões sobre a realidade. No entanto, cabe ressaltar, o maior apoio para sustentar a relação sujeito investigador – sujeitos investigados decorreu das orientações da Educação Popular em Saúde, que por sua vez tem como pilar a obra de Paulo Freire.

Deste autor, nos aprofundamos na Pedagogia da Indignação (2000) e Pedagogia do Oprimido (2005), que ao longo do processo de conclusão do texto nos inspiraram a definir o título da dissertação como “Superações da Educação (Física) bancária pela Saúde Coletiva [...]”.

Neste aprendizado, em permanente diálogo com a realidade, compreendemos a necessidade de controlar nossas ansiedades, evitando intervir de forma autoritária sobre um contexto que, à primeira vista, nos parecia facilmente passível de mudança. Dialeticamente, também superamos momentos de inércia, em que, de tanto cuidado – advindo do medo de incomodar e errar e também da perplexidade perante a gravidade dos problemas vividos por seres humanos concretos e muito próximos – corríamos o risco de sermos subsumidos por essa realidade complexa.

Outra preocupação advinda dessas leituras foi de não atuarmos meramente como torcedores (para utilizarmos uma expressão própria do meio esportivo), evitando nos impregnar com possíveis visões idealistas muito comuns na militância política, muito próprias (e, em certa medida, necessárias para manter o entusiasmo) do campo de lutas. De fato, tivemos dificuldade, no início, de praticarmos o estranhamento da realidade, mas consideramos que ao longo da convivência “as idéias foram se encaixando” e ficando mais claros os diferentes conhecimentos e responsabilidades dos envolvidos. Assim, devido a maior familiaridade e mesmo intimidade criadas, pudemos apresentar, de maneira fraterna, críticas principalmente ao Sindicato, para auxiliá-lo a representar aquilo que anuncia aos associados.

Aprendemos também a respeitar o tempo necessário para a conquista da confiança dos participantes das aulas. Conseguimos superar algumas dificuldades pela atenção constante e pela construção de laços de solidariedade e amizade criados pelos bancários – entre eles; deles com os dirigentes e funcionários; de todos eles conosco – que foram importantes para o reconhecimento coletivo de seus problemas e para o enfrentamento das dificuldades que encontramos no desenvolvimento do Projeto.

Embora tivéssemos necessidade em saber de suas condições de vida e de saúde, até para que pudéssemos orientar nossas intervenções, preferimos construir com eles um espaço de mútua confiança e de acolhimento. Isto significa que subvertemos a lógica de Atividade Física e Saúde, na medida em que esta centra suas atenções na condição física dos alunos, com vistas a recuperá-la, mantê-la ou

desenvolvê-la. É bom dizer, foi difícil a libertação de nossas práticas de Educação Física segundo esta lógica, pois as concepções que agora criticamos também foram determinantes de nossa formação acadêmica e atividade profissional anteriores. Em síntese, tivemos que vivenciar uma mudança pessoal para percebermos, por exemplo, as fragilidades dos trabalhadores, que não se restringem às dores físicas (possíveis de serem mais facilmente identificadas), mas que decorre do medo da demissão, insegurança pela iminência de assaltos; desconfianças dos colegas de banco, chefes, amigos e parentes quanto às suas doenças; do baixo poder aquisitivo; elevada carga de trabalho e responsabilidade com o dinheiro de outros; das cobranças – compreensíveis – dos clientes quanto às suas incapacidades de atendê-los bem.

Neste contexto, também identificamos algumas contribuições que, ao nosso ver, podem expressar o início de um processo de sensibilização e convencimento dos dirigentes a olharem para outras possibilidades de atuação. Entre elas, a decisão da diretoria do SEEB pela continuidade do Projeto e a conquista de um espaço para os bancários, na própria entidade, que dentre outras finalidades, reserva-se para suas práticas corporais. Acreditamos que todas estas conquistas, ainda que sejam mudanças modestas, caminham na direção das expectativas que os trabalhadores relataram na intervenção. Em uma visão do conjunto das informações, isto pode representar a categoria empírica *participação*, a qual identificamos como expressão das vivências dos bancários no projeto e síntese das análises advindas da pesquisa-ação. Esta categoria pressupõe envolvimento, presença, compromisso e conquista diária. Objetivamente significa que os bancários desejam que seu Sindicato seja próximo de suas realidades e de seus cotidianos e organizado para criar mecanismos que revitalizem união, fortalecimento e a luta permanente da categoria por condições de vida e de saúde dignas.

Contudo, ainda há muito que fazer, pois o movimento sindical se encontra em uma profunda crise, que enfraqueceu as possibilidades de negociação coletiva. Isto ocorreu, principalmente, através de formas de individualização e flexibilização da remuneração; pelas perdas de direitos conquistados; e pela dificuldade do reconhecimento do Sindicato como defensor legítimo dos interesses da classe trabalhadora. Obviamente agregam-se outros fatos, como as disputas ocorridas nas centrais sindicais e articulações no âmbito do governo, que neste trabalho, apesar

de reconhecermos como importantes, não foram objeto de estudo sistemático⁴⁴.

Neste contexto, a maioria dos dirigentes reconhece os problemas que a categoria enfrenta, no entanto, eles não conseguem, isoladamente, estabelecer políticas permanentes que criem mecanismos de ruptura com a dominação e a organização das estruturas de poder.

De forma geral, identificamos a partir das entrevistas, que a formação política priorizada anos atrás pelo Sindicato hoje perdeu um pouco a sua importância. A parceria com a Universidade e com outros movimentos sociais de Florianópolis, que eram considerados importantes para capacitar os dirigentes, foram sendo secundarizados. Atualmente, podemos concluir, os esforços se concentram na atuação sobre questões mais restritas do movimento sindical bancário, e mais especificamente sobre as salariais, sendo estas, certamente, de grande apelo e, portanto, mais exigidas e lembradas.

Ainda que seja feita a formação política das lideranças, isto não se mostra suficiente para reunir forças para transformação das condições de vida e de saúde dos bancários. É importante que este movimento incorpore em seu interior todo acúmulo de conhecimentos específicos sobre Saúde do Trabalhador, que devido a sua complexidade e também às inúmeras frentes de luta da entidade, dificilmente poderão ser ali construídos sem o auxílio de especialistas e militantes desse campo. Concluimos, portanto, que o estabelecimento de parcerias dessa instituição com outras de caráter científico (e de princípios democráticos) é mais do que uma possibilidade, mas sim uma necessidade neste momento histórico. Ao mesmo tempo, torna-se fundamental esclarecer a categoria sobre as formas de domínio ideológico oferecidas pelos empregadores, no caso, a GL, que com ares de inocência, neutralidade política e autoridade científica, participa da acomodação das tensões dos trabalhadores, distraíndo-os quanto aos seus reais inimigos.

Esta compreensão pode auxiliar na análise crítica do contexto político-ideológico que vivem os trabalhadores, aproximando os conhecimentos produzidos no campo acadêmico com suas próprias reflexões, estimulando a, conjuntamente, construir e reconstruir conceitos e teorias já existentes. A bem da verdade, seria recuperado o compromisso da academia, já que esta vem sendo bastante criticada pelo seu distanciamento dos problemas da vida social brasileira.

⁴⁴ É o caso da recente fragmentação da Central Única dos Trabalhadores e a criação da Conlutas.

Diante disso e conforme identificamos junto com os bancários, necessita-se priorizar a formação política permanente dos seus dirigentes, resgatando o conceito de consciência de classe; romper com a cultura economicista de sua atuação apenas em campanhas salariais; sensibilizar as lideranças pelos problemas dos trabalhadores aproximando-os dos locais de trabalho; e criar políticas permanentes em todas as suas Secretarias. Acreditamos que todas essas mudanças propostas vão ao encontro de um objetivo muito maior e complexo, que é o de instaurar uma contra-hegemonia à lógica destrutiva do capital financeiro.

Nesta direção, se acreditarmos que a formação política dos dirigentes auxilia na formação de sua base, concluímos que a instituição poderia investir no aprimoramento de sua *Comunicação Sindical*, entendida como um instrumento de aproximação e mobilização dos trabalhadores. Observamos que há potenciais a serem mais bem explorados nas estratégias de distribuição da Folha Sindical, cuja entrega nas agências foi avaliada de forma negativa pelos bancários pesquisados. Ao nosso ver, a Folha Sindical permite um contato estratégico do Sindicato com os bancários em seus locais de trabalho, porém, da forma como chega nas agências atualmente, isto não estimula um processo educativo de reflexão e diálogo. É importante destacar que alguns entrevistados não recebem o material; e a maioria que recebe, não o lê⁴⁵. Mas para além disso, é preciso reconhecer os bancários como produtores de conhecimento, pois este material deve expressar o significado de suas dificuldades e anseios, de acordo com as reflexões sobre suas próprias vidas.

Ao longo de todo o texto, destacamos bastante que, na essência de toda essa discussão, está a luta contra o poder e acumulação capitalista dos banqueiros, que comandam a exploração dos trabalhadores conforme seus interesses de lucratividade, lhes conferindo influência política e econômica decisivas nos setores de “desenvolvimento” do país, como também, na dominação da subjetividade dos trabalhadores e em suas capacidades de resistência. Não se trata, em nossas perspectivas teóricas, de retirar o papel dos sujeitos como responsáveis sobre suas próprias vidas, isto inclusive no que se refere às atitudes mais autoritárias que chefias de agências exercem sobre os seus comandados. O que buscamos deixar mais evidente é que, de forma geral, a própria subjetividade dos sujeitos se amolda

⁴⁵ A maioria também não acessa a página na internet.

às imposições desse sistema de dominação, criando por vezes situações que, não fossem as adversidades provocadas intencionalmente por esse poder dos banqueiros, talvez pudessem ser evitadas ou resolvidas de forma menos agressiva para a saúde de todos envolvidos.

Neste sentido, não é difícil constatar que a ginástica laboral não é suficiente para transformar este cenário. Afinal, em resposta à questão de Arruda (1997): “qual educação interessa à classe trabalhadora?”, na nossa avaliação, é aquela que busca instrumentos que defendam a libertação e autonomia dos trabalhadores e que aponte para mudanças na realidade social tão injusta e desigual na qual vivemos.

Para encerrar, destacamos que a parceria que realizamos com o SEEB foi importante para nos dar a liberdade necessária para aprofundar conhecimentos sobre as condições de vida e de saúde dos bancários. Por isso, essa união tornou-se uma alternativa concreta que nos permitiu tentar, com muito esforço e vigilância, estabelecer uma linha de coerência entre aquilo que pensamos, sentimos e fazemos como pesquisadores.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *Quase metade dos bancários sofre agressões morais no trabalho, revela pesquisa*. 2006. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 11 de jul. de 2006.

ALVAREZ, Bárbara Regina. *Estilo de vida e hábitos de lazer de trabalhadores, após dois anos de aplicação de programas de ginástica laboral e saúde – Caso Intelbras*. 2002. 185f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, [2002].

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: BOITEMPO, 2005.

_____. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Revista Sociologia Política*, n.15, p. 111-124, novembro, 2000.

ANDRÉ, Toni; VIEIRA, Scharlau. *Comunicação Sindical: proposta de uma política para as entidades*. Canoas: ULBRA, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. Trabalho e Superficialidade. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: HISTEDBR, 2002. p. 35-44.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; CARTONI, Daniela Maria; JUSTO, Carolina Raquel D. Mello. Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.16, n.45, p. 85-112, fevereiro, 2001.

AROUCA, Sérgio. *O dilema preventivista: contribuições para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora UNESP/FIOCRUZ, 2003.

ARRUDA, Marcos. A formação que interessa à classe trabalhadora. *Forma e Conteúdo*, v.1, p. 23-27, 1997.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8, n.4, p. 1005-1018, 2003.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; ROCHA, Lys Esther. Agora...até namorar fica difícil: uma história de lesões por esforços repetitivos. In: BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteadó; ROCHA, Lys Esther; RIGOTTO, Raquel Maria. (orgs). *Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Sistema Financeiro Nacional*. 2006. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Acesso em: 30 de mar. de 2007.

BARATA, Rita Barradas (org.). *Condições de vida e situação em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997.

BARROS, A. Sinal dos tempos. *Caros Amigos, Especial Terrorismo*. n.20, jul/2004, p. 26-27, 2004.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 42-62.

BOTERF, Guy Lê. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 51-81.

BREILH, Jaime. *Epidemiología crítica: ciência emancipadora e interculturalidade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

_____. La sociedad, el debate de la modernidad y la nueva epidemiologia. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.1, n.3, p. 207-233, 1998.

_____. Nuevos conceptos y técnicas de investigación: guía pedagógica para un taller de metodología. Quito: Ediciones CEAS, 1997.

CAMPAÑA, Arturo. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde. In: BARATA, Rita Barradas (org.). *Condições de vida e situação em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, p. 115-165.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.2, p. 219-230, 2000.

CANÊDO, Leticia Bicalho. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

CARVALHO, Yara Maria de. Atividade Física e Saúde: onde está e quem é o “sujeito” da relação? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.22, n.2, p. 9-21, 2001.

CARVALHO, Lucas Prado; GOMES, Ivan Marcelo; KUREK, Deonir Luís. Equívocos sobre qualidade de vida em programas de ginástica laboral. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE / I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais... XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte / I Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: ESEF/UFRGS; CBCE, 2005. (CD-ROM)

CASTELLANOS, Pedro Luis. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais. In: BARATA, Rita Barradas (org.). *Condições de vida e situação em saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1997, p. 31-75.

CASTIEL, David; VASCONCELLOS-SILVA, Paulo Roberto. A noção “estilo de vida” em promoção de saúde: um exercício crítico de sensibilidade epistemológica. In: BAGRICHEVSKY, Marcos *et al.* *Saúde em debate na Educação Física*. Blumenau: nona Letra, 2006. p. 67-90.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CNB/CUT. Confederação Nacional dos Bancos/Central Única dos Trabalhadores. *Bancos arrecadam mais com tarifas do que os Estados*. 2006. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 13 mar. 2006.

CNB/CUT; INSS. Confederação Nacional dos Bancos/Central Única dos Trabalhadores; Instituto Nacional de Saúde no Trabalho. *A Saúde no trabalho bancário*. Bangraf: São Paulo, 1993.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

CONFED. Conselho Federal de Educação Física. 2007 ano da ginástica laboral. *E.F.* ano VI, n.22. p. 24-25, dezembro, 2006.

_____. Ginástica laboral: definindo os campos de atuação. *E.F.* ano V, n.18, p. 20-27, novembro, 2005.

CONTRAF - CUT. Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - Central Única dos Trabalhadores. Os maiores lucros da história. *Jornal do Cliente*. São Paulo, 2006a.

_____. *Justiça condena Bradesco por "modelo cruel de gestão"*. 2006b. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 03 nov. 2006.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 51-66.

DA ROS, Marco Aurélio; VIEIRA, Ricardo Camargo; CUTOLO, Luiz Roberto Agea. Educação Física – Entre o biológico e o social. Há conflito nisto? *Revista Motrivivência*, ano XVII, n.24, p. 107-117, jun. 2005.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Avaliação qualitativa*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 104-130.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *O rostos dos bancários: mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro*. São

Paulo: CNB/CUT, maio, 2001. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/especial.xml>> Acesso em: 31 mar. 2006.

FEBRABAN. Federação Brasileira dos Bancos. *Portal de Informações da FEBRABAN*. 2006. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>> Acesso em: 15 de dez. de 2006.

_____. *Atendimento e serviços*. 2005. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Dadosdosetor/atendimento_2005.asp> Acesso em: 12 de nov. de 2005.

FEEB-RS. Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul. *Relatório de Pesquisa*. O trabalhador-bancário: trabalho, vida e sindicato. Porto Alegre, 1989.

FELINTO, Marilene. “Gerente uniclass”, “gerente de relacionamento”, garoto de programa. *Caros Amigos*, ano IX, n.104, novembro, 2005. p. 6.

FERNANDES, Daniela Valezi. *Atividade física e saúde no mundo do trabalho: e o profissional de Educação Física?* 2001. 65f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, [2001].

FRAGA, Alex Branco. Promoção da vida ativa: nova ordem físico-sanitária na educação dos corpos contemporâneos. In: BAGRICHEVSKY, Marcos *et al.* *Saúde em debate na Educação Física*. Blumenau: nona Letra, 2006. p. 105-120.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da avaliação. In: DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 7-11.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: HISTEDBR, 2002. p. 45-59.

GIONETTEN, Vera; WIT, Ton de. Pesquisa participante em um contexto de economia camponesa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 158-188.

GONÇALVES, Aguinaldo; PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação Física e Saúde. *Motriz*, v.5, n.1, p. 15-17, 1999.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRISCI, Carmen Ligia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária. *Sociologias*, n.12, p. 160-200, jul./dez., 2004.

HAGUETE, M. T. *Metodologias qualitativa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HERMÓGENES. *Autoperfeição com Hatha Yoga: um clássico sobre saúde e qualidade de vida*. 42. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2004.

JINKINGS, Nise. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosas": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

_____. *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

JORNAL CORREIO DO POVO. *Bancos devem mais de 8 bilhões ao governo*. 2006. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 06 mar. 2006.

JUNCKES, Ivan Jairo. *O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil*. 2004. 320f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, [2004].

JUNQUEIRA, Alfredo. Os patrões do PT ou a bancada dos bancos. 2004. *Jornal O Dia*. Disponível em: <www.odia.ig.com.br/odia/brasil/br090303.htm> Acesso em: 04 de jan. 2007.

KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. 5. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde dos trabalhadores: cenário e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, v.13, sup.2, p. 7-19, 1997.

LARANGEIRA, Sônia M. G. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n.61, p. 110-138, dezembro, 1997.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec, 1989.

LIMA, Valquíria de. *Ginástica laboral: atividade física no ambiente de trabalho*. São Paulo: Phorte, 2003.

LINCE, Léo. Superávit primário, alegria dos banqueiros. *Correio da Cidadania*, edição 473, 05 a 12 de novembro de 2005 Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br>> Acesso em: 10 nov 2005.

LONGEN, Willians Cassiano. *Ginástica Laboral na prevenção de LER/DORT? Um estudo reflexivo em uma linha de produção*. 2003. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, [2003].

LTP/UnB; SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA. Laboratório de psicologia do trabalho/ Universidade de Brasília. *Saúde mental e trabalho dos bancários* (resumo). Brasília, 2004.

MAKHOUL, Fábio Jammal. *Bancos lideram ranking de ações trabalhistas*. 2006. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 10 mar. 2006.

MARTINS, Caroline de Oliveira; MICHELS, Glaycon. Programas de promoção da saúde do trabalhador: exemplos de sucesso. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v.5, n.1, p. 85-90, 2003.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica a economia política*, livro III, v.5, 5. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATIELLO JUNIOR, Edgard; GONÇALVES, Aguinaldo. Saúde Coletiva, Atividade Física e Violências. In: GONÇALVES, Aguinaldo (Org). *Conhecendo e discutindo saúde Coletiva e Atividade Física*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. p. 41-60.

_____. Entre a Bricolagem e o Personal Training ou... a Relação Atividade Física e Saúde nos Limites da Ética. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais... XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. Campinas: CBCE, 2001. (CD-ROM).

MAZZOLA, João Mário. *Análise dos Programas de Ginástica Laboral nas empresas: um benefício para os trabalhadores ou para a empresa?* 2003. 160f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2003.

MELLO, Dalva A.; PEDRAZZANI, Elisete S.; PIZZIGATTI Clemência P. Helmitoses Intestinais: o processo de comunicação e informação no Programa de Educação em Saúde de verminoses. *Cadernos de Saúde Pública*, v.8, n.1, p. 77-82, jan./mar., 1992.

MENDES, René; DIAS, Elisabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, v.25, n.5, p. 341-349, 1991.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BARBARINI, Neuzi. Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento dos caixas executivos: um estudo de caso. *Psicologia & Sociedade*, v.14, n. 1, p. 103-122, jan./jun., 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MICK, Jacques. *Sessenta: uma história: 1935 – 1995*. Florianópolis: SEEB de Florianópolis e Região, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. Incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre trabalho e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8, n.1, p. 125-236, 2003.

MINELLA, Ary Cesar. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, Alceu Conceição; ALVIM, Valdir (orgs.) *A trama da privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001. p. 49-72.

_____. Elites financeiras, sistema financeiro e governo FHC. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (Orgs). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 165-199.

_____. *Banqueiros: organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Espaço e Tempo/Anpocs, 1988.

MONTEIRO, Henrique Luis; GONÇALVES, Aguinaldo. Salud Colectiva y actividad física: evolucion de lãs principales concepciones y praticas. *Rev. Cs. de la Activ. Física*, v.2, n.2, p. 33-45, 1994.

MOTTA, Claudia. *Bancos economizam quando empurram clientes para fora das agências*. 2006. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 02 ago. 2006.

MOURA, Heron. Prestações revelam perfil das doações. 2006. *Zero Hora (RS)*. Disponível em: <www.al.rs.gov.br> Acesso em: 04 de jan. 2007.

MOVIMIENTO DE LA SALUD DE LOS PUEBLOS. Declaracion de Cuenca. Equador, 2005. Disponível em: <<http://www.phmovement.org>> Acesso em: 14 de set. de 2006.

MUROFUSE, Neide Tiemi; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Mudanças no trabalho e na vida de bancários portadores de lesões por esforços repetitivos: LER. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v.9, n.4, p. 19-25, julho, 2001.

NEPEF. Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física. Análises, considerações e sugestões para a Reformulação Curricular (Curso de Licenciatura) em Educação Física do CDS/UFSC. 2005. Disponível em: <<http://www.nepef.ufsc.br>> Acesso em: 09 de abr de 2006.

NORIEGA, Mariano; GARDUÑO, Angeles; CRUZ, Cecília. El impacto del neoliberalismo em la salud de trabajadores em América Latina. In: BREILH, Jaime (Org.). *Informe Alternativo sobre la salud em América Latina*. Equador: Global Health Watch – CEAS, 2005.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Panorama laboral 2006*. 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>> Acesso em: 10 de jan. de 2007.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>> Acesso em: 05 de jan. de 2006.

PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar. *A crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva*. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

PALÁCIOS, Marisa; DUARTE, Francisco; CÂMARA, Volney de Magalhães. Trabalho e sofrimento psíquico de caixas de agências bancárias na cidade do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, v.18, n.3. p. 843-851, maio-junho, 2002.

PALMA, Alexandre. Educação Física, Corpo e Saúde: uma reflexão sobre outros “modos de olhar”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.22, n.2, p. 9-21, 2001.

PENNELLA, Isabela. *LER: uma jornada de sofrimento no trabalho bancário*. 2000. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, [2000].

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (Orgs). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 15-38.

POLITO, Eliane; BERGAMASCHI, Eliane Cristina. *Ginástica laboral: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

PONTUAL, Joana Cavalcanti. *O jornal como proposta educativa*. São Paulo: Paulus, 1999.

PROGRAMA AGITA SÃO PAULO. Agito dos Parceiros. *AGITA NEWS*, ano IX, n.2, p. 6, março, 2005. Disponível em: <www. Agitasp.com.br> Acesso em: 10 de jan. 2007.

RIBEIRO, Lenira Ferreira. *Absenteísmo no setor bancário: análise de um programa de intervenção*. 2004. 83f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, [2004].

SAVIANI, Dermeval. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: HISTEDBR, 2002. p. 13-24.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Educação & Sociedade*, v.20, n.67, p. 183-209, agosto, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: UFRJ; Cortez, 1994.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO. *Folha Sindical*, n.9, novembro, 2005a.

_____. Seminário de Planejamento Estratégico e Operacional 2006-2008 (documento não publicado), dezembro, 2005b.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PERNAMBUCO. *Empregado do Santander com depressão é reintegrado*. 2006. Disponível em: <<http://www.seebfloripa.com.br>> Acesso em: 10 mar. 2006.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE. *Banco de Horrores*. Direção de Gian Faccin. Brasília: Porto Alegre: Sindicato dos Bancários POA/RS; Promov Comunicação Estratégica Ltda; 1999. 1 cassete (13 min e 30 seg.): son.; 12 mm. VHS.

SOUZA, Kátia Reis de; SANTOS, Maria Blandina Marques dos; PINA, José Augusto; MARIA, Amabel Bianca Vial; CARMO, Maria Auxiliadora T.; JENSEN Mirdney. A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela saúde no trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8, n.4, p. 1057-1068, 2003.

SOUZA, Rosângela de. Do assédio moral. In: ALVES, Adriana Farias Pereira *et al* (orgs.). *Tribunal popular sobre assédio moral e sexual nas relações de trabalho*. Florianópolis: Agnus, 2003. p. 123-127.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

STOTZ, Eduardo Navarro. A saúde coletiva como projeto científico: teoria, problemas e valores na crise da modernidade. In: CANESQUI, Ana Maria. (org.) *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1997.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à confrontação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

VERTHEIN, Marilene Affonso Romualdo; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A construção do “sujeito-doente” em LER. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.7, n.2, p. 327-345, jul./set., 2000.

XAVIER, Ernani Pereira. *Um minuto de silêncio: réquiem aos bancários mortos no trabalho*. Porto Alegre: Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações Gerais

A professora **Jéssica Félix Nicácio Martinez** encontra-se regularmente matriculada no Curso de Mestrado em Educação Física da UFSC. Para implementação da dissertação de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. **Edgard Matiello Júnior**, tornou-se necessária à realização da investigação **Superações da Educação (Física) Bancária pela Saúde Coletiva: pesquisa-ação no Sindicato em Florianópolis**. A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão das condições de vida e saúde de bancários para construção de outra possibilidade de intervenção da Educação Física junto a esta categoria.

Os participantes desse estudo, que farão parte da intervenção, podem sofrer riscos e desconfortos mínimos inerentes à prática de exercícios físicos. Caso isso ocorra serão prestados os primeiros socorros pela pesquisadora, que também se responsabiliza para que os cuidados subseqüentes sejam fornecidos, inclusive, se for necessário, o encaminhamento para assistência médica pública. Os dados obtidos serão mantidos em absoluto sigilo e utilizados somente para fins de pesquisa. A participação **NÃO É OBRIGATÓRIA** e o participante terá total liberdade de, a qualquer momento, desistir da investigação. Certo de contarmos com a colaboração necessária para a concretização desta investigação, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Jéssica Félix Nicácio Martinez

E-mail: jessicafelix01@yahoo.com.br Telefone: (48) 9133-3337

Edgard Matiello Júnior

Email: degamatiello@uol.com.br Telefone: (48) 3331-8561

Assinaturas: _____

Edgard Matiello Júnior
Pesquisador responsável

Jéssica Félix Nicácio Martinez
Pesquisadora principal

CONSENTIMENTO (escreva o nome completo e legível)

Eu, _____,
declaro que fui esclarecido sobre o estudo **Superações da Educação (Física) Bancária pela Saúde Coletiva: pesquisa-ação no Sindicato em Florianópolis**, e concordo, de modo voluntário, participar da pesquisa e que meus dados sejam utilizados no estudo. Atesto também, o recebimento de informações, necessárias a minha compreensão do estudo.

_____ de _____ de 2006.

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE B

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO

Informações Gerais

A professora **Jéssica Félix Nicácio Martinez** encontra-se regularmente matriculada no Curso de Mestrado em Educação Física da UFSC. Para implementação da dissertação de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. **Edgard Matiello Júnior**, tornou-se necessária à realização da investigação **Superações da Educação (Física) Bancária pela Saúde Coletiva: pesquisa-ação no Sindicato em Florianópolis**. A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão das condições de vida e saúde de bancários para construção de outra possibilidade de intervenção da Educação Física junto a esta categoria.

Os dados obtidos serão mantidos em absoluto sigilo e utilizados somente para fins de pesquisa. A autorização **NÃO É OBRIGATÓRIA** e a qualquer momento poderá ser revogada. Certo de contarmos com a colaboração necessária para a concretização desta investigação, agradecemos antecipadamente a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Jéssica Félix Nicácio Martinez

E-mail: jessicafelix01@yahoo.com.br Telefone: (48) 9133-3337

Edgard Matiello Júnior

Email: degamatiello@uol.com.br Telefone: (48) 3331-8561

Assinaturas: _____

Edgard Matiello Júnior
Pesquisador responsável

Jéssica Félix Nicácio Martinez
Pesquisadora principal

CONSENTIMENTO (escreva o nome completo e legível)

Eu, _____, declaro que fui esclarecido sobre o estudo **Superações da Educação (Física) Bancária pela Saúde Coletiva: pesquisa-ação no Sindicato em Florianópolis**, e concordo com a realização da intervenção e análise de materiais do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região, o qual respondo como presidente. Assim, de modo voluntário, autorizo que seus dados sejam utilizados no estudo. Atesto também, o recebimento de informações, necessárias a minha compreensão.

_____ de _____ de 2006.

Assinatura: _____ RG: _____

APÊNDICE C

ROTEIROS DE ENTREVISTAS PARA LIDERANÇAS SINDICAIS

Primeiro entrevistado

Eixo principal: o desenvolvimento do Setor de Saúde do Sindicato

- Breve histórico de sua formação política e atuação sindical;
- Importância do setor para a categoria e para a estrutura sindical;
- A preocupação do Sindicato com este tema e formação de seus líderes sindicais;
- Avaliação das condições de vida e de saúde dos bancários;
- Doenças profissionais e afastamentos por motivo de saúde;
- Propostas de ginástica laboral: possibilidades e limites;
- A entidade sindical como exemplo para a saúde da categoria.

Segundo Entrevistado

Eixo principal: Principais problemas relacionados à saúde dos bancários

- Breve histórico de sua formação política e atuação sindical;
- Avaliação das condições de vida, saúde e trabalho da categoria;
- Atuação do Sindicato com relação a estes temas;
- Como a saúde aparece no jornal do Sindicato;
- Propostas de ginástica laboral: possibilidades e limites;
- Outras ações para melhorar a saúde dos trabalhadores;
- A entidade sindical como exemplo para a saúde da categoria.

Terceiro Entrevistado

Eixo principal: ação sindical na luta pela saúde dos bancários

- Breve histórico de sua formação política e atuação sindical;
- Prioridades da estrutura e ação sindical;
- Avaliação das condições de vida e saúde dos bancários;
- Instrumentos e estratégias do Sindicato na luta pela saúde dos bancários;
- A visão dos diretores sindicais sobre o desenvolvimento do Projeto Educação Física com Saúde;
- Propostas de ginástica laboral: possibilidades e limites;

- A entidade sindical como exemplo para a saúde da categoria.

Quarto Entrevistado

Eixo principal: Saúde no jornal do Sindicato

- Breve histórico de sua formação política e atuação sindical;
- O jornal como principal meio de comunicação entre o Sindicato e a categoria;
- Organização e pauta do jornal;
- Avaliação das condições de vida e saúde dos bancários;
- Saúde nas Folhas Sindicais;
- Propostas de ginástica laboral: possibilidades e limites;
- A entidade sindical como exemplo para a saúde da categoria.

Quinto Entrevistado

Eixo principal: resgate recente da história de lutas pela saúde no Sindicato

- Breve histórico de sua formação política e atuação sindical
- Condições de vida e trabalho dos bancários;
- Atuação do Sindicato com relação a estes temas;
- Saúde no jornal do Sindicato;
- Propostas de ginástica laboral: possibilidades e limites;
- A entidade sindical como exemplo para a saúde da categoria.

APÊNDICE D

TEXTO PARA DIVULGAÇÃO DO PROJETO *EDUCAÇÃO FÍSICA COM SAÚDE* NO JORNAL DO SINDICATO

SINDICATO DESENVOLVE PROJETO DE SAÚDE COM UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Desde 2004, o Sindicato dos Bancários de Florianópolis em parceria com o Grupo Vivendo Educação Física e Saúde Coletiva da UFSC vem desenvolvendo estudos sobre as condições de saúde dos bancários. Esta iniciativa surgiu da preocupação da entidade sindical e dos pesquisadores da UFSC com os problemas de saúde dos trabalhadores, consequência dos níveis cada vez maiores de produtividade, cumprimento de metas, horas-extras e cargas de responsabilidade.

Diante deste contexto, apresentamos como alternativa para contribuir com a saúde dos bancários o Projeto Educação Física com Saúde. Este projeto será desenvolvido oferecendo um espaço de práticas corporais e relaxamento, através de aulas de yoga e massagens.

A opção por oferecer aulas de yoga para os bancários foi por compreender que esta prática milenar apresenta um outro tipo de concepção de corpo, que abrange uma integração entre saúde física e mental. Além do que, os praticantes de yoga aprendem uma outra forma de interagir com sua linguagem corporal, através da concentração, respiração, equilíbrio e relaxamento consciente. Assim, pode-se compreender que se movimentar não é um ato apenas mecânico, mas uma ação consciente entre mente e corpo.

Portanto, o yoga pode estimular a consciência corporal a partir de movimentos e posturas conectadas com respiração completa, possibilitando aos praticantes auto-conhecimento, tranquilidade e paz. Diferente do que acontece atualmente em nossas rotinas de trabalho, pois a maioria das pessoas consegue perceber apenas suas dores e não encontram meios naturais para amenizá-las e identificar suas causas individual ou coletivamente.

Esta prática também pode proporcionar o resgate de técnicas aparentemente naturais aos seres humanos, como o relaxamento e a respiração, mas que acabamos perdendo seus sentidos e significados. Conseqüentemente, esquecemos

como podemos nos beneficiar das nossas potencialidades, relaxando regiões tensionadas pelo estresse e cansaço e desacelerando o ritmo mental e físico exigidos durante horas de trabalho.

A massagem foi incluída neste projeto para complementar a prática do yoga. E apresenta-se como técnica interessante para que as pessoas busquem o cuidado de si, reaprendam a sentir e a compreender seu corpo. Como também, para que as pessoas que se aproximem, relaxem o corpo e interajam umas com as outras.

Esperamos que o desenvolvimento do projeto possa contribuir para que o trabalhador compreenda a influência que o trabalho exerce sobre sua saúde, auxiliando a identificar alguns aspectos que aumentam seus desgastes; para oferecer benefícios para a saúde através de práticas corporais com relaxamento e fortalecimento das regiões mais solicitadas durante a rotina de trabalho e oportunizar um espaço descontraído e de acolhimento que ajude na construção de redes de solidariedade entre os trabalhadores, que mesmo por vezes trabalhando uns ao lado dos outros, pouco se conhecem.

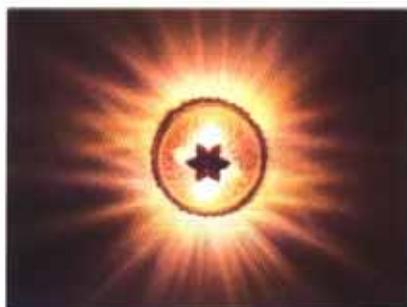
Estas atividades farão parte do projeto de saúde que será iniciado a partir de junho, todas as terças e quintas, das 18h30 às 19h30, na sede do Sindicato, localizado na rua Visconde de Ouro Preto, 308, Centro, no edifício bancário João Cândido Rodrigues.

Venha participar.....as aulas são gratuitas!!!

Maiores informações: na página do Sindicato dos Bancários de Florianópolis – www.seebfloripa.com.br ou com Jéssica Martinez – tel: (48) 9133-3337 / jessicasgroi@hotmail.com

APÊNDICE E

CONTEÚDO DO *FOLDER* PARA DIVULGAÇÃO DO PROJETO NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS



SAÚDE DOS BANCÁRIOS

O Sindicato dos Bancários de Florianópolis vem há muito tempo se preocupando com problemas relacionados à saúde dos trabalhadores bancários, representados principalmente pelas LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e cansaço físico e mental. Aliás, todos os assuntos já tratados na Folha Sindical e na página do Sindicato na internet. De acordo com estudos científicos estes problemas se devem, dentre outros motivos, à crescente exigência de produtividade, muitas horas de serviço, número reduzido de funcionários e temor pelo desemprego.

BUSCANDO ALTERNATIVAS

O grande volume e o ritmo intenso de trabalho nas agências faz com que muitas vezes o bancário não se perceba, não olhe para si mesmo e para seus companheiros de trabalho; não dê a devida importância às suas dores e às dores dos outros.

Neste contexto, o Sindicato vem realizando parceria com o Grupo Vivendo Educação Física e Saúde Coletiva da UFSC, desenvolvendo conjuntamente pesquisas a respeito das condições de saúde de bancários de Florianópolis.

SOBRE O PROJETO EDUCAÇÃO FÍSICA COM SAÚDE

A partir de junho de 2006, especialistas em Educação Física e Saúde da UFSC estarão oferecendo aulas de yoga e massagens na sede do Sindicato, localizada na rua Visconde de Ouro Preto, 308, Centro, no edifício bancário João Cândido Rodrigues, próximo à Praça XV. As aulas ocorrerão todas às terças e quintas, das 18h30 às 19h30.

Todos os bancários sindicalizados estão convidados a participar do projeto através de inscrição na página do Sindicato dos Bancários de Florianópolis na internet, no link do Projeto de Educação Física com Saúde. Preencha a ficha on-line e aguarde retorno.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

*Contribuir para que o trabalhador compreenda a influência que o trabalho exerce sobre sua saúde;

*Oferecer benefícios à saúde com práticas corporais através de experiências de relaxamento e fortalecimento das regiões mais solicitadas durante a rotina de trabalho;

*Oportunizar um espaço descontraído e de acolhimento que ajude na construção de redes de solidariedade entre os trabalhadores.

APÊNDICE – F**OFÍCIO PARA O SINDICATO COM REIVINDICAÇÕES DISCUTIDAS COM OS
BANCÁRIOS NO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO**

Florianópolis, 30 de novembro de 2006.

À Diretoria,

Nós, coletivo participante do projeto *Educação Física com Saúde*, reunidos no dia 28/11/2006, realizamos avaliação e planejamento participativo desta intervenção com objetivo de garantir sua continuidade e organização para o ano de 2007, assim decidimos, conjuntamente, uma pauta de reivindicações que segue em anexo.

Sem mais para o momento, antecipadamente agradecemos

Atenciosamente,

Á Diretoria
Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região
Nesta

À Diretoria,

O planejamento foi pautado em ações à curto, médio e longo prazo que são necessárias para o desenvolvimento e ampliação do projeto *Educação Física com Saúde*, assim reivindicamos as seguintes providências:

a) A curto prazo:

- ❖ Solicitar limpeza permanente da sala e dos colchonetes, a fim de manter a higiene e uma prática que possibilite amplos movimentos no chão sem sujar as roupas e pés dos participantes;
- ❖ Contribuir para organização do projeto, indicando um funcionário ou dirigente sindical para ser responsável por informar os bancários sobre as aulas, caso os trabalhadores procurem ou telefonem para o Sindicato;
- ❖ Arrumar todas as tomadas localizadas no chão da sala, isolando possíveis choques e ferimentos através de suas estruturas de ferro;
- ❖ Fechar os buracos deixados pela retirada dos aparelhos de ar-condicionado;
- ❖ Trocar as cortinas persianas que estão quebradas e desgastadas por cortinas do tipo painel, se possível de cor amarela e com o símbolo do mantra “OM” em azul;
- ❖ Comprar espelhos para o banheiro e arrumar: i) suporte para papel toalha; ii) suporte para papel higiênico e iii) saboneteira;
- ❖ Comprar dois armários: i) um pequeno, com rodinhas, para guardar o som, incensos, velas e outros elementos importantes para prática do yoga e ii) outro, de tamanho médio, para guardar os colchonetes, bolinhas e outros materiais didáticos.
- ❖ Cabides, para que os participantes pendurem suas bolsas e roupas;
- ❖ Comprar três luminárias pequenas com lâmpadas roxas para o relaxamento;
- ❖ Encomendar a produção de material didático para as aulas, os quais são: i) bolster, que são almofadas revestidas por tecido de cotton, com peso médio de 3 kg, 60 cm de largura e 23 cm de diâmetro, que auxiliam nos exercícios respiratórios, alongamento e relaxamento; ii) blocos de madeira, utilizados em quase todas as posturas e movimentos, principalmente nas torções, dando suporte para pernas, joelhos e mãos. Os blocos devem medir 23 cm x 12 cm x 7 cm; e iii) cinto do yoga, auxilia nos alongamentos potencializados seus

efeitos e preservando a coluna vertebral. Deve ser de material resistente como, por exemplo, os das faixas de luta e ter 60 cm de comprimento, com uma fivela em uma das pontas.

b) A médio prazo:

- ❖ Definir estratégias para divulgação do projeto;
- ❖ Montar novas turmas.

c) A longo prazo:

- ❖ Ampliar o projeto, oferecendo aulas nos ambientes de trabalho bancário.

ANEXOS

ANEXO A

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA COM SERES HUMANOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 234-1755 - FAX (048) 234-4069

PARECER CONSUBSTANCIADO - PROJETO Nº 089/2006

I – IDENTIFICAÇÃO

Título do projeto: “Condições de vida e de saúde e as re(significações) da ginástica laboral: pesquisa-ação junto ao sindicato dos bancários de Florianópolis”.

Área: Educação Física

Pesquisador Responsável: Edgard Matiello Júnior

Pesquisador Principal: Jéssica Félix Inácio Martinez

Data da coleta dos dados: maio a agosto de 2006.

Instituição em que será realizado o estudo: Sindicato dos Bancários de Florianópolis e uma agência bancária a ser definida.

II – Objetivos

Gerais: Analisar as condições de vida e saúde dos bancários de Florianópolis.

Específicos: 1. Re(significar) os fundamentos que embasam as propostas hegemônicas de ginástica laboral. 2. Implantar e avaliar possibilidades alternativas de Educação Física relacionada à saúde que atende as necessidades da categoria. 3. Contribuir para a organização coletiva dos bancários e fortalecimento do sindicato junto à sua base.

III – SUMÁRIO DO PROJETO: Trata-se de trabalho qualitativo de mestrado em Educação Física. A investigação será por meio da pesquisa-ação (observação participante). Serão entrevistados os líderes sindicais sobre as condições de vida e saúde. Será realizada uma intervenção duas vezes na semana por meio de yoga e massagens em uma determinada agência bancária.

IV – COMENTÁRIO: A pesquisa proposta tem relevância científica e social. No protocolo de pesquisa não está anexada a autorização do sindicato dos bancários para realização do estudo. Há três Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em todos apresentam a frase “riscos ou desconfortos mínimos inerentes à prática de exercícios físicos”, ao que consta no estudo os líderes sindicais (primeira fase do estudo) não irão participar da intervenção, não sendo necessário está frase. O título do estudo pressupõe o resultado: *re(significação)* - já foi constatado que há necessidade de *re(significar)* a ginástica laboral nas agências bancárias? Como foi constatado se ainda não foi aplicado o estudo e não há categorias? Parece que existe um *pré-conceito* em relação à temática. Isto também acontece com o terceiro objetivo específico “Contribuir para a organização coletiva dos bancários e fortalecimento do sindicato junto à sua base”. Será que há necessidade? Sugiro a retirada desse objetivo. O objetivo geral “Analisar as condições de vida e saúde dos bancários de Florianópolis” está minimizado quando observado os objetivos específicos pressupondo um conhecimento prévio das condições de vida e saúde dos bancários a serem pesquisados.

(X) com pendência (detalhes da pendência abaixo citados)

Parecer:

Tendo em vista o exposto, sou de parecer que a aprovação do presente projeto de pesquisa, seja condicionada à resolução das seguintes pendências:

- Anexar o consentimento do sindicato dos bancários para realização da pesquisa.
- Esclarecer o porquê foi utilizado a frase “riscos ou desconfortos mínimos inerentes à prática de exercícios físicos” em todos os TCLE quando apenas um grupo participará da intervenção.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARNA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC
TELEFONE (048) 234-1755 - FAX (048) 234-4069

- Esclarecer o porquê foi utilizado o termo re(significar).
- Há um conhecimento das condições de vida e saúde dos bancários?

Informamos que o parecer dos relatores foi aprovado, em reunião deste Comitê na data de 24 de abril de 2006.

Vera Lúcia Bosco
Prof.ª Vera Lúcia Bosco
Coordenadora do CEPESH/UFSC

Fonte: CONEP/ANVS - Resoluções 196/96 e 251/97 do CNS.